

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e
Sociedade (CPDA)



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a
agricultura**
Área Temática: Desenvolvimento Territorial e Sustentabilidade
Período de Análise: novembro de 2010.

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal Folha de São Paulo
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio Eletrônico do MMA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico da CONAB
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico Biodiesel Br
Sítio Eletrônico da CNA
Sítio Eletrônico da CPT
Revista Globo Rural
Revista Isto é Dinheiro Rural
Agroanalysis
Carta Capital
Biodiesel Br

Índice

Com sucesso em Nagoya, ONU ganha mais credibilidade – Estado de São Paulo – Vida – 01/11/2010	6
Marina volta ao Senado para defender código florestal – Daniela Chiaretti – Valor Econômico – Política – 01/11/2010	6
Otimismo que vem de Nagoya – Estado de São Paulo – Notas e Informações – 02/11/2010	8
Plano da Sociobiodiversidade: Fórum debate oportunidade de parcerias com setor – Sítio Eletrônico MDA – 04/11/2010	9
Grupo Girassol, de MT, reforça aposta na área florestal – Mauro Zanatta – Valor Econômico – Agronegócios – 04/11/2010	10
China avalia ‘desenvolvimento verde’ – O Globo – Economia – 05/11/2010	12
Pronera: Fortalecimento como política pública de educação no campo – Sítio eletrônico do MDA – 05/11/2010	13
Relatório da ONU propõe "CPMF do clima" – Claudio Angelo – Folha de São Paulo – Ciência – 06/11/2010	13
Crise ambiental é mais grave que a financeira, diz francês – Rafael Cariello – Folha de São Paulo – Mercado – 06/11/2010	14
Acordo é primeiro com número para proteção global de espécies – Reinaldo José Lopes – Folha de São Paulo – Ciência – 07/11/2010	15
Tentativas no Brasil ainda não deram certo – Reinaldo José Lopes – Folha de São Paulo – Ciência – 07/11/2010	16
Países veem lucros em biodiversidade – Reinaldo José Lopes – Folha de São Paulo – Ciência – 07/11/2010	17
Aumenta a demanda por madeira de florestas plantadas no Brasil – Sítio Eletrônico da CAN – 08/11/2010	18
Senadora Kátia Abreu defende atualização do Código Florestal – Sítio Eletrônico da CNA – 09/11/2011	19
MDA/Incrá e Embrapa lançam plano de reflorestamento em terras da reforma agrária – Sítio Eletrônico do MDS - 10/11/2010	20
O desenvolvimento é sustentável – Carlos Lessa – Valor Econômico – Opinião – 10/11/2010	22
Ambientalistas articulam outra versão para o Código Florestal – Claudio Angelo – Folha de São Paulo – Ciência – 11/11/2010	24
Os desafios de uma potência ambiental – O Globo – Economia – 11/11/2010	25
Agronegócio apoia campanha de Aldo – Fernanda Odilla e Claudio Angelo – Folha de São Paulo – Ciência – 13/11/2010	26
Ibama multa Natura em R\$ 21 milhões por uso ilegal da flora – Folha de São Paulo – Ciência – 13/11/2010	27

Cerrado vai ganhar corredor ecológico de 20 quilômetros – Giuliana Miranda – Folha de São Paulo – Ciência – 14/11/2010.....	28
Queimadas são a maior ameaça à preservação – Giuliana Miranda – Folha de São Paulo – ciência – 14/11/2010	29
Bioma tem mais de 150 reservas particulares – Giuliana Miranda – Folha de São Paulo – Ciência – 14/11/2010.....	29
Recuperação de áreas degradadas na Amazônia terá S\$ 2,25 milhões – Sítio Eletrônico do MAPA – 16/11/2010	30
Projeto de lei pode aumentar desmate e enfraquecer Ibama – Claudio Angelo – Folha de São Paulo – Ciência – 17/11/2010.....	31
Um ano depois, "Climagate" ainda lança sombra sobre questão do aquecimento – Marcelo Leite – Folha de São Paulo – Ciência – 18/11/2010	31
Meio Ambiente preganovos ganhos de produtividade - Bettina Barros – Valor Econômico – Agronegócios – 17/11/2010	32
Manifestação da FETAG-RS é destaque na COP-4 – Sítio da Contag – 18/11/2010	33
Clima: o Brasil deve fazer mais - ANTONIO HILL – O Globo – Opinião – 18/11/2010	34
Desafios Imediatos das Mudanças Climáticas – Sítio Eletrônico da CPT – 19/11/2010	35
Acre vai poder vender carbono para Califórnia a partir de 2012 – Folha de São Paulo – Ciência – 19/11/2010.....	36
Ministros de Meio Ambiente do Mercosul discutem clima e preparação para a Rio+20 – Maíesse Gramacho – Sítio Eletrônico do MMA - 19/11/2010	37
UE pressiona por agricultura 'ecológica' - Assis Moreira – Valor Econômico – Agronegócios – 19/11/2010	38
MT libera para agricultura e pecuária 156 mil km² de terra em área protegida – Marta Salomon – Estado de São Paulo – Vida – 21/11/2010.....	40
Florestas e quilombos são os mais afetados – Marta Salomon - Estado de São Paulo – Vida – 21/11/2010	41
CO2 ainda em alta - Sítio eletrônico Biodiesel Br – 22/11/2010.....	42
Agrotóxico torna-se um vilão menor do ambiente - Alexandre Inacio e Bettina Barros – Valor Econômico – Capa – 22/11/2010	43
Indústria busca nova geração de agrotóxico menos agressivo - Alexandre Inacio – Valor Econômico – Agronegócios – 22/11/2010	43
Governo já projeta resultado melhor que meta para CO2 - Sítio eletrônico Biodiesel Br – 23/11/2010	45
Impulsionando o crescimento verde – Valor Econômico – Opinião – 23/11/2010	46
Código impedirá cumprimento de meta, diz estudo – Estado de São Paulo – Vida – 24/11/2010	49
Código florestal reduz até 12 vezes absorção de CO2 – Claudio Angelo e Sabine Righetti – Folha de São Paulo – Ciência – 24/11/2010.....	50

RO troca madeireiro de "faroeste" por engenheiro – Ricardo Mioto – Folha de São Paulo- Ciência – 25/11/2010	52
Madeireiro pobre se sente excluído das concessões – Ricardo Mioto – Folha de São Paulo – Ciência – 25/11/2010.....	54
O planeta esquentar - O Globo – Ciência – 25/11/2010.....	54
Técnica transforma biomassa em matéria-prima de plástico e resina – Folha de São Paulo – Ciência – 26/11/2010.....	56
Uma química mais verde – O Globo– Ciência– 26/11/2010	56
Uma expectativa de avanço na COP-16 em Cancún – Valor Econômico – Opinião – 26/11/2010	57
Agroceres PIC venderá crédito de carbono – Valor Econômico – Agronegócios – 26/11/2010	59
Código Florestal afeta emissões, diz ministra – Marta Salomon - Estado de São Paulo – Vida – 27/11/2010	60
Governo quer nova lei da biodiversidade – Claudio Angelo – Folha de São Paulo – Ciência – 27/11/2010.....	61
Acordo da ONU abre caminho para mudanças – Folha de São Paulo – Claudio Angelo – 27/11/2010	62
Esquema de fraude com empresas fantasmas ‘esquentar’ madeira ilegal – João Domingos – Estado de São Paulo – Vida – 28/11/2010.....	63
Ação se dá por transações fictícias – Estado de São Paulo – Vida – 28/11/2010	64
Nova chance para o clima – O Globo – Opinião – 28/11/2010	65
A Amazônia sob nova direção do setor privado - Liana Melo – O Globo – Economia – 28/11/2010	66
Biodiversidade como mercadoria marca Convenção do Clima – Sítio Eletrônico do MST – 29/11/2010.....	68
CONTAG participa COP 16 sobre mudança climática – Sítio eletrônico da CONTAG – 29/11/2010	69
Conferência do Clima da ONU começa sem esperança de tratado com metas – Afra Balazina – Estado de São Paulo – Vida – 29/11/2010	70
Conferência do clima quer manter a bola rolando – Claudio Angelo e Simone Iglesias – Folha de São Paulo – Ciência – 29/11/2010	72
CRONOLOGIA – Folha de São Paulo – Ciência – 29/11/2010	73
COP-16 começa vazia em Cancún - Catarina Alencastro – O Globo – O País – 29/11/2010	74
País tem 290 milhões de hectares de florestas públicas cadastradas – Sítio Eletrônico do MMA - 29/11/2010.....	75
Atualização do Código Florestal garantirá a legalidade para a produção nacional – Sítio Eletrônico do CNA – 30/11/2010	77
Encontro do clima vira drama logístico – Claudio Angelo – Folha de São Paulo – Ciência – 30/11/2010.....	78
COP-16 – Folha de São Paulo – Editorial – 30/11/2010	79

"Mágoas" de Copenhague continuam – Claudio Angelo – Folha de São Paulo – Ciência – 30/11/2010.....	80
Sómesmocomajuda do céu - CatarinaAlencastro* - O GLobo – Ciência – 30/11/2010	80
Negociações sobre mudanças climáticas começam em Cancún – Sítio Eletrônico do MMA - 30/11/2010.....	81

Com sucesso em Nagoya, ONU ganha mais credibilidade – Estado de São Paulo – Vida – 01/11/2010

O acordo sobre biodiversidade alcançado na semana passada em Nagoya (Japão), para evitar o desaparecimento de espécies no mundo, dá um respiro para a Organização das Nações Unidas (ONU). A entidade vinha sendo amplamente criticada após o fracasso da reunião sobre aquecimento global em Copenhague, no ano passado.

Nas conferências da ONU – tanto de biodiversidade quanto de clima –, as negociações são multilaterais e as decisões são tomadas por consenso entre os quase 200 países. Com a dificuldade de aprovar as metas por unanimidade, as caras reuniões muitas vezes são inúteis ou chegam a poucos resultados concretos.

Por isso, o sucesso da reunião em Nagoya, que teve a participação dos 193 países que aderiram à Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB), foi um grande alívio. Até o último minuto da negociação, pairava sobre o encontro a perspectiva de um novo fracasso, como o ocorrido na Dinamarca em 2009, “Este acordo pode ajudar em Cancún (no México, onde será a próxima reunião de clima, neste mês), mostrando ao mundo que as negociações multilaterais podem chegar a um progresso real”, afirmou Izabella Teixeira, ministra do Meio Ambiente.

Desafios. Apesar do resultado positivo em Nagoya, é complicado esperar sucesso em Cancún. Isso porque, na reunião de clima, os países tentam chegar a um acordo vinculante (com força jurídica) com metas de corte de emissão dos gases de efeito estufa. No Japão, as metas aprovadas não têm força de lei.

Outro problema é o fato de os Estados Unidos ainda não terem aprovado sua lei nacional de mudanças climáticas. Sem a legislação, dificilmente esse país vai se comprometer em um possível acordo. E a participação dos americanos é fundamental, já que o país por muito tempo foi o maior emissor de gases-estufa e hoje é o segundo, atrás da China.

O embaixador francês Jean- Pierre Thebault disse que há uma diferença de tempo entre as discussões de clima e de biodiversidade – a última está mais atrasada. “Em Nagoya, nós fizemos o que foi feito para o clima em 1997, em Kyoto. É a etapa em que se reconhece a importância política do tema”, disse. /AFP

Marina volta ao Senado para defender código florestal – Daniela Chiaretti – Valor Econômico – Política – 01/11/2010

Eleições A exemplo do que aconteceu na gestão Lula, PV deve aderir à base do governo Dilma Rousseff. O primeiro foco de Marina Silva, terceira colocada na eleição presidencial com quase 20 milhões de votos, será a volta ao trabalho no Senado, para onde retorna agora. A partir de 2011, os planos são de prosseguir com a militância e o esforço de colocar a sustentabilidade no centro da política brasileira. De cara, a senadora Marina Silva já prevê um embate: bloquear as mudanças ao Código Florestal que tramitam no Congresso.

“A primeira coisa a fazer é evitar que seja aprovada a mudança do Código Florestal do jeito que está”, disse nosábado, por telefone, ao Valor, enquanto almoçava com o pai em Rio Branco, no Acre. A senadora votou no domingo pela manhã no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), da estrada de São Francisco, em Rio Branco.

Depois, embarcou para Brasília.

Em coletiva no Acre, não divulgou seu voto. Voltou a dizer que há um cansaço, no eleitorado, da polarização entre PT e PSDB. Marina acredita que os brasileiros começaram a buscar outra via.

Este é um dos debates que ela pretende acender. Marina tem simpatia pela lista cívica, uma experiência mais expressiva na Itália.

Por este mecanismo indicam-se nomes de candidatos a prefeito e vereadores não filiados a partidos, mas ancorados na sociedade. O instrumento tem sido bastante empregado na Itália em municípios menores, com até 15 mil habitantes.

“Esta é uma discussão complexa, mas que me parece interessante”, diz. “A experiência na Itália é bem focada no legislativo e no poder local”, conta. “A discussão agora é como ela se adequaria ao Executivo.

De qualquer modo, poderia representar uma oxigenação na política brasileira.” No Senado, Marina quer fazer andar o Projeto de Lei de Acesso aos Recursos Genéticos. Em 1995, Marina Silva elaborou o primeiro projeto de lei sobre este tópico. A tramitação foi atropelada por uma Medida Provisória editada no governo Fernando Henrique. Ao assumir o Ministério do Meio Ambiente, Marina voltou ao assunto. O tema é complicado e quando o projeto chegou à Casa Civil recebeu objeções e emendas do Ministério da Ciência e Tecnologia e também do Ministério da Agricultura. Acabou na gaveta da Casa Civil, sem conseguir ir ao Congresso. “É um assunto super importante para o Brasil, um assunto que tem quase 16 anos, e é mais atual do que nunca.” O projeto, que também seria uma trava à biopirataria, volta aos holofotes neste momento. Na semana passada, no Japão, ao terminar a conferência sobre biodiversidade das Nações Unidas, mais de 190 países assinaram o Protocolo de Nagoya, regulando o acesso e a repartição de benefícios aos recursos da natureza.

Marina tem dito que, a partir do ano que vem, “retorna à sociedade”.

Aqui, sua militância acontecerá em dois fronts. Ao deixar o cargo de senadora, a atuação da acreana deve acontecer no Partido Verde e no Instituto Democracia e Sustentabilidade (IDS), criado em outubro de 2009.

Marina é fundadora do IDS e deve assumir a presidência do instituto, com sede em São Paulo. A reestruturação do PV deve prosseguir e o IDS deve decolar.

“Retorno à militância institucional e partidária”, diz ela. “Não é um espaço com os núcleos vivos da sociedade.” Foi a sustentabilidade e a ética na política que mobilizaram a militância em torno da campanha bem-sucedida de Marina Silva, acredita Adriana Ramos, da executiva nacional do PV. Por isso, o IDS deve trabalhar em conjunto com ONGs que tenham esta pauta, como o Instituto Ethos, o Transparência Brasil e o Instituto Socioambiental (ISA), para citar alguns.

Os 15 parlamentares eleitos pelo PV tendem a fechar com o governo nos embates do Congresso.

“A bancada verde costuma ser mais governista, o PV sempre tem a postura de colaborar, de contribuir para fazer”, diz Adriana Ramos. “Tende a ser uma bancada que vai querer ajudar o governo, mas ao mesmo tempo é uma bancada de princípios. Nas questões ambientais são opções bem claras de querer pautar o debate e acredito que deva continuar por aí, talvez reforçado por uma postura mais pró-ativa da

militância da Marina.” Marina Silva não falou diretamente sobre as eleições presidenciais de 2014. “O projeto é colocar a sustentabilidade no centro e isso só começou”, diz Adriana.

“Tem muito futuro pela frente.” Sobre o risco da pauta desaparecer, Adriana acredita que “a sociedade deu uma manifestação muito clara do que quer, e acho que a demanda tem densidade, não é passageira”, continua a dirigente do PV. “Cabe a nós, na liderança, ter capacidade de permanecer ativos nesta agenda.”

“O caminho para a construção de uma base civil pode ser até mais interessante trabalhando na sociedade do que no governo ou no parlamento”, diz um ambientalista.

“A sociedade brasileira vai ter que se fortalecer, a cooperação internacional foi embora, o Brasil não é mais um país pobre”, continua.

“São as ONGs que vão fortalecer este chamado. Este é o momento em que a sociedade brasileira tem que ter um projeto de país.”

Otimismo que vem de Nagoya – Estado de São Paulo – Notas e Informações – 02/11/2010

Desejado por todos, mas considerado praticamente impossível de ser alcançado ao longo de arrastadas negociações que exigiam a concordância dos 193 países ali representados, o acordo a que se chegou na cidade de Nagoya, no Japão, para a conservação e o uso sustentável da biodiversidade, embora limitado, renova as esperanças sobre “a capacidade do ser humano de tomar decisões coletivas para sua própria sobrevivência” – como resumiu o enviado especial do Estado à décima Conferência das Partes (COP-10) da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB), Herton Escobar.

Desde antes de seu início, temia-se que a COP-10 repetisse a Conferência sobre o Clima realizada em Copenhague, em dezembro de 2009 – como a Conferência sobre a Biodiversidade, também esta patrocinada pela ONU –, que terminou sem nenhum entendimento entre os países ricos e os em desenvolvimento. Mas um fracasso, agora em Nagoya, seria um péssimo sinal para a próxima reunião sobre o clima, que se realizará neste mês na cidade mexicana de Cancún.

Pior ainda, um mau resultado em Nagoya poderia ser interpretado como a prova da incapacidade das duas organizações criadas no âmbito da ONU durante a Conferência do Rio de Janeiro de 1992 (Rio-92) para assegurar um meio ambiente adequado às gerações futuras – a CDB, sobre biodiversidade, e a Convenção sobre Mudança do Clima (UNFCCC, na sigla em inglês) – de cumprir seu papel, ou seja, de sua inutilidade.

A ameaça do fracasso rondou a reunião de Nagoya praticamente do começo ao fim, após a decisão de prolongar a sessão final até que se alcançasse um entendimento mínimo. Para o avanço das negociações, foi fundamental o empenho das delegações de alguns países e regiões, como o Japão, país anfitrião; o Brasil, pela disposição de negociar; a União Europeia, pela flexibilidade nas discussões; e alguns países africanos. “Foi um avô-tório do multilateralismo”, disse ao Estado o embaixador Luis Alberto Figueiredo Machado, principal negociador brasileiro nas duas convenções da ONU.

As medidas, aprovadas por consenso, referem-se a três temas principais: um protocolo sobre acesso e repartição de benefícios dos recursos genéticos da biodiversidade (ABS, na sigla em inglês); um plano estratégico para o período 2011-

2020, com metas mais ambiciosas para a redução da perda de biodiversidade no período; e o compromisso dos países desenvolvidos sobre doações para financiar ações de preservação da biodiversidade.

A questão do acesso e repartição dos benefícios era mais difícil. O Protocolo de Nagoya – como as decisões da COP-10 serão conhecidas doravante – esta-belece que os países têm soberania sobre os recursos genéticos de sua biodiversidade e que o acesso a essa biodiversidade só poderá ser feito como consentimento desses países. Além disso, caso o acesso resulte na elaboração de um produto, os lucros de sua produção e comercialização serão obrigatoriamente compartilhados com o país de origem.

No plano estratégico, um ponto positivo foi a inclusão do valor da biodiversidade nas contas públicas dos países e a redução dos subsídios destinados a atividades consideradas prejudiciais à biodiversidade. Quanto à porcentagem dos territórios a serem conservados, o resultado foi a ampliação das áreas terrestres de 10% (que deveria ter sido alcançada até 2010) para 17% até 2020, e a manutenção em 10% das áreas marinhas. É menos do que a meta de 20%, para áreas terrestres e marinhas, defendida por organizações de defesa do meio ambiente, mas é um avanço.

Ao contrário das decisões da Conferência sobre o Clima, que têm efeito vinculante (com força jurídica), o que tornava mais difícil a sua aprovação, as da Conferência sobre Biodiversidade não têm força de lei. Mas o Protocolo de Nagoya cria uma obrigação política para os governos dos 193 países que participam da Convenção sobre Diversidade Biológica e estabelece balizas para a elaboração de políticas públicas. Cabe agora aos governos e aos cidadãos trabalhar para que ele seja cumprido.

Plano da Sociobiodiversidade: Fórum debate oportunidade de parcerias com setor – Sítio Eletrônico MDA – 04/11/2010

04/11/2010 16:06

O diretor de Geração de Renda e Agregação de Valor da Secretaria de Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SAF/MDA), Arnaldo de Campos, destacou nesta quinta-feira(4), no III Fórum de Diálogo com o Setor Empresarial, em São Paulo, os desafios da estruturação das cadeias produtivas. “Temos que conhecer os gargalos, oportunidades e desafios para evoluir em uma cadeia de negócios que resulte em geração de renda e qualidade de vida para as pessoas, mantendo a floresta em pé”.

Setor empresarial, representantes de povos e comunidades tradicionais, de agricultores familiares e do governo federal estavam reunidos na manhã desta quinta-feira, no Hotel Transamérica, debatendo o assunto. O evento discutiu as parcerias com o setor empresarial e sua importância e o Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade (PNPSB). O fórum foi promovido pela Cooperação Técnica Alemã GTZ e PNPSB.

Arnoldo ressaltou a importância de um canal de comunicação com o setor privado para a realização das parcerias. “Podemos contribuir com políticas públicas para as parcerias acontecerem, seja com o crédito rural, a assistência técnica e extensão rural, o apoio ao conhecimento e tecnologia, entre outros”, afirmou o diretor.

Desafios e oportunidades

O representante da GTZ, Hemut Eger, falou sobre as oportunidades e desafios de parcerias com o setor empresarial. Ele destacou entre os desafios a visibilidade e a escala de produção e, ainda, como oportunidades a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016. “Estes dois eventos são um incentivo para trabalharmos ainda mais em conjunto para a valorização dos produtos da Sociobiodiversidade”, disse.

Durante o debate com o público participante, foram ressaltadas a relevância da Lei da Alimentação Escolar como uma oportunidade de comercialização dos produtos da Sociobiodiversidade; a divulgação para maior visibilidade desses produtos com foco não somente em supermercados como também, em chefes de gastronomia, setores hoteleiro e alimentar, entre outros.

O público apontou a importância do investimento em Ciência e Tecnologia para conhecer melhor a cadeia produtiva, entender o potencial e, assim gerar produtos com o apoio destes conhecimentos.

Grupo Girassol, de MT, reforça aposta na área florestal – Mauro Zanatta – Valor Econômico – Agronegócios – 04/11/2010

Um dos maiores conglomerados do agronegócio de Mato Grosso decidiu reforçar sua aposta nas áreas ambiental e florestal. O Grupo Girassol Agrícola, fundado pelo agrônomo gaúcho Gilberto Göellner, criou um braço empresarial para atrair investimentos, gerir empreendimentos e induzir a criação de um polo agroflorestal de 160 mil hectares na região sul do Estado de Mato Grosso.

A Biomma, que será toda em sociedade com a produtora Jamile Göellner e o engenheiro florestal Eder Zanetti, atuará no ramo de madeiras de múltiplos usos, o que inclui toras para energia, painéis reconstruídos, serraria e laminação, além de serviços ambientais de sequestro de carbono, água e biodiversidade. “E já temos alguns fundos e indústrias interessadas em investir”, afirma Göellner, hoje senador pelo DEM-MT.

A Biomma já tem um projeto definido. A empresa fará consultoria e gestão de reflorestamento em uma área de 38 mil hectares na região de Rondonópolis. O investimento de R\$ 200 milhões será garantido, segundo Zanetti, por um fundo de investimento gerido por dois bancos brasileiros.

Além disso, duas tradicionais indústrias de painéis de madeira devem aportar R\$ 100

milhões cada uma em projetos na região. E outros três fundos de investimento internacional sinalizaram interesse em operar novas indústrias de painéis. “Estão em fase final do primeiro projeto, apesar de apenas 90 dias de atividade”, diz Zanetti.

Ossócios na Biom já contam com uma “vitrine” para atrair novos investidores. A Girassol Reflorestamento mantém 7 mil hectares de eucalipto e espécies nativas plantados em Rondonópolis.

Essa seria a primeira empresa a compor o “cluster” madeireiro moveleiro do Estado.

Os planos para a Biom incluem a seleção de áreas em pontos estratégicos, passando pela consultoria legal, social e ambiental das propriedades, até a comercialização da madeira e dos créditos ambientais das plantações maduras. “Vamos fazer inventários de serviços ambientais dos sistemas produtivos e nas áreas de conservação e preservação”, afirma Jamile Göellner.

A atuação da empresa abrangerá “todos os setores” da economia: indústria, energia, transportes, construção, resíduos, agricultura e florestas, incluindo os produtos florestais madeireiros e os mecanismos de compensação financeira — os chamados REDD e REDD+.

O novo braço florestal ligado à Girassol criará unidades regionais de negócios nas cinco regiões do país para oferecer 37 tipos de serviços ambientais diferentes. “Vamos fazer projetos desde aromas da floresta até questões de aspecto religioso, passando por sequestro de carbono e conservação do solo, água e biodiversidade”, afirma Eder Zanetti.

A Biom terá cooperação operacional com a consultoria STCP para gestão da informação e coleta de dados. As duas empresas também participam de uma iniciativa empresarial para fixar quais bens e serviços ambientais serão remunerados, quem deve receber esses pagamentos e quanto será pago em cada situação. A ONG Ação Verde, patrocinada por indústrias e empresas rurais, mostrará aos interessados como adquirir créditos algumas alternativas de compensação de emissões de dióxido de carbono (CO₂) pagando pela manutenção de áreas verdes de Mato Grosso.

A nova empresa tem sofrido “constrangimentos” com a alteração da regra que limitou investimentos estrangeiros na compra de terras no país. “Tínhamos negócios para US\$ 3 bilhões em dez anos, mas a nova regra afugentou os estrangeiros”, diz Gilberto Göellner.

O sócio Eder Zanetti afirma que a implantação de projetos florestais será de ser concentrada em fundos nacionais, mas os investimentos na parte industrial ainda dão espaço aos estrangeiros.

“Causou um constrangimento porque não podemos mais aceitar investimentos estrangeiros. A nova regra criou uma insegurança jurídica forte. É um obstáculo e deu a impressão de que as leis podem mudar a qualquer momento”, diz.

China avalia ‘desenvolvimento verde’ – O Globo – Economia – 05/11/2010

PEQUIM. A China lançou ontem um indicador de “desenvolvimento verde” para o país, que leva em conta não só a expansão econômica como também o respeito ao meio ambiente. A iniciativa retoma parcialmente uma tentativa anterior de precificação da poluição e é um pequeno exemplo de como a China está gradualmente mudando seu rumo após anos de crescimento econômico veloz, mas às custas da degradação ambiental.

O novo indicador estabelece um ranking de cidades e províncias conforme o seu desempenho para equilibrar a expansão econômica com a proteção ambiental. Em sua primeira edição, o ranking é liderado por Pequim. Já o último lugar é ocupado pela província de Shanxi, onde há uma grande atividade de extração de carvão mineral.

Sistema político dificulta ação pró-meio ambiente O índice, compilado pelo Departamento Nacional de Estatísticas e por duas universidades chinesas, leva em conta 55 indicadores detalhados, como as emissões per capita de dióxido de carbono e a participação dos gastos ambientais nos orçamentos públicos.

Maior emissor global de gases do efeito estufa, a China já se comprometeu a buscar um modelo de crescimento mais limpo e a melhorar sua eficiência energética. Mas ainda é difícil levar essa mentalidade a dirigentes obcecados em garantir altos números relativos ao Produto Interno Bruto (PIB).

Ranking pode servir para compensar funcionários Analistas dizem que o governo chinês deveria enfatizar mais o bem-estar da população e a proteção ao meio ambiente ao avaliar seus quadros, mas reconhecem que tal sistema é difícil de ser desenvolvido no sistema político da China.

Li Xiaoxi, professor da Universidade de Pequim, que coordenou a criação do novo indicador, disse que o ranking pode servir como uma ferramenta para futuras recompensas a funcionários, mas acrescentou que, por enquanto, trata-se apenas de um exercício acadêmico.

— Esperamos que os principais tomadores de decisões na China considerem o nosso trabalho valioso e o incorporem aos documentos oficiais — disse Li.

O Ministério do Meio Ambiente e a agência de estatísticas já haviam tentado desenvolver, anteriormente, uma medição do “PIB verde”, mas abandonaram o projeto devido à resistência de governos locais. Em 2006, os dois órgãos anunciaram que, em 2004, a poluição havia custado à China 511,8 bilhões de yuans, ou 3% do PIB daquele ano. Desde então não houve a divulgação de novos dados.

Pronera: Fortalecimento como política pública de educação no campo – Sítio eletrônico do MDA – 05/11/2010

O fortalecimento e ampliação de parcerias e a expansão para todos os estados do curso de Jornalismo, como forma de democratização da informação, é um dos desafios do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera), desenvolvido pelo Inca. As medidas foram defendidas pela professora da Universidade de Brasília (UnB), Mônica Castagna Molina, durante palestra de encerramento do IV Seminário Nacional do Pronera, na manhã desta sexta-feira (5), na Câmara Federal, em Brasília (DF).

Para Mônica, é importante que o Pronera se consolide cada vez mais como política pública voltada para garantir mais espaços para a formação politizada, transformadora, capaz de contribuir sobremaneira com a justiça social.

Durante os três dias do seminário, que reuniu 500 participantes, dentre os quais professores, assentados estudantes e líderes de movimentos sociais, parlamentares, além de agentes públicos, foram discutidos temas relacionados aos avanços e desafios do Pronera. O programa, criado há 12 anos, vem beneficiando milhares de jovens e adultos em todo o país e conta com parceiros em todos os níveis de governos federal, estaduais e municipais.

Ao final do IV Seminário Nacional do Pronera foi aprovada a Carta de Compromissos pela Consolidação do Pronera, com várias proposições, tais como: aprovação pelo Congresso Nacional de lei específica autorizando o pagamento de bolsas de estudo para os estudantes e professores servidores públicos que atuam no programa; ampliação de mais escolas de educação básica nos assentamentos; ampliação de áreas de conhecimento atendidas pelo Pronera e também dos diferentes níveis de escolarização nessas áreas. A Carta também propõe o aprofundamento de pesquisas acadêmicas e científicas sobre a educação no campo, visando estimular a formação de pesquisadores camponeses.

Os organizadores do evento estudam a possibilidade de realização de um novo evento no próximo ano, também em Brasília. A ideia é ampliar de forma permanente os avanços do Pronera como política pública de educação e conscientização no campo.

Relatório da ONU propõe "CPMF do clima" – Claudio Angelo – Folha de São Paulo – Ciência – 06/11/2010

Grupo nomeado por Ban Ki-moon quer taxar transações para combater aquecimento

Não foi só no Brasil que a CPMF voltou à baila. Um relatório da ONU propôs a criação de um imposto internacional sobre movimentações financeiras como forma de patrocinar o combate à mudança climática.

O documento foi entregue ontem ao secretário-geral, Ban Ki-moon, por um painel de especialistas integrado pelo megainvestidor George Soros e pelo conselheiro econômico da Casa Branca, Larry Summers, ex-reitor da Universidade Harvard. Em fevereiro, a equipe foi encarregada por Ban de encontrar fontes de verba para que os países ricos cumpram sua promessa de levantar US\$ 100 bilhões por ano a partir de 2020 para combater as emissões de carbono e ajudar os países pobres a se adaptarem ao clima.

A promessa foi feita na cúpula do clima de Copenhague, no ano passado. O painel diz que bancar a luta contra o aquecimento é "financeiramente factível e politicamente viável".

Porém, "será necessária uma vontade política consistente", declarou Ban ao receber o relatório dos chefes do grupo, o premiê etíope Meles Zenawi e seu colega norueguês Jens Stoltenberg.

Segundo Stoltenberg, o grupo chegou a três conclusões: primeiro, será preciso colocar um preço nas emissões de CO2, principal gás-estufa, da ordem de US\$ 25 a tonelada. Depois, "novos instrumentos de financiamento público poderiam levantar dezenas de bilhões de dólares por ano".

BILHÕES

E

BILHÕES

Entre eles está uma CPMF internacional, que contribuiria com até US\$ 27 bilhões; impostos nacionais sobre CO2 nos países ricos, que poderiam gerar US\$ 10 bilhões ao ano; e impostos sobre transporte marítimo e aéreo, que poderiam gerar mais US\$ 10 bilhões.

Por fim, o setor privado deverá gerar grande parte da verba, com investimentos amortizados por bancos de desenvolvimento.

"Os países ricos não têm mais desculpa para adiarem o compromisso [de contribuir]", afirmou Steve Herz, do Greenpeace.

A ONG Amigos da Terra, porém, criticou o relatório por enfatizar demais o papel do setor privado.

As conclusões chegam num momento ruim para o governo dos EUA: Summers, afinal, é assessor de Barack Obama e defende impostos sobre o CO2 na semana da vitória republicana no Congresso. Qualquer mecanismo de financiamento do clima depende dos EUA.

"Não acho que o governo vá varrer o relatório para debaixo do tapete", diz Herz. "Eles fizeram uma promessa em Copenhague. E este é um compromisso que vai além desta legislatura."

Crise ambiental é mais grave que a financeira, diz francês – Rafael Cariello – Folha de São Paulo – Mercado – 06/11/2010

Na algaravia de interpretações e obras de divulgação econômica que se seguiu à crise de 2008 e 2009, "A Prosperidade do Vício", de Daniel Cohen, se destaca. O leitor interessado nos meandros das inovações do "shadow banking system" ou no debate sobre as razões últimas da crise deve procurar outro livro na estante. A "débâcle" financeira suscitou uma curiosidade maior sobre o funcionamento e a

história da economia, e é nesse contexto que se insere "A Prosperidade do Vício". Mas não é exatamente do último ciclo de crescimento e recessão que se ocupa a obra. O professor da École Normale Supérieure prefere dar um passo atrás -ou vários- e inserir o momento atual em uma análise de longa duração histórica. Longuíssima duração, na verdade. A ambição do pequeno volume é narrar uma história econômica da humanidade que começa antes mesmo da invenção da agricultura - ocorrida, nas palavras irônicas do autor, "há apenas 10 mil anos". Mas que chega, em menos de 200 páginas, ao "novo capitalismo financeiro" das últimas décadas e à impressionante ascensão chinesa. Cohen procura demarcar momentos decisivos nesse arco de tempo gigantesco. E apresenta ao leitor a lógica e os argumentos das diferentes explicações teóricas que cada um deles suscitou. O que veio antes: o sedentarismo ou a agricultura? O autor não responde à pergunta de forma definitiva, mas descreve instigantes modelos especulativos que defendem a precedência de um ou de outro. Outro marco divisório aparece no final do século 18, com a superação da "lei de Malthus". Até o advento da Revolução Industrial, o crescimento econômico engendrava seus próprios limites. O aumento da população dele decorrente não era acompanhado de ganhos similares na produtividade da agricultura. Uma fração maior de pessoas se alimentava mal. Fome, doenças e guerras reduziam novamente o contingente populacional, a capacidade de produzir e o crescimento.

NOVO

LIMITE

Desde o século 19, esse limite foi superado. A indústria e ganhos de produtividade inéditos na agricultura se espalharam pelo mundo. Mas o espectro de um teto ao crescimento volta a rondar a humanidade, segundo a narrativa de Cohen. A "crise ecológica", a impossibilidade de "a riqueza saída das entranhas do planeta" ser multiplicada para atender ao crescente nível de consumo em países como China e Índia impõem restrições, diz o autor. Cohen compara esse possível limite futuro com a longa vigência da "lei de Malthus". Teria sido esse breve intervalo de dois séculos de crescimento desimpedido, desde a Revolução Industrial, uma exceção? Ou uma mudança definitiva de padrão? O autor não responde.

A PROSPERIDADE DO VÍCIO

AUTOR Daniel

Cohen

TRADUÇÃO Wandyr

Hagge

EDITORA Zahar

QUANTO R\$ 34 (200 págs.)

Acordo é primeiro com número para proteção global de espécies – Reinaldo José Lopes – Folha de São Paulo – Ciência – 07/11/2010

A conferência em Nagoya também marcou o fim do reinado dos adjetivos nos documentos da Convenção sobre Diversidade Biológica. Pela primeira vez, metas com números reais para deter a perda de biodiversidade (e não só termos como "significativo", "substancial") foram postas na mesa. "São propostas ambiciosas em vários casos", afirma o engenheiro florestal Fábio Scarano, diretor-executivo da ONG Conservação Internacional no Brasil. Com horizonte previsto para 2020, elas incluem a meta de zerar as extinções de espécies e de reduzir pela metade a perda de habitats naturais. A ideia é, nesse mesmo prazo, 17% da área terrestre do planeta, bem como 10% da área dos oceanos, virem reservas naturais.

"Confesso que a meta terrestre não me emocionou, porque hoje já temos 13% nessa conta. Por outro lado, só 1% da área marinha está protegida hoje", lembra Scarano. "Essa meta é uma conquista importante porque obteve até mesmo o apoio de países asiáticos que tradicionalmente dependem muito de recursos marinhos."

FALTA

CONVERSA

Para Scarano, o próximo desafio é fazer com que as convenções ambientais da ONU - em especial a da biodiversidade e a do clima- voltem a se "falar". A oportunidade perfeita, pode ser a chamada Rio +20 -cúpula em 2012 que marcará os 20 anos da histórica Eco-92, no próprio Rio. No evento, a reunião de ambas as convenções acontecerá ao mesmo tempo. "Precisamos criar essa convergência, fazer ações coordenadas", afirma ele. Uma oportunidade óbvia envolve o chamado Redd+, mecanismo de redução de emissões de gases do aquecimento global por meio da queda do desmatamento. Bastaria, por exemplo, que os incentivos ao Redd+ também envolvessem áreas com especial interesse para a preservação da biodiversidade, como o cerrado.(RJL)

Tentativas no Brasil ainda não deram certo – Reinaldo José Lopes – Folha de São Paulo – Ciência – 07/110/2010

EDITOR DE CIÊNCIA

Até hoje, tentativas de explorar os recursos da biodiversidade remunerando o conhecimento de povos indígenas deram com os burros n'água. O caso mais emblemático no Brasil talvez seja o que envolveu índios craôs, do Tocantins, e a Unifesp. O grupo da universidade paulista buscava moléculas de interesse médico em ervas usadas pelos índios. A Unifesp chegou a firmar convênio com uma associação da tribo, mas outro grupo de índios, que rivalizava com essa associação, reclamou por se considerar excluído. Após ameaça de processo, a pesquisa foi interrompida. Para evitar esse tipo de quiprocó, o Protocolo de Nagoya estabelece que todos os grupos detentores de determinado conhecimento tradicional devem ser beneficiados num acordo.(RJL)

O improvável final feliz da conferência global sobre a biodiversidade em Nagoya (Japão), no último dia 29, fez com que um velho sonho dos países em desenvolvimento se tornasse mais viável: lucrar com suas espécies. "Ficou claro que proteger a biodiversidade é muito mais do que cuidar de bichinho. Trata-se, na verdade, de um recurso estratégico, uma nova fronteira", disse à **Folha** a ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira. Para ambientalistas, Teixeira e os demais membros da delegação brasileira estão entre os principais responsáveis pelo surpreendente êxito de Nagoya, que rompeu com 18 anos de impasse nas negociações da CBD (Convenção sobre Diversidade Biológica da ONU).

O Brasil, aliado a outros países em desenvolvimento, recusou-se a negociar um documento que não incluísse propostas de financiamento claras para enfrentar a perda de espécies mundo afora e, principalmente, um regime global de ABS (em inglês, sigla para "acesso e repartição de benefícios" oriundos da biodiversidade). A pressão funcionou, e o encontro viu o nascimento do Protocolo de Nagoya, que estabelece justamente regras mundiais a respeito de ABS. Segundo o texto, o uso comercial de substâncias ou genes de qualquer espécie nativa de determinado país (planta, animal ou micróbio, por exemplo) depende do consentimento informado do governo desse país. Caso dada substância -o princípio ativo de um novo remédio, por exemplo- também seja utilizada tradicionalmente por um povo indígena, digamos, esse grupo também terá de dar sua autorização para o uso. E será necessário um acordo formal para que os lucros da venda do produto sejam repartidos com o país de origem da espécie e o povo indígena.

"GERAL, NÃO GENÉRICO"

O protocolo, é verdade, não determina porcentagens de divisão de lucros. Também abre a possibilidade de a "repartição de benefícios" envolver compensações não financeiras, como transferência de tecnologia. "É assim mesmo. É bom que o protocolo seja geral, embora não seja genérico", brinca Teixeira. "Imagine o caso da China, por exemplo. Lá, os recursos da biodiversidade pertencem mesmo ao Estado, enquanto nós reconhecemos o papel das populações tradicionais no uso desses recursos." "Mesmo com esse viés generalista, eu não tenho dúvidas de que o Protocolo de Nagoya vai ser tão importante quanto o Protocolo de Kyoto", diz o engenheiro florestal Mauro Armelin, coordenador do Programa da Amazônia da ONG WWF-Brasil. A comparação é com o protocolo que iniciou as tentativas mundiais de diminuir a emissão de gases responsáveis pelo aquecimento global. Assim como Kyoto ajudou a criar um mercado internacional de emissões de carbono entre países ricos e pobres, o novo protocolo pode fazer o mesmo em relação aos recursos da biodiversidade, afirma Armelin.

O desafio agora, diz Teixeira, é refinar as regras nacionais para que cientistas e empresas brasileiras possam criar produtos inovadores seguindo o protocolo. "É claro que a discussão para chegar a isso vai exigir maturidade por parte dos nossos órgãos ambientais", afirma ela.

Aumenta a demanda por madeira de florestas plantadas no Brasil – Sítio Eletrônico da CAN – 08/11/2010

Brasília (08/11/2010) – A madeira produzida a partir de florestas plantadas tem comprador certo, reflexo da expectativa de aumento da demanda por parte das indústrias siderúrgicas e de outros setores, como a construção civil. Outro fator que vai resultar no aumento da procura por madeira reflorestada é a proibição, nos próximos anos, da queima de madeira nativa nos fornos das indústrias siderúrgicas. Para discutir as oportunidades e o potencial desse mercado, a Associação dos Reflorestadores do Tocantins (ARETINS) organizou para amanhã (9/11) e quarta-feira (10/11) o 1º Congresso Florestal do Tocantins – Tocantins Florestal.

Durante dois dias, especialistas de vários Estados discutirão, em Palmas (TO), questões técnicas e as condições de mercado para a madeira produzida a partir de áreas reflorestadas. A demanda por madeira produzida no Tocantins está aquecida e as perspectivas são promissoras para os próximos anos. A madeira produzida no Estado abastece parte da demanda de dois pólos siderúrgicos instalados nos municípios de Açailândia (MA) e de Marabá (PA) que reúne cerca de 20 siderúrgicas.

Hoje, as siderúrgicas ainda têm autorização para queima de árvores nativas, prática que provavelmente será banida nos próximos anos devido às pressões ambientais. “Se 100% do consumo dessas indústrias fosse atendido com madeira de reflorestamento, elas demandariam, por ano, aproximadamente 90 mil hectares de florestas”, afirma o vice-presidente da ARETINS, Irajá Abreu.

Dados da associação mostram que 50 mil hectares são ocupados com florestas plantadas hoje no Tocantins. Em todo o País, a área total ocupada com eucalipto e pinus somou 6,310 milhões de hectares em 2009, de acordo com dados da Associação Brasileira de Produtores de Florestas Plantadas (ABRAF).

De acordo com especialistas, as condições de clima e solo garantem ao Brasil uma situação mais competitiva em relação a outros países no segmento de florestas plantadas. Aqui, uma árvore de reflorestamento atinge o ponto ideal de corte num prazo de sete anos. Nos países da Europa, o corte só pode ser feito com 30 anos. “O Brasil desponta como país potencial para a atividade de florestas plantadas”, afirma o vice-presidente da ABRAF.

O País tem outros diferenciais em relação aos demais países. “Os solos férteis, o clima, e o regime de chuvas da região são ideais para o plantio de eucalipto”, lembra Irajá Abreu. A posição geográfica do Estado facilita a venda da madeira para o mercado interno e para a exportação, escoamento facilitado pela logística de transporte. O baixo preço da terra

em relação a outros Estados também é um atrativo para os investimentos. Há, também, políticas específicas de incentivos fiscais e financiamentos para o reflorestamento.

Senadora Kátia Abreu defende atualização do Código Florestal – Sítio Eletrônico da CNA – 09/11/2011

A presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), senadora Kátia Abreu, defende nesta terça-feira, 9 de novembro, na abertura do 1º Congresso Florestal do Tocantins – Tocantins Florestal, a atualização do Código Florestal brasileiro. Segundo a presidente da CNA, este é o único caminho para legalizar a situação dos produtores rurais. “Se as regras atuais forem mantidas, 90% da produção agropecuária nacional estará em situação de ilegalidade”, afirmou a senadora.

Ao falar sobre o tema “Meio ambiente e produção de alimentos: uma conciliação possível”, a presidente da CNA ressaltou que Tocantins mostra grandes possibilidades de negócios por meio do desenvolvimento sustentável. Salientou que o Estado pode se tornar promissor nas atividades de reflorestamento. Mas, para que isso se concretize e para que o Brasil cresça, disse que será preciso atualizar a legislação ambiental e adequar as necessidades de milhares de produtores, tirando-os da ilegalidade.

Durante sua apresentação, a presidente da CNA lembrou que a proposta de revisão do Código Florestal, aprovada neste ano numa Comissão Especial da Câmara dos Deputados, fez várias alterações na legislação ambiental em vigor, atingindo as atividades dos reflorestadores e agricultores, entre outros segmentos.

Como representante da classe produtora, a senadora Kátia Abreu contou que tem viajado pelo Brasil para esclarecer milhões de produtores que estão plantando “fora das normas” previstas na legislação, abordando os principais itens do novo modelo proposto pelo projeto em discussão na Câmara. Em 13 anos, segundo a presidente da CNA, o Código Florestal passou por 64 modificações. Entre 1965 e 2009, foram publicadas 11 leis que tratam do tema. Para ela, a atualização da legislação é importante e necessária para acompanhar o desenvolvimento da atividade agropecuária.

A senadora falou ainda que os produtores de hoje estão pagando pelo seqüívocos cometidos na época da criação do Código Florestal. Na ocasião, a realidade do setor agropecuário era outra, não existia a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), nem o monitoramento por satélite e a Amazônia não estava em questão.

Silvicultura - A senadora anunciou a criação da Comissão Nacional de Silvicultura da CNA e informou aos participantes do Tocantins Florestal que o vice-presidente da entidade, Ademar Silva Júnior, presidirá a nova comissão, que tem o

objetivo de discutir propostas que permitam a melhoria da atividade de reflorestamento no Brasil.

Caberá à comissão assessorar a diretoria da CNA sobre as questões na área de produção florestal, elaborando estudos e propostas que contribuam para o desenvolvimento do setor.

O Tocantins Florestal foi organizado pela Associação dos Reflorestadores do Tocantins (ARETINS). Durante o evento, o vice-presidente da ARETINS, Irajá Abreu, apresentou uma lista de reivindicações do setor de reflorestamento ao governo estadual. A desburocratização das licenças ambientais e a adoção de políticas de incentivo para qualificação de mão de obra para trabalhar na atividade estão entre os pedidos encaminhados à equipe de transição do governo do Estado.

O 1º Congresso Florestal do Tocantins – Tocantins Florestal segue até amanhã (10) em Palmas. A programação do evento pode ser consultada no endereço eletrônico <http://www.tocantinsflorestal.com.br/>

*Assessoria de imprensa senadora Kátia Abreu
Luiz Armando
Telefone: (63) 3213 1777*

MDA/Incrá e Embrapa lançam plano de reflorestamento em terras da reforma agrária – Sítio Eletrônico do MDS - 10/11/2010

Viabilizar uma fonte de renda sustentável para assentados da reforma agrária e, ao mesmo tempo, recuperar áreas desmatadas da Amazônia Legal. Esta é uma alternativa de desenvolvimento rural que ganhou força no início deste mês, graças à assinatura de um Termo de Cooperação entre o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incrá) e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa).

Por meio dele agricultores dos municípios do Arco Verde serão capacitados para atuarem como fornecedores de sementes e mudas que serão usadas na recomposição das áreas de preservação permanente (APP) e de reserva legal (ARL) na Amazônia. As sementes e mudas poderão suprir diretamente os próprios assentamentos de mais agricultores e outros futuros demandantes de espécies florestais na região.

O investimento total do Incra no projeto chega a R\$ 12 milhões. Os recursos serão transferidos para a Embrapa e vão financiar os trabalhos de pesquisa, implantação e legalização de áreas de coleta de sementes nativas e produção de mudas, dentro e fora dos assentamentos.

A primeira etapa das atividades, previstas para o fim deste ano e 2011, abrange mais de 20 mil hectares e vai beneficiar diretamente pelo menos 10 mil famílias

assentadas. Ao todo, estão envolvidos projetos de assentamento dos municípios paraenses de Marabá, Itupiranga, Pacajá e Paragominas. No Mato Grosso, serão atendidos os municípios de Querência, Peixoto de Azevedo, Nova Ubiratã e Confresa.

Metodologia

Em cada um dos oito municípios selecionados, será feito um levantamento da cadeia produtiva florestal e do tipo de vegetação característica, para definir as espécies mais indicadas para o reflorestamento. Em seguida, serão selecionadas pelo menos dez árvores nativas que servirão como matrizes das espécies em cada povoamento natural. A quantidade de mudas necessárias para reabilitação de cada área a ser recuperada será definida por meio de levantamento junto ao Incra, tendo como base os estudos de avaliação das APP e ARL.

Também serão identificados ou implantados em local estratégico de cada um dos oito municípios viveiros para produção de mudas, que serão submetidos ao controle de qualidade e às normas legais vigentes no país. Por fim, serão promovidos dois cursos de capacitação para trinta assentados, em cada município. No total, serão 16 cursos voltados para 480 assentados. A idéia é que eles dominem a técnica de coleta de sementes e produção de mudas, e sejam multiplicadores desse trabalho em suas comunidades. A Embrapa também produzirá cartilhas e manuais técnicos sobre identificação, marcação de árvores matrizes, coleta e conservação de sementes.

Serão oferecidos cursos reconhecidos pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) destinados a viveiristas, agricultores familiares, assentados e demais interessados na produção de mudas. Os temas abordados envolvem protocolos de germinação, propagação vegetativa, adubação, pragas e doenças, entre outros.

Incentivo

A implantação de um programa de incentivo à coleta de sementes e produção de mudas para comercialização é uma demanda antiga da região, que vem sendo apoiada nos últimos anos pelo governo federal. “Não estamos propondo algo novo, mas reconhecendo inúmeras iniciativas praticadas por pequenos agricultores há mais de 30 anos e que hoje são modelo de viabilidade ambiental para a Amazônia”, explica o engenheiro agrônomo João Daldegan, um dos servidores do Incra envolvidos no trabalho.

É importante salientar, no entanto, que o sucesso do programa pressupõe a continuidade das ações, por meio do fomento à comercialização de sementes e mudas e do incentivo e orientação aos assentados para adotarem o sistema agroflorestal, que consiste basicamente na manutenção da mata original da floresta e a exploração racional de suas espécies nativas.

Por meio dos programas de crédito e de assistência técnica, o Incra tem incentivado a mudança da matriz produtiva dos assentamentos neste sentido. A ação

conjunta e articulada com a Embrapa garantirá a expertise necessária para qualificar esse trabalho. “A ideia é garantir uma fonte de renda consistente para o assentado por meio da recuperação da capacidade produtiva das áreas de reserva legal”, acrescenta Daldegan.

Operação Arco Verde

A operação Arco Verde do Governo Federal foi institucionalizada pelo Decreto nº 7.008, de 12 de novembro de 2009, para reduzir o nível de desmatamento nos estados do Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia e Roraima. O objetivo é favorecer a transição do atual modelo de produção para um modelo sustentável, através de um conjunto de programas. A região foi estrategicamente escolhida pelos altos índices de desmatamento mapeado pelo Instituto Nacional de Pesquisa Espacial (Inpe).

O desenvolvimento sustentável – Carlos Lessa – Valor Econômico – Opinião – 10/11/2010

O neomalthusianismo, adepto do controle e da “redução” demográfica, tem versões modernas.

O Clube de Roma chamou atenção para a exaustão dos recursos econômicos não renováveis, com a ideia subjacente de uma expansão demográfica sobre a biosfera não renovável. O “homo sapiens” instalou a biosfera prosperando numericamente e multiplicando (com enorme assimetrias) o padrão de vida. A população, tal como uma colônia de cupins instalada em uma viga de madeira, pode se alimentar bem, inclusive multiplicando membros e sua colônia. Porém, quando a viga de madeira é corroída, a colônia de cupins desaparece. A ideia é que o planeta tem certa disponibilidade de terra, água, minérios e oxigênio equivalente a uma viga de madeira e o uso crescente dessa disponibilidade aponta para um apocalipse. Variações geoclimáticas, novas pragas e doenças ou fantasias dignas de filmes de terror sinalizam que o desenvolvimento das forças produtivas é irresponsável.

De forma bem educada, há crescente deposição de confiança no desenvolvimento científico e tecnológico, que funciona como um multiplicador de acesso aos recursos existentes, redefinindo e ampliando sua aplicabilidade aos padrões sociais. E simultaneamente, prosperou o discurso que propõe padrões de sustentabilidade, isto é, a prevalência de um sistema redutor de desperdícios.

A tarefa da ciência e tecnologia seria o desenvolvimento de novas técnicas que permitissem reduzir o desperdício, ou seja, multiplicar o que o “homo sapiens” utiliza da biosfera. Se a ciência e tecnologia estiverem orientadas para a redução do desperdício, e as normas sociais assimilarem essas técnicas, o mundo iria evoluir para uma economia de baixo carbono.

Nenhum recurso é tão importante e essencial para os padrões de vida da atualidade,

inclusive de suas assimetrias, do que a energia fóssil concentrada em carvão e, principalmente, em petróleo.

O petróleo do pré-sal brasileiro abre para o Brasil a possibilidade de encaminhar nossas forças produtivas em direção à superação de nossas assimetrias e desigualdades sociais.

Tudo leva a crer que a presidente Dilma considera que o desenvolvimento dos campos do pré-sal irá gerar, pelas exportações de petróleo cru, os recursos necessários para evoluir em direção a uma sociedade mais justa e adepta de práticas de redução de desperdício e produção com baixo carbono. Essa é uma visão gratificante, porém ingênua.

Se a humanidade superar a crise e voltar a crescer, o preço do petróleo cru se elevará. Minérios mais difíceis, como areias betuminosas ou prospecção em zonas desérticas, glaciares ou marinhas serão procedimentos para obter algum “novo” petróleo. Quem dispõe do petróleo da Península Arábica (custo de extração próximo a US\$ 1 por barril) ou do brasileiro (com o pré-sal a US\$ 25 por barril) estará recebendo um ganho crescente, pois o preço mundial será comandado pelo petróleo com alto custo.

Como o petróleo está presente em praticamente toda a produção de bens e serviços, haverá inexoravelmente uma inflação de custo, o que significa que durante décadas o petróleo será cada vez mais caro, com valor superior ao ouro ou a título de dívida de qualquer país como “base” financeira. Isso irá se refletir no cenário geopolítico e geo-econômico. Mesmo após um colapso parcial derivado da escassez, o que sobrar de petróleo será uma base financeira de crescente importância.

O Brasil não deve transferir propriedade de reserva de petróleo para nenhuma outra companhia que não a Petrobras. Principalmente não devemos nos converter em exportadores de petróleo cru.

Utilizemos o pré-sal para desenvolver a matriz hidrelétrica. Utilizemos nossa nova base financeira para captar recursos quando nos permitirmos mudar radicalmente a estrutura de transporte brasileira: precisamos de ferrovias que integrem todas as regiões e façam nossa ligação com o Pacífico; precisamos desenvolver a indústria naval, a navegação de cabotagem e a utilização racional de nossas bacias hidrográficas.

O petróleo do pré-sal tem que ser exportado gota a gota, e cada gota deve ter um destino pensado e relevante para o desenvolvimento das forças produtivas, do mercado interno e da ampliação das políticas sociais e da educação.

Nas condições atuais, a exportação do petróleo do pré-sal instalará no Brasil a doença da desindustrialização e servirá, inclusive, para importarmos a face francesa pré-lavada, à venda nos supermercados dos bairros com alto poder aquisitivo. Em vez da reforma e ampliação da infraestrutura, as exportações do pré-sal podem se converter numa maldição.

O argumento de que a exportação do pré-sal se alinha com o desejo de ampliar investimentos brasileiros no exterior; com o argumento de como o petróleo vai se esgotar e, então, é melhor vendê-lo logo, para nos beneficiarmos da demanda. O petróleo do pré-sal não vai desaparecer. E, com a escassez do petróleo, o

Brasil pode ampliar sua soberania.

Presidente Dilma, não embarque na canoa furada de utilizar a exportação de petróleo para preparar o Brasil para a economia de baixo carbono. Isso é profundamente ingênuo. O Brasil tem que ampliar o mercado interno, multiplicar empregos urbanos de qualidade, combater os desperdícios pelo controle dos padrões tecnológicos utilizados pelas filiais estrangeiras no Brasil. É impressionante a diferença de produtos de marca entre os aqui disponíveis e os fabricados pelas filiais das mesmas multinacionais no primeiro mundo. Sem navegação de cabotagem e ferrovias troncais, o Brasil continuará a transportar por caminhão do Oiapoque ao Chuí — e esse é o principal desperdício de petróleo.

O petróleo do pré-sal não desaparecerá. Com a falta de combustível, o país pode ampliar a sua soberania

Carlos Francisco Theodoro Machado Ribeiro de Lessa é professor emérito de economia brasileira e ex-reitor da UFRJ.

Foi presidente do BNDES; escreve mensalmente às quartas-feiras.

E-mail: carlos-lessa@oi.com.br

Ambientalistas articulam outra versão para o Código Florestal – Claudio Angelo – Folha de São Paulo – Ciência – 11/11/2010

Ambientalistas estão articulando a redação de um novo projeto de lei para reformar o Código Florestal, a ser votado no ano que vem. A ideia é flexibilizar a lei atual, mas em termos menos dramáticos que os da proposta do deputado Aldo Rebelo (PCdoB), aprovada numa comissão da Câmara. O projeto começou a ser gestado ontem, numa reunião entre deputados da Frente Parlamentar Ambientalista e ONGs. Em paralelo, parlamentares e ambientalistas iniciam um trabalho de convencimento dos líderes partidários e do presidente da Câmara, Michel Temer (PMDB-SP), para evitar que a proposta de Rebelo seja votada neste ano, como querem ruralistas. Segundo o deputado Sarney Filho (PV-MA), líder da frente, o novo texto deverá ser "propositivo". Ou seja, em vez de dizer ao setor produtivo o que não fazer, ele deverá dizer como produzir respeitando os biomas. A proposta deverá abarcar cinco áreas sensíveis, nas quais o parecer de Rebelo introduz o que os ambientalistas chamam de "flexibilização excessiva": recuperação de reserva legal sem anistia a desmatadores, áreas de ocupação consolidada, repartição de competências entre União, Estados e municípios, pequenas propriedades e áreas de preservação permanente, ou APPs. Ambientalistas dizem que é possível flexibilizar APPs "com critério", mantendo a proteção, mas sem excluir a atividade produtiva.

Um exemplo são os topos de morro. O Código Florestal atual não permite nenhum plantio nessas áreas. A nova proposta deverá permitir o cultivo de espécies lenhosas perenes, como o café. Já o texto de Rebelo exclui da categoria de APP zonas de várzea, encostas e topos de morro - e prevê menos matas em margens de rio. Para os ambientalistas, a proposta é inaceitável por ameaçar a função biológica das APPs. A SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência) e a ABC (Academia Brasileira de Ciências) também chiaram, dizendo que a proposta foi feita sem embasamento científico. As academias devem divulgar no mês que vem um relatório sobre o código. A bancada ambiental diz que vai levar em conta as críticas.

Os desafios de uma potência ambiental – O Globo – Economia – 11/11/2010

Existem pelo menos três boas razões para que o novo governo que toma posse em janeiro ponha o Brasil, de uma vez por todas, no caminho do desenvolvimento sustentável. A primeira delas é ética. Tem a ver com deixar de fazer as coisas de uma certa maneira para fazer da maneira certa. Considerando a escala de tempo, somos apenas visitas num planeta que tem mais de 3,5 bilhões de anos. Portanto, já está mais do que na hora de parar de botar os pés em cima da mesa e sujar a casa.

O segundo argumento está relacionado com o instinto de sobrevivência que todos nós temos ou deveríamos ter. Se nada for feito, alertam nove em cada dez cientistas, podemos ser incluídos na triste lista dos animais ameaçados de extinção. A diferença é que os outros são irracionais. O terceiro motivo, menos nobre que o primeiro e menos assustador que o segundo, é porque, simplesmente, pode ser um ótimo negócio.

A expressão “potência ambiental tropical” foi criada pelo cientista Carlos Nobre, do INPE, inspirado no embaixador Rubens Ricupero, e mostra o tamanho da oportunidade que o Brasil tem pela frente nos próximos dez anos. Nobre vai além e diz que podemos ser o país “mais economicamente limpo do mundo”. A nossa matriz energética já tem 46% de fontes renováveis, mas não podemos nos acomodar com o binômio etanol e energia hídrica. Ele defende a criação de uma meta para que em 2020 o Brasil tenha 55% de energia limpa.

— A China tem 92% de energia fóssil (poluente), mas investe muito mais em alternativas do que o Brasil. Eles estão chegando a uma produção de 30 GW de energia eólica, o que é quase metade de toda a energia produzida por nós, que gira em torno de 75 GW. Enquanto isso, após o leilão de 2009, estamos próximos de produzir 1,8 GW de eólica.

Fábio Barbosa, presidente do Grupo Santander Brasil, acha que é preciso acabar com a ideia de que um país para ser sustentável precisa abrir mão do desenvolvimento econômico. Ele cita o exemplo da indústria da cana, e empresas sustentável precisa abrir mão do desenvolvimento econômico. Ele cita o exemplo da indústria da cana, e empresas como a Natura, que ganharam o mercado internacional levando a bandeira da

sustentabilidade. Mas o executivo defende também a eficiência como parte fundamental nesse caminho em direção a uma potência ambiental.

— O Brasil hoje cria um boi por hectare, o que é um completo absurdo. Temos uma oportunidade enorme de ganho de produtividade na agricultura, nos transportes, na geração de energia. Sem derrubar florestas, mas aproveitando melhor o solo, a água e o sol abundante que temos.

Mas na opinião de Carlos Nobre, o grande potencial brasileiro está na indústria da biodiversidade, que a Ministra do Meio Ambiente, Isabella Teixeira, chamou de o novo pré-sal. O cientista acha que o potencial é maior do que o pré-sal e não considera exageradas as estimativas que falam em US\$4 trilhões.

— Uma potência tem que ser capaz de criar soluções inovadoras. Um país grande é um país industrializado. Portanto, precisamos criar indústrias de biodiversidade em todas as regiões e não só no Sudeste. Hoje usamos apenas 0,1% do potencial que a biodiversidade tem no Brasil. Existem mercados na indústria química, farmacêutica etc. Precisamos aproveitá-los, mas com um modelo socialmente justo e ambientalmente sustentável.

Agronegócio apoia campanha de Aldo – Fernanda Odilla e Claudio Angelo – Folha de São Paulo – Ciência – 13/11/2010

Setores interessados em flexibilizar o Código Florestal financiaram a campanha de 11 dos 13 deputados que votaram a favor do relatório de Aldo Rebelo (PCdoB-SP), aprovado em 6 de julho por comissão especial da Câmara. O próprio Rebelo foi um dos beneficiários ao receber neste ano verbas de empresas ligadas ao campo. Só de cooperativas de produtores de café, cana e laranja, Rebelo recebeu R\$ 130 mil. O comitê financeiro de seu partido também recebeu doações de cooperativas do setor, além de R\$ 70 mil da Bunge Fertilizantes, mesma quantia doada a deputados ruralistas que integraram a comissão especial. Os cafeicultores têm interesse direto na alteração da lei sobre florestas. Grande parte do café plantado no sul de Minas e no Paraná está em encostas, áreas de preservação permanente (APPs). Se o código fosse cumprido à risca, como determina o decreto de 2008 que o regulamentou, a maior parte do café estaria ilegal, e os produtores, sujeitos a multa. O parecer de Rebelo tira encostas e topos de morro da categoria de APP e anistia de multa os desmates até julho de 2008. Questionado sobre se sua atuação sobre o código influenciou no perfil de seus doadores em 2010, Rebelo primeiro afirmou "não crer" que seu relatório atraiu financiadores. Disse que a arrecadação ficou por conta do tesoureiro da campanha. Num segundo momento, admitiu que pode ter sido procurado por representantes do setor. "Também doaram para outras campanhas", disse. "Doaram mais para a da Marina [Silva] do que para a minha." A Cooperativa dos Cafeicultores de Guaxupé (MG), porém, sabe muito bem por que doou R\$ 50 mil para a campanha do deputado. Foi "justamente" por causa do parecer, disse o seu presidente, Carlos Paulino da Costa.

"CERTAS

ONGS"

"Havia uma campanha de certas ONGs que queriam impedir a eleição dele. Como o Código Florestal defende os nossos interesses, era hora de fazermos o contra-ataque." A Bunge também estreou como doadora do PCdoB. A multinacional nega que tenha sido motivada pelo projeto do código. "As contribuições são baseadas em posturas amplas de busca permanente da promoção do desenvolvimento sustentável", afirmou em nota. Apenas Marcos Montes (DEM-MG) admitiu ter procurado representantes do setor para pedir doação. "Precisamos nos mobilizar para a sociedade entender a importância do produtor rural." Luis Carlos Heinze (PP-RS), Paulo Piau (PMDB-MG), Homero Pereira (PR-MT), Reinhold Stephanes (PMDB-PR) e Duarte Nogueira (PSDB-SP) não condicionam as doações à atuação na comissão. Dizem receber tradicionalmente doações do agronegócio por terem uma atuação ligada à agricultura. Dos que foram a favor das mudanças, só Ancelmo de Jesus (PT-RO) não recebeu dinheiro. Não consta a prestação das contas de Ernandes Amorim (PTB-RO), barrado na Lei da Ficha Limpa. Procurados por meio dos gabinetes na Câmara, os demais deputados não retornaram.

Ibama multa Natura em R\$ 21 milhões por uso ilegal da flora – Folha de São Paulo – Ciência – 13/11/2010

Empresa do candidato a vice de Marina afirma que vai recorrer DE BRASÍLIA O Ibama multou em R\$ 21 milhões a Natura, uma das maiores fabricantes nacionais de cosméticos, por usar recursos da biodiversidade brasileira sem autorização. Segundo o site Ig, as multas fazem parte de um pacote de autuações de R\$ 100 milhões, aplicado a várias empresas nacionais e estrangeiras e resultado de investigação do Ministério Público Federal do DF. A Natura pertence a Guilherme Leal, candidato a vice-presidente na chapa da senadora e ex-ministra do Meio Ambiente Marina Silva. Segundo Rodolfo Guttilla, diretor de Assuntos Corporativos da Natura, a empresa recebeu 64 autos de infração no último dia 3 e vai recorrer. Guttilla diz que as multas se devem a "entendimentos diferentes" sobre o processo de autorização para acesso a recursos genéticos. O tema é regulado por uma Medida Provisória de 2001, que foi alvo de críticas dos cientistas, mas que o Ministério do Meio Ambiente (MMA) nunca conseguiu alterar. Pela regra atual, qualquer acesso a espécies da fauna e da flora brasileiras para pesquisa depende de uma autorização prévia do CGen (Conselho de Gestão do Patrimônio Genético).

Para um produto ser colocado no mercado, é preciso além disso a anuência do provedor (seja o governo ou uma comunidade tradicional ou indígena) e um contrato de repartição de benefícios. A Natura diz que 100% de seus produtos têm repartição de benefícios. Mas diz que não pode esperar dois anos por uma autorização de pesquisa do CGen. "Dois anos é o ciclo de vida de um produto no mercado", diz Guttilla. A situação, diz, ficou mais grave em 2007, quando o conselho, ligado ao MMA,

suspendeu a análise dos pedidos de pesquisa da Natura. Uma das 64 multas se refere à pesquisa de aromas de uma planta coletada dentro da fazenda da Natura em Cajamar (interior paulista). "Estão extrapolando os limites da racionalidade econômica", reclamou. Procurado pela Folha no começo da noite de ontem, o Ibama não se manifestou. A assessoria de imprensa do órgão afirmou que não conseguiria localizar ninguém para comentar o caso, por ser sexta-feira à noite. O presidente do CGen, Bráulio Dias, também não pôde ser localizado até o fechamento desta edição.

Cerrado vai ganhar corredor ecológico de 20 quilômetros – Giuliana Miranda – Folha de São Paulo – Ciência – 14/11/2010

O cerrado -segundo bioma mais ameaçado do Brasil, atrás apenas da mata atlântica- ganhará um corredor ecológico ligando dois de seus principais polos de conservação: o parque nacional da Chapada dos Veadeiros e a reserva particular da Serra do Tombador, em Goiás. Com cerca de 20 quilômetros de extensão em linha reta, o corredor permitirá que os animais da região circulem com facilidade entre as duas áreas de preservação. Além de facilitar o tráfego das espécies, o corredor irá permitir a fuga dos animais para ambientes seguros em caso de incêndios. Atualmente, há vários pontos de desmatamento no caminho entre essas duas reservas, o que dificulta a circulação e deixa os bichos mais vulneráveis à caça e a outras ameaças. Pelo atual Código Florestal, os terrenos particulares do cerrado precisam manter 20% de sua área preservada: a chamada reserva legal. Idealizadora do projeto, a Fundação Boticário de Proteção à Natureza -que administra a reserva da Serra do Tombador- pretende criar o corredor usando as áreas de reserva legal das propriedades que ficam no caminho. Apesar da norma, é comum que os proprietários desmatem além do limite permitido, devido à falta de fiscalização e repressão. "Para criar o corredor e ajudar o ecossistema, não é preciso grandes invenções. Basta fazer com que os fazendeiros preservem o que a lei determina", afirma a engenheira florestal e ex-professora da UFRRJ (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro) Maísa Guapyassú. "Já que o governo não dá conta de tantas as demandas, é fundamental que a iniciativa privada colabore", disse Guapyassú, que é analista de projetos da fundação. No projeto do corredor, o georreferenciamento, parte mais cara da iniciativa, será financiada pela fundação e ONGs (organizações não governamentais) parceiras. O alto custo desse levantamento -que mapeia detalhadamente o terreno e identifica com coordenadas de GPS os principais "pontos de interesse", como estradas e nascentes de rio- é apontado como o principal entrave aos projetos de conservação.

CÓDIGO

FLORESTAL

Embora as negociações para a implantação do corredor estejam adiantadas, os coordenadores do projeto alertam que uma eventual mudança no Código Florestal -que já está sendo discutida no Congresso- pode dificultar sua implementação. "Todos os estudos para o corredor foram baseados na legislação atual. Se o percentual

de reserva legal for reduzido, como em alguns casos prevê o novo código, teremos problemas", afirma a pesquisadora da fundação.

A jornalista **GIULIANA MIRANDA** viajou a convite da Fundação Boticário

Queimadas são a maior ameaça à preservação – Giuliana Miranda – Folha de São Paulo – ciência – 14/11/2010

DA ENVIADA A CAVALCANTE

O fogo e as queimadas naturais -causadas pela queda de raios- fazem parte da dinâmica do cerrado e até contribuem para o desenvolvimento de algumas espécies adaptadas a essas condições. Já os incêndios provocados pelo homem, principalmente para a preparação de lavoura e para a mineração, são muito mais intensos e, conseqüentemente, mais perigosos. "O fogo natural tem temperatura menor e normalmente só atinge a parte baixa das plantas. O incêndio provocado é muito mais quente e tem labaredas altas, dificultando a proteção das plantas", diz a engenheira florestal Maísa Guapyassú. Segundo ela, minas clandestinas de manganês são um dos maiores focos de incêndio nos arredores da serra do Tombador. "Os garimpeiros colocam fogo para enxergar melhor os veios do metal. Não raro, essas queimadas saem de controle", diz. Em setembro, um incêndio atingiu mais de 50% do parque nacional da Chapada dos Veadeiros.

Um mês antes, o parque nacional das Emas, também em Goiás, teve seu pior incêndio e perdeu 90% da cobertura vegetal em dois dias. **(GM)**

Bioma tem mais de 150 reservas particulares – Giuliana Miranda – Folha de São Paulo – Ciência – 14/11/2010

DA ENVIADA A CAVALCANTE

Com 8.900 hectares, a reserva da serra do Tombador, localizada no interior de Goiás, é a maior RPPN (Reserva Particular do Patrimônio Natural) do Estado e quarta maior do Cerrado. Esse tipo de reserva, que é criada voluntariamente pelo proprietário do terreno, foi regulamentada em 1990. Uma vez criada, a reserva só pode ter projetos ligados à pesquisa científica, turismo e algumas poucas atividades de baixo impacto ambiental. Embora sejam relativamente comuns no cerrado- existiam, até janeiro de 2009, 152 reservas privadas, protegendo 121 mil hectares- as RPPN são pouco conhecidas do grande público. A inclusão na categoria não anula o direito de propriedade, mas obriga o fazendeiro a cumprir obrigações, como a criação de um plano de manejo. Como contrapartida, não paga o ITBR (imposto territorial rural), além de ter prioridade

na análise de projetos encaminhados ao Fundo Nacional de Meio Ambiente. "No papel, esses incentivos parecem muito bons. Na prática, ainda são insuficientes. Os custos de manutenção são bastante elevados, e o incentivos econômicos, baixos", diz Maísa Gapyassú, da Fundação Boticário, que mantém a reserva. Declarada RPPN em 2009, a reserva do Tombador é mantida como se fosse um parque nacional.

Estudos preliminares na reserva já identificaram 435 espécies de plantas, algumas ameaçadas, como a peroba-rosa e o angico-verde. A quantidade de animais registrados também é expressiva: 47% dos mamíferos de médio e grande porte do cerrado são encontrados lá. Quase a metade deles está classificada como ameaçada de extinção. "Nosso cerrado é a savana mais rica em biodiversidade do mundo. Por isso, as reservas privadas têm um grande papel na conservação", diz Guapyassú. (GM)

Recuperação de áreas degradadas na Amazônia terá S\$ 2,25 milhões – Sítio Eletrônico do MAPA – 16/11/2010

Brasília – O ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Wagner Rossi, assinou convênio com a Organização das Nações para Agricultura e Alimentação (FAO) e com a Agência Brasileira de Cooperação (ABC), nesta terça-feira, 16 de novembro, para recuperação de áreas degradadas, ociosas ou subprodutivas na Amazônia. A ação conjunta prevê investimentos de US\$ 2,25 milhões do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) nos próximos 18 meses, para a reincorporação dessas áreas ao processo de produção agropecuária sustentável.

De acordo com Wagner Rossi, a iniciativa vai contribuir para diversificar e aumentar a oferta de alimentos, energia e madeira nas áreas degradadas e para a redução do desmatamento da floresta nativa. "Uma das bandeiras do governo do presidente Lula é a compatibilização entre aumento de produção e preservação ambiental. Essa é mais uma iniciativa nesse sentido e estamos muito felizes por poder partilhar com a FAO esse esforço que faremos juntos na Amazônia", afirmou.

Participaram da cerimônia José Graziano, representante da FAO para América Latina e Caribe, o ministro Marco Farani, diretor da ABC, e Elder Mutea, representante da FAO no Brasil. "A FAO tem muito orgulho de participar desse trabalho. O convênio mostra a preocupação do Brasil não só em preservar a Amazônia, como em recuperar o que foi devastado, o que foi perdido numa outra política, que era a de ocupar a qualquer custo", ressaltou Graziano, um dos idealizadores do projeto.

Estima-se que existam hoje, no Brasil, cerca de 70 milhões de hectares de pastagens degradadas – 16 milhões somente na Amazônia, além de 17 a 18 milhões de hectares de áreas desmatadas abandonadas pelos produtores após um período de exploração agrícola. "Essas áreas compõem um passivo de terras improdutivas ou subprodutivas com efetivo potencial agrícola", destacou Wagner Rossi. (Mylene F)

Projeto de lei pode aumentar desmate e enfraquecer Ibama – Claudio Angelo –
Folha de São Paulo – Ciência – 17/11/2010

O governo quer aprovar no Congresso um projeto de lei que pode aumentar o desmatamento e reduzir o rigor nos licenciamentos ambientais. O projeto, originário da Câmara e em tramitação no Senado, tira do Ibama o poder de fiscalizar desmates.

O texto original, do deputado Sarney Filho (PV-MA), regulamenta o artigo 23 da Constituição, que divide entre União, Estados e municípios a competência para agir na proteção do ambiente.

Mas uma emenda de última hora, de deputados da Amazônia, diz que a fiscalização ambiental só poderá ser feita pela esfera licenciadora. "Como são os Estados que licenciam desmatamento, se o cara podia desmatar 2 hectares e desmata 10, só quem vai poder multá-lo é o Estado", diz Nilo Dávila, do Greenpeace. "Vai ser uma chuva de processos."

O projeto de lei também determina que obras de impacto ambiental regional poderão ser licenciadas pelos Estados. Hoje o licenciamento é prerrogativa do Ibama.

O governo tem interesse na lei porque ela facilita a concessão de licenças para obras do PAC, como estradas -cujo impacto é muitas vezes limitado a um Estado. Por isso, na semana passada, o ministro Alexandre Padilha (Relações Institucionais) elencou o projeto na lista das cinco prioridades do governo para votação no Senado neste fim de ano.

Ambientalistas afirmam que delegar aos Estados o licenciamento de obras de grande impacto ambiental é um equívoco, já que os órgãos ambientais estaduais muitas vezes não têm capacidade e estão mais sujeitos a ingerências políticas. O projeto está com o líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), que deve dar um parecer sobre a lei em breve.

Um ano depois, "Climagate" ainda lança sombra sobre questão do aquecimento –
Marcelo Leite – Folha de São Paulo – Ciência – 18/11/2010

A revista britânica "Nature" publica nesta semana uma entrevista reveladora com Phil Jones, climatologista que se tornou o pivô do escândalo conhecido como "Climagate" há um ano.

Acusado de manipular e ocultar dados e de distorcer a ciência ligada ao aquecimento global, a partir de e-mails furtados por hackers dele e de seus colegas, Jones foi inocentado. Conta que recebeu ameaças, que pensou em suicídio e que, por alguns meses, só dormia com a ajuda de remédios.

O abatimento de Phil Jones mostra como o pesquisador médio está mal preparado para enfrentar a guerrilha movida pelos "céticos do clima", que defendem que o aquecimento causado pelo homem não existe.

Eles têm por objetivo central plantar uma semente de dúvida na ciência do clima, no que são auxiliados pelas incertezas inerentes à atmosfera. Bombardeiam os adversários com questionamentos e pedidos de informação, a fim de garimpar deslizes que possam tornar-se munição.

No caso dos e-mails furtados dos servidores da Universidade de East Anglia (Reino

Unido), onde Jones chefiava a Unidade de Pesquisa de Clima (CRU, na sigla em inglês), funcionou por algum tempo. Comentários cruéis, frases ambíguas e recomendações maliciosas davam verossimilhança à tese de que a CRU participava de uma conspiração para fraudar a ciência e calar os "céticos". Jones afastou-se do cargo. Foi investigado por mais de uma comissão. Nenhuma encontrou provas de fraudes, embora ainda não esteja afastada a hipótese de que ele tenha apagado e-mails eventualmente comprometedores. Jones passou na prova, mas raspando, porque o conteúdo de algumas mensagens vazadas jamais enfeitaria a biografia de alguém. Sonegar dados e sugerir destruição de mensagens destoam da ética de transparência em pesquisa, baseada na ideia de verificabilidade. Pode-se tentar explicar a atitude de Jones pela futilidade e insinceridade dos pedidos, mas não justificá-la. Jones se deixou aprisionar pela lógica de guerra dos "céticos" e se pôs na defensiva. Só ele tinha algo a perder com isso. Daí todo o abalo. Os "céticos" desferem seus ataques desde uma zona cinzenta, entre a periferia da pesquisa (há poucos cientistas atuantes na área em suas fileiras) e a franja de "think tanks" conservadores dos EUA. Malícia e táticas de propaganda não lhes mancham a reputação, em especial se bem sucedidas. A ciência do clima é importante demais para permanecer refém desse conflito. Se a maioria dos climatologistas considera desonestos os argumentos e táticas dos "céticos", estão obrigados a se aparelhar para combatê-los em público. E isso sem usar como recurso métodos e subterfúgios que lancem sombras sobre a credibilidade das relevantes respostas que buscam -e que aos negacionistas interessa desacreditar de antemão.

MeioAmbientepreganovosganhos de produtividade - Bettina Barros – Valor Econômico – Agronegócios – 17/11/2010
De São Paulo

O Ministério do MeioAmbientenão tem um cálculoexatosobre a área de terrasdisponíveisparaexpansãoagrícola no país — e dizque, apesar do que outros afirmarem, ninguém tem. Porisso, trabalham com a cifra de 50 milhões de hectares, o “denominadorcomumbaseadoemváriasestimativas”.

O número, consideradoconservadorparaalgunssetoresruralistas, nãodeixa de serinteressante: é sobretudoissoqueaatividadeagrícolapoderiaavançarsem a necessidade de derrubarmaisárvores.

Não é pouco.Equivalea um terço do Nordestebrasileiro.

Segundo Roberto Vizentin, diretor de Zoneamento Territorial da Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural SustentávelMinistério do MeioAmbiente, háhoje no Brasil 370 milhões de hectares de áreaantropizada, sejana forma de agricultura, pecuáriaouflorestasplantadas. Com ganho de produtividadenapecuária e integração da atividade com florestas, porexemplo, é possívelliberarpastosemdiferentesgraus de degradaçãopara a produção de alimentos.

“Pormuito tempo nãoteremos de ocuparnovasáreas. O queprecisamosexpandir é a fronteiratecnológica”, dizVizentin.

Até aí, tudo bem, concordamos ruralistas. A produtividade, hoje em uma cabeça de boi por hectare, deve subir. Ontem mesmo, o Ministério da Agricultura anunciou convênio de US\$ 2,25 milhões com a Organização para Agricultura e Alimentação da ONU (FAO) e com a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) para recuperação de áreas degradadas, ociosas ou subprodutivas na Amazônia.

O problema começa com as propostas de modificação do Código Florestal. Criado em 1965, ele prevê um percentual obrigatório de reserva legal (floresta em pé) da propriedade, que varia de acordo com a região do país, e zeladas pelas Áreas de Proteção Permanente.

Pela lei, 20% da mata nativa de uma propriedade rural do Paraná teriam de estar intactas. Na prática, ninguém tem esse percentual, seja pelo incentivo público a desmatamento anterior ao Código, seja por má-fé. Se for aplicado, argumentam, o Código Florestal inviabilizaria a atividade no Estado.

Nesse sentido, a Sociedade Rural Brasileira (SRB) apresentou uma Ação Direta de Inconstitucionalidade ao Supremo Tribunal Federal, alegando que os produtores vêm sendo condenados a recompor florestas que foram suprimidas sob o amparo da lei e com incentivos do Estado. “É o equivalente a se condenar um proprietário hoje a demolir um prédio construído há séculos por quem mudou as disposições do zoneamento urbano”.

Manifestação da FETAG-RS é destaque na COP-4 – Sítio da Contag – 18/11/2010

A chegada das caravanas de produtores gaúchos de tabaco a Punta del Este, na manhã de hoje (17), organizadas pela Fetag-RS e pelos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais das regiões produtoras foi destaque nos meios de comunicação que fazem a cobertura da 4ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco (COP 4). Mais de 140 agricultores se juntaram à delegação brasileira e promoveram uma manifestação em frente à entrada principal do Hotel Conrad, onde se realiza a conferência.

Segundo o secretário-geral da International Tobacco Associated Group (ITGA), Antonio Abromhosa, a representação brasileira organizada Fetag-RS simbolizou a preocupação mundial das famílias que dependem desta atividade para sobreviver e foi fundamental para que os produtores fossem ouvidos na Conferência, mesmo do lado externo ao hotel. A mobilização dos agricultores brasileiros também foi decisiva para que uma comissão de produtores fosse recebida pelo presidente do Secretariado da COP-4, Haik Nikogosian, momento em que recebeu das mãos do presidente da ITGA, Roger Quarles, um abaixo-assinado com mais de 238 mil assinaturas de produtores de todo mundo, muitas delas de brasileiros, no qual solicitam o direito de continuar produzindo tabaco, uma vez que é a principal fonte de renda para a sobrevivência de suas famílias.

O 1º tesoureiro da Fetag-RS, Nestor Bonfanti, disse que a mobilização dos produtores brasileiros, mesmo sendo pacífica e ordeira, chamou a atenção das delegações estrangeiras presentes na COP-4 e foi imprescindível para que a visão dos agricultores pudesse ser manifestada. Já o assessor de Política Agrícola da Fetag-RS, Airton Hochscheid, que acompanha a Conferência desde a abertura oficial na última segunda-feira, lembra que todas as discussões têm sido na ótica da Saúde Pública e que os produtores, até então, não haviam tido a oportunidade de manifestar a sua posição. Ele considera a mobilização organizada pela Fetag-RS como um marco nas discussões sobre o Tabagismo, uma vez que demonstra que o direito à saúde não existe sem que se tenha o direito ao trabalho e a uma vida digna.

Fonte: Comunicação da Fetag-RS

Clima: o Brasil deve fazer mais - ANTONIO HILL – O Globo – Opinião – 18/11/2010

Até o momento, o poder e a voz do Brasil nas questões de negociação sobre o clima estiveram notadamente ausentes.

Ainda que participe ativamente dos debates internos das Nações Unidas, o comprometimento do país com um nível político mais amplo tem sido limitado. No entanto, um dos dados mais surpreendentes de uma pesquisa de opinião realizada globalmente este ano foi o de que os brasileiros são os que mais estão convencidos da magnitude dos problemas relacionados ao clima. Porque, então, o Brasil não está fazendo mais por um acordo internacional abrangente e justo? E quem mais ele poderia fazer para que as negociações avancem na próxima conferência climática da ONU, COP-16, em Cancún, México, no fim deste mês? Ainda que saibamos que nenhum país sozinho move moinhos, especialmente em negociação tão complexa como as do clima, uma ação com estaturas político e econômica consideráveis no cenário mundial, como as do Brasil, pode e deve fazer mais.

Como? Um exemplo concreto está no financiamento climático. A COP-16 deverá tomar decisões sobre a maneira como países em desenvolvimento, especialmente os mais vulneráveis, poderão acessar recursos para implementar políticas de enfrentamento dos efeitos resultantes do aquecimento global. Espera-se que os mecanismos acordados digam respeito a fundos públicos, que contem com recursos novos e adicionais existentes. O compromisso, inédito, assumido pelos países ricos em Copenhague de mobilizar 100 bilhões de dólares por ano até 2020 define a escala do desafio. O grupo de alto nível que assessorou o secretário-geral da ONU, Ban Ki-moon, concluiu recentemente que a mobilização desses valores é viável. E mais: está emergindo entre os países um consenso, ainda que frágil, sobre a criação de um novo fundo, no marco da Convenção do Clima das Nações Unidas, para a administração de tais recursos.

Para ajudar a transformar possibilidades em realidade, os negociadores brasileiros precisam se engajar em três frentes: primeiro, defender que os recursos alocados para ações de adaptação aos impactos humanos das mudanças climáticas sejam, de fato, adicionais aos já destinados a ajudar ao desenvolvimento e que sejam canalizados como doações e não empréstimos. Juntamente com África do Sul, China e Índia, o país sublinhou a importância de

assegurar que o financiamento do clima, como o destinado aos compromissos de mitigação, sejam utilizados de maneira que possam ter seus resultados demonstrados, mensurados e verificados de maneira aberta e transparente. Agora é a hora de o Brasil dizer como.

Segundo, participar mais ativamente do debate sobre fontes alternativas para o financiamento climático. É verdade que a maior responsabilidade dessa conta é dos países industrializados como os Estados Unidos, a Comunidade Europeia e o Japão. No entanto, está claro que recursos efetivamente “novos e adicionais” deverão vir de fontes ainda inexploradas como, por exemplo, as taxas sobre a navegação e a aviação internacionais. O Brasil tem o direito de argumentar que os seus interesses comerciais não devem ser afetados por tais medidas, mas existe uma diferença entre os compromissos que o país deve assumir e sua obrigação de ajudar no andamento das negociações. A única forma de proporcionar o financiamento necessário para os países mais vulneráveis, respeitando-se o princípio de responsabilidade comum, porém diferenciada, é o Brasil também participar ativamente do debate. Por fim, o governo brasileiro precisa aproveitar o seu peso político para alavancarem Cancún a criação de um fundo climático público, efetivo e legítimo.

Historicamente, o Brasil tem sido ator-chave para as negociações climáticas. As delegações estrangeiras regularmente recordam as “propostas brasileiras” que marcaram as conversações na década de 1990, bem como a criação do atual Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL, ainda que imperfeito). Foi também um brasileiro que presidiu as negociações climáticas da ONU durante anos pavimentando o caminho para a COP-15, realizada em 2009. Assegurar ganhos reais neste ano em Cancún nessas três frentes apresentadas aqui contribuirá para consolidar a posição de liderança global do Brasil. Pode também demonstrar o seu comprometimento em promover a justiça social internacionalmente — a começar pelos seus vizinhos na América Latina e Caribe, que são cada vez mais afetados por impactos do clima e que precisam de novos recursos para superá-los.

ANTONIO HILL é assessor de Políticas para América Latina e Caribe da organização não governamental Oxfam.

Desafios Imediatos das Mudanças Climáticas – Sítio Eletrônico da CPT – 19/11/2010

O Fórum de Mudanças Climáticas e Justiça Social, que reúne organizações sociais e populares parceiras da Misereor no Brasil, com o apoio da CNBB, diante das múltiplas e graves manifestações das mudanças climáticas que atingem a Terra e as populações e diante da Conferência Climática que haverá em Cancun, México, divulgou um manifesto sobre esses desafios. Leia na íntegra:

- Manifesto do Fórum de Mudanças Climáticas e Justiça Social -

Diante das múltiplas e graves manifestações das mudanças climáticas que atingem a Terra e as populações, diante da Conferência Climática que haverá em Cancun, México, o Fórum de Mudanças Climáticas e Justiça Social, reunindo organizações sociais e populares parceiras de Misereor no Brasil, com o apoio da CNBB, vê-se na obrigação de fazer algumas reflexões sobre questões extremamente importantes nesse momento.

Primeiro, é com extrema preocupação que acompanhamos a possível votação das modificações no Código Florestal Brasileiro pelo Congresso. Qualquer iniciativa de facilitar a derrubada de mais cobertura vegetal no Brasil e que promova a impunidade dos crimes ambientais cometidos, nos parece como um absurdo contrassenso. Enquanto o planeta perde mais cobertura vegetal para manter as condições de vida, o Brasil, através da flexibilização do Código Florestal, pode abrir possibilidades legais para um maior desmatamento, com consequências ambientais, sociais e econômicas imprevisíveis. Além disso, demonstrará um vazio imenso nos compromissos anunciados ao mundo em relação à redução da emissão de gases de efeito estufa pelo Brasil.

Outra preocupação é com o momento político que atravessamos, sobretudo a transição para um novo governo. Embora se fale em continuidade com o anterior, é do conhecimento comum que os problemas socioambientais brasileiros estão vinculados diretamente ao modelo de desenvolvimento adotado, baseado no agronegócio, na exploração mineral, na construção de grandes obras de infra-estrutura, que provocam intensos impactos ambientais e sociais. Entre esses impactos está uma maior emissão de gases provocadores do efeito estufa, pela derrubada e queima de florestas, maior consumo de energias fósseis, construção de lagos artificiais para produção de energia elétrica, maior uso de insumos agrícolas e a criação de gado.

Este modelo de desenvolvimento concentrador não leva em consideração as necessidades e a vida diversa do povo brasileiro, nem os recursos naturais e ainda ameaça a vida presente e futura, principalmente das populações mais vulneráveis, mas, a longo prazo, de todos os brasileiros e demais populações do planeta.

Nesse sentido, o Fórum alerta ao governo brasileiro, sobretudo ao Legislativo, sobre a necessidade de toda precaução em qualquer mudança em nossas leis. Sugerimos inclusive um posicionamento do nosso governo quanto ao encaminhamento de propostas mais consistentes e adequadas à vida do planeta e das gerações futuras. Convocamos a sociedade civil, particularmente os movimentos sociais, para perceberem e se posicionarem na gravidade desse momento.

O que está em jogo é o presente do país e a vida das futuras gerações.

Brasília, 17 de novembro de 2010

Acre vai poder vender carbono para Califórnia a partir de 2012 – Folha de São Paulo – Ciência – 19/11/2010

Lei americana também viabiliza convênio com Estado mexicano

DE BRASÍLIA

O Acre poderá vender créditos de carbono florestal para a Califórnia em 2012. Na última terça-feira, foi firmado um memorando de entendimento entre os governadores dos dois Estados, Binho Marques e Arnold Schwarzenegger, além do governador do Estado mexicano de Chiapas, Juan Sabines, para formar um grupo que avaliará projetos da área florestal, no Brasil e no México, passíveis de crédito. O acordo põe para funcionar na prática o Redd, mecanismo de redução de emissões de CO₂ por desmate cuja aprovação é um dos resultados esperados da conferência do clima de Cancún, que começa em dez dias.

Em 2012, começa a vigorar na Califórnia uma lei estadual de mudanças climáticas possibilitando a medida. Alguns ambientalistas afirmam que o acordo entre os Estados pode acelerar a regulamentação do Redd nacionalmente no Brasil. O governo federal pede calma: como o acordo global determina que só países poderão contabilizar eventuais créditos de Redd, Estados que comprarem esse tipo de carbono de outros poderão estar pagando sem receber.

Ministros de Meio Ambiente do Mercosul discutem clima e preparação para a Rio+20 – Maisse Gramacho – Sítio Eletrônico do MMA - 19/11/2010

Brasília sediou nesta sexta-feira (19) a XII Reunião de Ministros de Meio Ambiente do Mercosul. O encontro, realizado no hotel Royal Tulip Brasília Alvorada, reuniu ministros e representantes dos países-membros do bloco (Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai) e de Estados associados (Chile e Bolívia).

Os participantes debateram formas de alcançar uma posição comum para ser levada à Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP-16), a ser realizada no final deste mês em Cancun (México). Também foi discutido o processo preparatório para a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), prevista para 2012.

"Esta reunião tem contornos importantes e estratégicos", avaliou a ministra brasileira, Izabella Teixeira, que abriu os trabalhos às 9h30. Os representantes dos demais países do bloco também ressaltaram a importância do encontro. "Vislumbramos este fórum como uma grande instância para o debate", disse Ricardo Arriázarabal, vice-ministro de Meio Ambiente do Chile.

O primeiro tema da pauta a ser discutido pelos participantes foi uma proposta de elaboração de declaração conjunta para a COP-16. "Os países do Mercosul podem exercer um papel de liderança na conferência", disse a diretora do escritório do PNUMA para a América Latina e Caribe, Margarita Astrálega. O PNUMA é o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, convidado a participar da reunião em Brasília.

Izabella Teixeira destacou a importância do tema 'mudança climática'. "A questão climática é estratégica. Em Cancun, o Brasil quer continuar a ter o protagonismo que teve em Copenhague [por ocasião da COP-15]", frisou. A ministra convidou os demais países a visitarem o espaço físico que o País terá na COP-16, para conhecer as políticas e demais iniciativas que vêm sendo implementadas pelo governo brasileiro.

Em seguida, a secretária de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental do MMA, Branca Americana, fez um histórico sobre as negociações que precederam a conferência de Copenhague, realizada no fim de 2009, partindo da reunião em Bali sobre clima, em 2007.

Segundo Branca, 2010 foi um ano dedicado a negociações em todo o mundo sobre o tema abrangido pelo Acordo de Copenhague - resultado da COP-15, que não tem caráter legalmente vinculante. "Não o resultado em Cancun será um fracasso,

e ninguém tem interesse nisso. É importante fortalecer as negociações multilaterais para que possamos avançar no âmbito da convenção [Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, UNFCCC] e do Protocolo de Kyoto", afirmou. A secretária ainda destacou a importância da reunião de ministros de Meio Ambiente nesse sentido. "Este é um espaço para a troca franca e transparente de impressões sobre todos os aspectos das negociações em curso."

Na opinião da ministra Izabella, há um esforço dos países em desenvolvimento para que a conferência de Cancun tenha sucesso e o Mercosul "pode e deve ganhar uma posição política mais estratégica no tema". Segundo ela, "seria importante que todos os ministros de Meio Ambiente dos países-membros do bloco e dos Estados associados fossem à conferência".

Os participantes da reunião em Brasília concordaram em dar continuidade às discussões e trabalhar em conjunto para chegar a uma posição que represente os interesses e desafios da região. A ideia é que seja feita uma abordagem mais programática, respeitando as políticas nacionais de cada país. Também decidiram instituir uma área técnica, no âmbito do fórum de ministros de Meio Ambiente, para elaborar estudos. O grupo também deliberou em favor de uma aproximação com o GRULAC [Grupo de Países da América Latina e Caribe].

Rio+20 - Outro assunto da reunião foi a preparação para a Rio+20. Izabella Teixeira lembrou que, dada a magnitude da conferência, bem como as poucas frequentes reuniões do comitê preparatório, é possível concluir que o processo oficialmente estabelecido para a Rio+20 será exíguo e insuficiente, o que fará com que sejam necessárias consultas complementares em âmbito nacional e regional. "Esperamos que não seja uma conferência para avaliar as conquistas da Rio-92, e sim para pensarmos no futuro, nos próximos 20 anos", disse a ministra.

Um dos principais temas que serão tratados na Rio+20 é o conceito de *Green Economy* (Economia Verde), que prevê iniciativas capazes de promover o desenvolvimento econômico sustentável, reduzindo danos ao meio ambiente. Por isso, o assunto foi debatido entre os participantes da reunião de amanhã em Brasília.

Izabella Teixeira apresentou um documento elaborado por consultor independente a pedido do governo brasileiro, contendo informações gerais sobre o tema, a fim de subsidiar o debate. De acordo com a ministra, o tema foi incluído na pauta da reunião devido à necessidade de que os Estados membros viessem a ter o mesmo entendimento sobre o assunto e dar início a uma discussão sobre suas implicações no processo preparatório da sub-região para a Rio+20.

O Brasil atualmente exerce a presidência *pro tempore* do Mercosul.

UE pressionar agricultura 'ecológica' - Assis Moreira – Valor Econômico – Agronegócios – 19/11/2010

Subsídios Produtores alegam ameaça econômica e reagem a plan para nova Política Agrícola Comum (PAC)

De Genebra

A Comissão Europeia, o braço executivo da UE, adotou ontem seu plano para a reforma da Política Agrícola Comum (PAC), pela qual forçará os produtores a proteger o ambiente para poderem receber subsídios bilionários.

O plano será pelo crivo do Parlamento e dos países e será afinado até junho de 2011, para vigorar entre 2014 e 2020. As centrais agrícolas denunciaram a exigência de uma agricultura mais ecológica como ameaça à viabilidade econômica do setor e temem abertura do mercado para as exportações do Mercosul.

As grandes linhas da reforma da PAC, que a reportagem do Valor revelou em 11 de outubro, na prática não vão alterar o volume de subsídios, de € 59,8 bilhões em 2009, representando 40% do orçamento comunitário. O que o texto propõe é um regime de subvenções “mais equilibradas, mais focadas e mais duradouras”.

Quer limitar as ajudas para as grandes fazendas e introduzir um montante mínimo para apoiar os pequenos produtores.

Bruxelas deseja alterar também os critérios de atribuição das ajudas diretas e do desenvolvimento das zonas rurais, para que sejam condicionadas a programas ambientais e de combate a mudanças climáticas. A ajuda será dada prioritariamente aos “agricultores ativos”.

A distribuição das subvenções será mais equilibrada entre os países. Hoje, a repartição é feita com dados na produção histórica.

Para uma média europeia de € 271 de ajuda por hectare aos agricultores, a Bélgica e a Holanda recebem € 460, enquanto produtores de países como a Letônia só recebem € 95 por hectare.

A discussão agora levará em conta três opções de reforma: a radical, que reduziria substancialmente as subvenções; a manutenção do status quo, com mudanças muito limitadas; e uma solução intermediária, de um regime de ajuda mais equilibrado.

É a terceira opção que se reflete no plano de Bruxelas e o mais suscetível de ter o apoio dos países.

França, Espanha, Itália resistem a cortes no orçamento para a agricultura. Já Reino Unido, Suécia e outros querem limitar os gastos no setor e transferir parte do dinheiro para inovação e programas de expansão econômica.

“A agricultura europeia precisa ser não apenas economicamente competitiva, mas também ecologicamente competitiva”, afirmou o comissário europeu da Agricultura, Dacian Cioloș, ao apresentar o plano ontem, em Bruxelas.

Sem surpresa, a poderosa central agrícola Copa-Cogeca denunciou que a exigência de “esverdear” a agricultura aumentará os custos já pesados dos produtores.

“Perdemos já fatias de mercado, já que devemos respeitar as normas mais elevadas do mundo para garantir rastreabilidade dos produtos alimentares, proteção ambiental e bem-estar animal, e os custos são mais elevados do que os dos concorrentes”, afirmou em comunicado o irlandês Pádraig Walshe, presidente da Copa-Cogeca.

Para o líder agrícola, “pior ainda é que a Comissão mantém seus projetos de liberalização do comércio com o Mercosul”. Para eles, o Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai “fazem uso de aceleradores de crescimento para sua produção de carne, enquanto isso é interdito na UE”.

Insistindo em denunciar e refutar várias vezes pelo Mercosul, Pádraig acrescenta no comunicado: “Os controles de antibióticos (no Mercosul) são limitados e a produção é feita com ajuda de organismos geneticamente modificados”.

Um acordo comercial provocaria métodos de agricultura mais intensivos e desmatamento nos países do Mercosul, o que vai contra o objetivo europeu de agricultura sustentável.

A central agrícola diz só aceitar que os agricultores forneçam mais serviços ambientais em base voluntária, e não obrigatória, como está previsto no plano.

Os agricultores europeus alegam que sua renda caiu 25% nos últimos dez anos e essa é uma razão pela qual são tão dependentes dos subsídios. Paolo Bruno, presidente da Cogeca, reclamou também do peso do setor de distribuição de alimentos. Exemplifica que o distribuidor ganha até 30 vezes mais que o produtor agrícola.

MT libera para agricultura e pecuária 156 mil km² de terra em área protegida – Marta Salomon – Estado de São Paulo – Vida – 21/11/2010

Uma extensão extra de terra de 156 mil quilômetros quadrados, equivalente a uma vez e meia o tamanho de Pernambuco, será liberada para atividades de agricultura e pecuária em Mato Grosso como consequência do projeto de lei de zoneamento ecológico-econômico do Estado, aprovado pela Assembleia Legislativa.

Mudança de última hora no projeto discutido durante anos transferiu para o agronegócio parcelas de florestas, além de áreas de proteção de recursos hídricos destinadas originalmente à conservação ambiental. O mapa final definido pelo projeto também ignora territórios indígenas já reconhecidos preliminarmente pelo governo federal.

O projeto, encaminhado à sanção do governador Silval Barbosa (PMDB), é pivô de uma recente disputa ambiental no País. A repercussão prevista é bem maior que a da lei ambiental aprovada em Santa Catarina no ano passado, que reduziu as áreas de proteção ao longo dos rios, alvo de uma ação no Supremo Tribunal Federal (STF), ainda sem resultado.

Enquanto o governador recentemente eleito diz que não decidiu se vetará ou não o projeto, o Ministério do Meio Ambiente adianta que, nos termos em que

foi aprovado, o zoneamento ecológico econômico de Mato Grosso tem chances remotas de passar pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), órgão máximo de política do setor.

Com isso, os produtores rurais não poderiam se beneficiar da redução da reserva legal de 80% para 50% prevista pelo Código Florestal para áreas de agricultura já consolidada dentro dos limites da floresta amazônica.

Grande produtor de commodities, como soja, cana e carne, Mato Grosso tem em seu território três biomas diferentes: Amazônia, Cerrado e Pantanal.

“É um desastre, vai aumentar o desmatamento”, avalia Roberto Vizentin, diretor de Zoneamento Territorial do Ministério do Meio Ambiente. “Há uma vulnerabilidade técnica muito grande e, mesmo se quiséssemos forçar um parecer favorável, dificilmente o Conama aceitaria; criasse assim um impasse”, adianta.

Segundo Vizentin, há risco também para os produtores rurais.

A falta de reconhecimento do zoneamento por parte da União poderá ser um obstáculo à liberação de financiamentos de bancos públicos. Por outro lado, a redução das áreas de Unidades de Conservação complicará a compensação das áreas de reserva legal pelos produtores.

O risco é ainda maior para as metas de redução das emissões de gases de efeito estufa com as quais o País se comprometeu no ano passado. A maior parcela do corte das emissões depende da redução do desmatamento na Amazônia e no Cerrado.

Mapa. O zoneamento ecológico econômico tem como objetivo ordenar o uso e ocupação do território, a partir das fragilidades ambientais e das potencialidades econômicas. Estabelece-se então um mapa com categorias e subcategorias de uso, desde as áreas bastante desmatadas, em que as atividades produtivas já estão consolidadas, às que requerem cuidados, onde a atividade econômica tem de ser compatibilizada com a proteção do meio ambiente, e às áreas protegidas.

Respectivamente, as categorias 1, 2 e 3.

O Estado de Mato Grosso começou a discutir o zoneamento na década passada. O então governador Blairo Maggi (PR) encaminhou o novo projeto à Assembleia em 2008, em meio ao movimento para tirar o Estado do topo do ranking do desmatamento.

Mas, na reta final do debate, o projeto foi bastante alterado, deixando para trás considerações mais técnicas e abrindo espaço à pressão política.

Florestas e quilombos são os mais afetados – Marta Salomon - Estado de São Paulo – Vida – 21/11/2010

Entre as categorias que mais diminuíram estão aquelas classificadas como “prioritárias” para a recarga dos aquíferos, remanescentes florestais e remanescentes de quilombos, segundo estudo feito pela entidade não governamental Instituto Centro de Vida, que monitora o desmatamento na região. Áreas originalmente destinadas a Unidades de Conservação encolheram 400 mil quilômetros quadrados, na versão final do projeto.

A área classificada como categoria 1, onde é indicada a manutenção ou intensificação das atividades econômicas, cresceu expressivos 67%.

Comisso, 156 mil quilômetros quadrados de terras deixaram de ser classificadas como de média e alta proteção para reforçarem o agronegócio do Estado. A extensão de terra extra para a agricultura pecuária equivale a pouca mais de 60% do Estado de São Paulo.

Aprovado pela Assembleia Legislativa entre o primeiro e o segundo turnos das eleições, por 19 votos contra apenas 1, o projeto foi festejado pela Federação da Agricultura e Pecuária do Estado.

“É claro que não agradou a todos os setores, mas nós, produtores rurais, sabemos da importância da aprovação dessa lei”, declarou presidente da federação, Rui Prado, em declaração reproduzida pelo site da Assembleia Legislativa. Entidades da sociedade civil assinaram manifesto de repúdio ao texto.

Desmatamento. Um novo avanço no desmatamento em MT, proporcionado pelo projeto de lei de zoneamento, vai na contramão das sucessivas quedas no ritmo das motosserras no Estado, que ainda ocupa a segunda posição no ranking dos que mais desmatam a Amazônia.

Em 2004, foram abatidos quase 12 mil quilômetros quadrados de floresta no Estado, oito vezes o tamanho da cidade de São Paulo.

No ano em que o desmatamento bateu recorde histórico, Mato Grosso estava no topo da lista dos desmatadores.

Desde então, o ritmo do desmatamento vem perdendo fôlego, com exceção de um novo aumento registrado entre 2007 e 2008. Mato Grosso perde a liderança do ranking para o Pará. No período de coleta de dados para a próxima taxa oficial, entre agosto de 2009 e julho deste ano, os satélites do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) registraram nova queda no ritmo das motosserras, embora o resultado no Estado ultrapassasse o tamanho da cidade de São Paulo, em um retrato ainda preliminar.
/MARTASALOMON

CO2 ainda em alta- Sítio eletrônico Biodiesel Br – 22/11/2010

Mesmo com o mundo em meio a uma importante crise econômica e financeira, as emissões de dióxido de carbono (CO2), principal personagem do aquecimento global, não caíram como se esperava.

A conclusão está em um estudo feito por um grupo de pesquisadores do Reino Unido, Estados Unidos, Austrália e França e publicado neste domingo (21/11) como carta ao editor na revista Nature Geoscience.

O texto é uma atualização anual do Global Carbon Project e destaca que as emissões de CO2 não dão sinais de que estejam caindo globalmente e poderão atingir um nível recorde em 2010.

Os autores concluíram que as emissões de dióxido de carbono em 2009 foram apenas 1,3% menores do que as do ano anterior, mesmo com a crise. A queda é menos da metade do que se estimava há um ano.

A crise financeira afetou diversos países, levando a reduções na emissão de CO2. No Reino Unido, por exemplo, a queda foi de 8,6% em 2009 com relação ao ano anterior. Quedas semelhantes ocorreram na maioria dos países industrializados.

Entretanto, diversas economias emergentes tiveram crescimento elevado, mesmo com a

crise. Isso se refletiu no aumento das emissões do gás. Na China, houve uma elevação de 8%, e na Índia de 6,2%.

“A queda nas emissões de CO2 em 2009 foi de menos da metade do que o antecipado há um ano. Isso ocorreu porque a queda no produto interno bruto (PIB) mundial foi menor que o previsto e a intensidade de carbono com relação ao PIB mundial – a quantidade de CO2 liberada por unidade de PIB – melhorou apenas 0,7% em 2009, muito menos do que a média de longo prazo de 1,7% ao ano”, disse Pierre Friedlingstein, da Universidade de Exeter, principal autor do estudo.

A pesquisa aponta que, se o crescimento econômico continuar como previsto, as emissões globais de combustíveis fósseis aumentarão em mais de 3% em 2010, aproximando-se das elevadas taxas observadas entre 2000 e 2008.

O texto Update on CO2 emissions, de Pierre Friedlingstein e outros, pode ser lido por assinantes da Nature em www.nature.com/naturegeoscience.

Agrotóxico torna-se um vilão menor do ambiente - Alexandre Inacio e Bettina Barros
– Valor Econômico – Capa – 22/11/2010

Uma nova geração de defensivos que chega ao mercado pretende vencer o desafio de proteger as culturas, aumentar a produtividade da lavoura e reduzir o impacto sobre o ambiente. Eles trazem avanço em três frentes: reduzem o volume de doses aplicadas, solucionam o problema da resistência e fazem combinações para proteção de lavouras contra pragas, usando um só produto.

“Estamos retirando do mercado os mais antigos e substituindo por outros que combinem características e ações”, afirma Oswaldo Marques, gerente de marketing para cultivos extensivos da alemã Basf. Monsanto, Syngenta e DuPont adotam estratégias semelhantes.

Dados do Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Defesa Agrícola (Sindag) mostram que, nos anos 60, o Brasil usava 2,1 quilos de herbicida e 1,1 quilo de inseticida por hectare. Quarenta anos depois, o uso médio de herbicida caiu para 242 gramas e o de inseticida para 69,75 gramas por hectare. Esses avanços foram possíveis graças à pressão da sociedade, cada vez mais consciente do impacto desses produtos no ambiente, e ao endurecimento das legislações, iniciados nos EUA nos anos 1970. Página B12

Indústria busca nova geração de agrotóxico menos agressivo - Alexandre Inacio –
Valor Econômico – Agronegócios – 22/11/2010

Pressão e leis ambientais mais rígidas explicam a estratégia

De São Paulo

Em meio às crescentes discussões sobre sustentabilidade e à adoção de legislações ambientais cada vez mais rígidas, as principais indústrias de defensivos agrícolas — os popularmente conhecidos agrotóxicos — preparam uma nova geração de produtos que devem agradar a produtores rurais e, ao mesmo tempo, receber menos críticas de ambientalistas.

O objetivo dessas empresas é também o grande desafio do setor: o equilíbrio entre a proteção dos cultivos, o aumento da produtividade da lavoura e o menor impacto sobre o ambiente e as pessoas envolvidas no processo.

Nesse contexto, os novos defensivos que já chegam ao mercado promovem avanços em três frentes: reduzem o volume de doses aplicadas, solucionam o problema da resistência e fazem combinações para proteção de lavouras contra duas pragas, usando apenas um produto.

Uma das maiores indústrias químicas do mundo, a multinacional alemã Basf lançou no ano passado um produto que consegue ser eficiente tanto contra fungos quanto insetos. De acordo com Oswaldo Marques, gerente de marketing para cultivo extensivo da empresa, em vez de o agricultor usar, por exemplo, 200 mililitros, sendo 100 para um inseticida e outros 100 para um fungicida, ele poderá concentrar o combate às duas pragas em 100 mililitros de um único produto.

“Estamos retirando do mercado os mais antigos e substituindo por outros que combinem características e ações”, informa Marques. “Além disso, seguimos com nossas pesquisas para o desenvolvimento de novas moléculas mais eficientes”.

Já a suíça Syngenta aposta no desenvolvimento de novas formas de ação de seus produtos. A ideia é que os defensivos atuem sobre as pragas em locais diferentes dos quais agem atualmente — como no sistema muscular, respiratório e nervoso, entre outros —, combatendo problemas de resistência, como os já identificados nos EUA e Argentina no caso do glifosato.

“A importância disso está no fato de que, em vez de elevar a dose para controlar uma praga, o produtor use, com outro produto, a mesma dose ou possivelmente um volume ainda menor e tenha um efeito melhor”, afirma Fernando Gallina, diretor de pesquisa e desenvolvimento de proteção de cultivos da Syngenta para a América Latina.

Segundo Gallina, a estratégia da Syngenta para tornar seus produtos mais sustentáveis passa pelo manejo da resistência das pragas, mas também pela redução dos riscos para a saúde e o ambiente. Por isso, as pesquisas da Syngenta seguem também no tratamento de sementes — com objetivo de proteger a semente e usar menos defensivos posteriormente — e formulações mais adequadas, com a liberação controlada dos produtos.

As apostas das multinacionais, contudo, não preveem apenas o desenvolvimento de novos defensivos para a agricultura. No caso da americana Monsanto, os planos da

empresas seguem a linha da biotecnologia, deixando um pouco para trás os investimentos em novos ingredientes ativos. “A escolha pela biotecnologia foi a nossa opção. A soja Roundup Ready foi o primeiro produto de biotecnologia e permitiu a redução de 50% em cinco anos no uso de defensivos das classes um e dois, que são os de maior toxicidade”, diz Antônio Smith, diretor de negócios de proteção de cultivos da Monsanto.

Na avaliação de Smith, a redução semelhante poderá ser observada também com o milho e o algodão resistentes a insetos. A Monsanto tem direcionado boa parte de seus investimentos para a inclusão de mais de uma característica de resistência a pragas nas mesmas plantas. “Temos o compromisso de dobrar a produtividade das culturas até 2030 e reduzir a necessidade dos recursos naturais em um terço”.

Outro foco de ação é a redução da toxicidade dos produtos que chegam ao mercado, aliada a uma redução do tamanho das doses aplicadas. A americana DuPont desenvolve uma família de defensivos que já é considerada uma das mais revolucionárias.

A empresa chegou a um inseticida para soja em que a dose aplicada por hectare varia de dois a dez gramas, dependendo do inseto a ser combatido.

Além do baixo volume, o produto tem um grau de toxicidade de apenas 5 mil mg/quilograma unidade de medida de dose letal (DL50) — concentração de produto capaz de matar 50% dos animais em teste. Quanto maior o volume, menor o grau de toxicidade do produto, uma vez que é necessário um volume maior de produto para matar a mesma quantidade de animais.

“Para chegar à molécula com essas características foram necessárias 2.500 outras moléculas.

Também pesquisamos produtos para pastagem e um fungicida para legumes e hortaliças, em que a necessidade é de quatro gramas por hectare”, diz Marcelo Okamura, diretor de marketing da DuPont.

Governo já projeta resultado melhor que meta para CO₂- Sítio eletrônico Biodiesel Br – 23/11/2010

O Brasil conseguirá atingir um resultado melhor do que a meta de redução de emissões de CO₂ no setor energético com o atual planejamento energético do País, que privilegia a hidroeletricidade e fontes renováveis de energia. A previsão foi feita hoje pelo presidente da Empresa de Planejamento Energético (EPE), Maurício Tolmasquim, em palestra dada na Conferência Hidroeletricidade Sustentável, que acontece no Rio de Janeiro.

Segundo Tolmasquim, seguindo o atual plano decenal, o País chegará a 2020 com

emissões do setor energético somando pouco menos de 700 milhões de toneladas de CO₂, abaixo do que seria necessário para atingir a meta voluntária do Brasil assumida na Convenção das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas em Copenhague (COP-15), no ano passado.

A meta assumida pelo Brasil é chegar a 2020 com a mesma intensidade de emissões totais de 2005. Segundo Tolmasquim, as emissões do setor energético, incluindo o setor de petróleo e gás, eram de 362 milhões de toneladas em 2005. Com a projeção do tamanho da população de Produto Interno Bruto (PIB) em 2020, a meta para a manutenção daquela intensidade de emissão seria de 730 milhões de toneladas.

"Para fazer isso, o Brasil tem que cumprir o plano decenal (de política energética). O cenário que está no plano decenal não é uma referência, mas o plano para chegar ao cenário firmado em Copenhague até com uma pequena redução da intensidade de emissão em relação a 2005", disse Tolmasquim.

Ausência de parâmetros
Entre os planos brasileiros favoráveis à redução das emissões do setor energético, Tolmasquim citou a expansão de segmentos como energia eólica, biomassa e etanol e biodiesel, mas sobretudo a construção de novas hidrelétricas. Os projetos em planejamento devem agregar 20 mil megawatts (MW) ao sistema elétrico até 2020.

Conforme o presidente da EPE, o Brasil deve aproveitar a falta de restrição ambiental a esse tipo de projeto, já que a ausência de parâmetros para medir as hidrelétricas fazem com que o comitê internacional para mudanças climáticas não considere a possível emissão desse tipo de empreendimento. "Consideramos que as hidrelétricas são um instrumento importante para atender a meta brasileira de alcançar em 2020 a mesma quantidade de emissões de 2005."

Dados apresentados pelo presidente da EPE mostram que o Brasil já tem uma das matrizes energéticas mais limpas do mundo. A participação das fontes renováveis chega a 47,3%, contra média mundial de 14%. "O grande desafio do Brasil é se desenvolver e tirar a população da pobreza conseguindo manter a mesma proporcionalidade da matriz", afirmou.

Ranking

O País, porém, já é o terceiro maior emissor de CO₂ no mundo, mas ainda bem distante dos números de China e Estados Unidos, que lideram o ranking. No entanto, se for considerado apenas o setor de energia, o Brasil cai para 11º lugar.

A contribuição do setor energético (considerando combustíveis e siderurgia) para as emissões totais é de apenas 16,5% no Brasil, enquanto a média mundial é de 65%. Nos Estados Unidos e na União Europeia (UE), a participação do setor energético nas emissões totais é de 89% e 79%, respectivamente.

Condição essencial é estipular bom preço para o carbono. Por Caio Koch-Weser e George Soros

O secretário-geral das Nações Unidas, Ban Ki Moon, divulgou o relatório final do seu Grupo Consultor de Alto Nível sobre Financiamento da Mudança Climática (AGF, na sigla em inglês).

Por sermos os dois membros do setor privado no AGF, estamos orgulhosos do nosso trabalho. O relatório apresenta as opções disponíveis para mobilizar US\$ 100 bilhões anualmente para a mitigação e adaptação da mudança climática nos países em desenvolvimento e estabelece as condições que se atingirem esse objetivo até 2020.

Uma condição essencial é estipular um preço robusto para o carbono, de US\$ 25 a tonelada de CO₂, com o fim de desencadear vastos investimentos do setor privado necessários para financiar a transição para uma economia de baixo nível de carbono. Estamos preocupados, porém, com a falta de vontade política para a fixação do preço do carbono.

O mundo não pode esperar até 2020 para encontrar a determinação necessária: se por um lado as negociações internacionais se arrastam e a dinâmica que foi gerada no setor privado corre o risco de se dissipar, por outro, o aquecimento global está avançando.

Há uma necessidade urgente de começar a produzir resultados concretos agora, com base em várias iniciativas promissoras que merecem ser ampliadas gradualmente.

Uma dessas iniciativas é o REDD+ framework (Reducing Emissions from Deforestation and Forest Degradation — em tradução livre do inglês: mecanismo REDD: reduzindo emissões provenientes de desflorestamento e degradação florestal), uma iniciativa destinada a gerar valor financeiro para o carbono armazenado nas florestas tropicais. A abordagem do desflorestamento e da degradação florestal não pode esperar até 2020.

Os próprios recursos de que necessitamos para nos protegermos substancialmente esgotados até então. Feita de forma apropriada, a proteção das florestas tropicais é um método com boa relação custo-benefício, tanto para atenuar a mudança climática como para proporcionar subsistências sustentáveis a milhões de pessoas que vivem na pobreza rural.

A esse respeito, o acordo recente firmado entre Noruega e Indonésia é inovador em três aspectos.

Ele protege e restaura a cobertura das áreas alagadas de florestas que se tornaram um importante fonte de emissões de carbono. Ele oferece um mecanismo eficaz para combater a corrupção. E melhora a eficácia da ajuda ao desenvolvimento oficial. Esses programas podem ser ampliados pela participação de países com ideias afins, junto com organizações da sociedade civil.

Nós atribuímos grande importância à recomendação da AGF para a criação de Fundos Verdes (Green Funds) destinados ao manejo florestal e a África. Apelamos para que sejam tomadas medidas preliminares, já que é muito mais barato preservar as florestas tropicais a ter de reabilitá-las. Além disso, o Fundo Verde ajudaria a preencher a lacuna entre o Fast Track Funding (Financiamento por Trâmites Ágeis) para 2010-2012, que foi prometido em Copenhague, e a data-alvo de 2010.

Uma segunda iniciativa é o financiamento relacionado com o clima, oferecido pelos bancos de fomento multilaterais (MDBs). Os MDBs têm sido capazes de alavancar vastos fluxos de investimento privado reduzindo riscos e desenvolvendo a capacidade das instituições financeiras domésticas.

Por exemplo, o Programa de Eficiência das Concessionárias Elétricas da China, da International Finance Corporation, tem obtido êxito no uso de pequenas quantidades de capital de risco e de recursos de doadores para gerar grandes quantidades de empréstimos, com um esteante fator de alavancagem de mais de 100:1.

Igualmente, o Banco Europeu para Reconstrução e Desenvolvimento colocou a eficiência energética em primeiro plano em grande parte do seu trabalho nos programas de transformação setorial liderados pelo mercado por toda a Europa Oriental e a ex-União Soviética.

Os MDBs devem atuar rapidamente com o setor privado para expandir consideravelmente a escala desses novos mecanismos, e seu capital deve ser aumentado se eles demonstrarem sucesso.

Uma terceira iniciativa diz respeito ao desenvolvimento de energia renovável. Programas bem elaborados com tarifas embutidas oferecem aos investidores a transparência, a longevidade e a certeza que procuram — e essas iniciativas apoiaram aproximadamente 75% da capacidade fotovoltaica solar e 45% da capacidade eólica instalada ao redor do mundo até 2008.

O programa GET FiT é uma proposta para promover o acesso à energia renovável no mundo em desenvolvimento por meio de parcerias público-privadas. O dinheiro dos doadores bilaterais e multilaterais, aliado a ajuda técnica coordenada a programas de reforço de capacidade, dá incentivos para os produtores de energia gerarem energia renovável.

Usando uma estrutura do tipo GET FiT para respaldar o financiamento preliminar de iniciativas como o Desertec, um programa em larga escala para geração de energia eólica e solar no deserto do Saara para a África do Norte e para exportação à Europa, contém uma promessa singular.

Adaptados adequadamente, esses mecanismos também poderiam expandir dramaticamente soluções autônomas de energia renovável pelas economias rurais, proporcionando energia confiável a bilhões de pessoas e desencadeando uma nova revolução verde na zona rural.

A adoção de medidas concretas agora revigorará a dinâmica do combate à

mudança climática e ajudará a restabelecer a confiança na cooperação internacional. Além disso, numa época de demanda global insuficiente e de restrições fiscais nos países desenvolvidos, há uma necessidade urgente de novos impulsionadores de crescimento. As iniciativas descritas aqui, bem como outras discutidas no relatório da AGF, oferecem uma importante oportunidade para redirecionar a economia global rumo à economia de recursos e de desenvolvimento de baixas emissões de carbono com o uso de recursos públicos limitados para estimular o investimento privado em larga escala.

Caio Koch-Weser é vice-presidente do conselho de administração do Deutsche Bank Group. **George Soros** é presidente do conselho de administração do Soros Fund Management. Copyright: Project Syndicate, 2010.

www.projectsyndicate.org

Código impedirá cumprimento de meta, diz estudo – Estado de São Paulo – Vida – 24/11/2010

O avanço no desmatamento decorrente de mudanças no Código Florestal poderá multiplicar as emissões de gases de efeito estufa entre 7 e 25 vezes a meta de corte fixada em lei para 2020. O cálculo do impacto das mudanças, em debate no Congresso Nacional, foi feito pelo Observatório do Clima, que reúne entidades ambientalistas.

Por essa conta, as mudanças propostas no relatório do deputado Aldo Rebelo (PCdoB-SP) e aprovadas em comissão especial da Câmara poderão inviabilizar o compromisso brasileiro no combate ao aquecimento global.

Traduzido em toneladas de gás carbônico equivalente (todos os gases de efeito estufa convertidos em potencial de aquecimento do gás carbônico), o sinal verde para mais desmate poderá representar emissões extras de algo entre 7,4 bilhões e 25,7 bilhões de toneladas de gases, num período de tempo indefinido.

Em 2009, lei sancionada pelo presidente Lula fixou a meta de cortar de 36,1% a 38,9% das emissões previstas para 2020.

O corte seria de 1 bilhão de toneladas de gás carbônico equivalente. A emissão extra representaria, então, de 7 a 25 vezes essa meta.

Nas etapas finais da campanha eleitoral, a presidente eleita Dilma Rousseff se comprometeu a vetar mudanças no código, mas a proposta continua em debate no Congresso, com apoio de parte da base do governo. Anteontem, a ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, disse que a discussão precisa ser ampliada na sociedade e a votação deveria ficar para o próximo ano.

Levantamento. Estudo do Observatório se baseou em duas das principais mudanças: a redução de 30 para 15 metros das áreas de proteção ambiental às margens dos rios mais estreitos, de até 5 metros, e a isenção da reserva legal nas propriedades de até 4 módulos fiscais em parcela de 4 módulos das demais propriedades. Segundo o estudo, a redução das áreas de proteção permanentes nas margens dos rios

poderá representar um desmatamento extra de 18 mil km², mais de dez vezes a cidade de São Paulo. A isenção da reserva legal atingiria 690 mil km².

Atualmente, a lei exige reserva legal entre 20% e 80% da extensão das propriedades, dependendo do bioma, mas essa exigência é ignorada pela grande maioria dos proprietários rurais. Amazônia e Cerrado seriam os biomas mais afetados.

O estudo é um primeiro esforço para medir o impacto de mudanças no código de emissão de gases de efeito estufa. O documento reconhece margem de risco, porque não há dados oficiais precisos sobre rios estreitos nem sobre a extensão do desrespeito da reserva legal.

O coordenador do Observatório, André Ferretti, diz que não há como prever a velocidade com que avançariam os novos desmatamentos. "A tendência é uma utilização maior das áreas, a partir do momento em que o desmatamento for liberado."

Código florestal reduz até 12 vezes absorção de CO₂ – Claudio Angelo e Sabine Righetti – Folha de São Paulo – Ciência – 24/11/2010

Se implementadas, as alterações no CFB (Código Florestal Brasileiro), propostas pelo deputado Aldo Rebelo e aprovadas em julho na Câmara dos Deputados, poderão levar, no longo prazo, a emissões de CO₂ equivalentes a três vezes a produção anual desse gás-estufa no Brasil. Isso num cenário otimista. Numa análise mais pessimista, em que os proprietários de terra suprimam totalmente a vegetação nas áreas isentadas pelo novo CFB, as emissões poderiam ser 12 vezes o total anual brasileiro. Os números são de um relatório técnico preliminar divulgado pelo Observatório do Clima, que calculou os impactos do novo CFB sobre as metas climáticas do país. "É contraditório que um país com metas de redução de emissões aprove um código florestal que reduza a capacidade de armazenamento de CO₂", diz André Ferretti, coordenador do Observatório do Clima. O Brasil emite cerca de 2 bilhões de toneladas de CO₂ por ano. Na agropecuária, que contribui com cerca de 20% do total, o compromisso assumido pelo país no Acordo de Copenhague é de reduzir as emissões em 160 milhões de toneladas até 2020. Dentre as principais mudanças propostas pelo novo CFB estão a dispensa de reserva florestal legal para pequenas propriedades (até quatro módulos fiscais) e a redução de 30 m para 15 m da área de preservação nas margens dos córregos (rios com até 5 metros de largura).

RUÍDOS

NA

ACADEMIA

Chamando os biólogos que se opuseram à proposta de Aldo Rebelo de "parte ruidosa da academia", o pesquisador Luís Carlos Moraes, do Centro Universitário do Oeste Paulista, afirmou ontem na Câmara dos Deputados que, se o Código Florestal atual fosse cumprido, sobraria só 25% do território brasileiro para a agropecuária. Moraes participou de uma audiência pública organizada pela Comissão de Agricultura da Câmara.

A SBPC e a ACB (Academia Brasileira de Ciências) afirmam que a proposta de Rebelo de reforma do código não se pautou por critérios científicos. Já Moraes diz que o Conselho Federal de Biologia aprovou o relatório e que o texto de Rebelo acatou 70% das demandas da biologia. "Tem de acatar 100%?"

Segundo ele, a aplicação da lei florestal para repor todo o déficit de reserva legal do Brasil (65 milhões de hectares) demandaria R\$ 260 bilhões só em mudas -o equivalente a oito anos de arrecadação de CPMF. "Arrumem dinheiro, que eu saio plantando árvores daqui até o Amapá", disse.

Ambientalistas preveem rápida adoção de protocolo anti-biopirataria – Valor Econômico – Brasil – 24/11/2010

Agência Brasil, de São Paulo

Especialistas em ambiente dizem estar otimistas em relação à entrada em vigor, em curto espaço de tempo, do Protocolo sobre o Acesso e Repartição dos Benefícios (ABS, na sigla em inglês), aprovado no fim de outubro, durante a 10ª Conferência das Partes da Convenção sobre Biodiversidade (COP-10), no Japão.

Defendida pela delegação brasileira com o apoio de outros países de rica biodiversidade, o protocolo é uma forma de coibir a biopirataria, estabelecendo que as empresas farmacêuticas e de cosméticas que obtiverem lucros financeiros com a venda de produtos derivados de recursos animais, plantas ou micro-organismos passem a compartilhar parte dos ganhos com as comunidades e países de origem da matéria-prima.

Para entrarem em vigor, o protocolo ainda terá que ser ratificado por ao menos 50 dos 193 países que participaram da COP-10. Segundo o embaixador Paulino Franco de Carvalho Neto, chefe da Divisão de Meio Ambiente do Itamaraty, isso deve levar a ao menos dois anos.

“Para o governo brasileiro, a adoção do protocolo foi o ponto alto da Conferência de Nagoya.

Por isso, esperamos que o Congresso Nacional o aprove e que a presidente da República o sancione o quanto antes”, disse Carvalho Neto ao participar, em São Paulo, da Conferência do Ano Internacional da Biodiversidade, promovida pelo Instituto Humanitas, com a aprovação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente Para Paulo Nogueira Neto, professor emérito da Universidade de São Paulo (USP) e ex-secretário nacional de Meio Ambiente, a obtenção das assinaturas não passa de uma simples formalidade.

“Acho que será uma mera formalidade para conseguirmos a aprovação de 50 países, já que as opiniões foram unânimes, o que demonstra que o assunto não é mais tão controverso.

Em seu conjunto, o Protocolo de Nagoya só deve entrar em vigor em 2020, mas durante a conferência o Brasil pediu a antecipação para 2015, proposta que, na ocasião, o ministro japonês do Meio Ambiente, Ryu Matsumoto, prometeu levar em consideração.

O que fazerem Cancun? – Sítio Eletrônico da CPT – 25/11/2010

Artigo de Roberto Malvezzi sobre as atividades a serem realizadas em Cancun acerca das mudanças climáticas, seria a COP 16, a 6ª Conferência das Partes e as mobilizações convocadas pela Via Campesina durante esses eventos. Confira mais informações sobre as atividades da Via Campesina e o objetivo destas, aqui. O mundo inteiro irá a Cancun. Mais uma vez reúne-se para discutir o “aquecimento global”. Enquanto discutimos, há várias décadas, os gases de efeito estufa continuam aumentando na atmosfera.

Hoje, a concentração de CO₂ na atmosfera está a redor de 386 ppm, isto é, de cada milhão de outras partículas, 386 são de CO₂. Antes da revolução industrial estava a redor de 288 ppm. Resultado, a temperatura média da Terra que era de 14,5° C, hoje já passa de 15° C.

Parece pouco, mas já é suficiente para causar as tragédias ambientais que temos assistido.

Cada grau a mais trará transtornos inimagináveis.

Aumentou também o metano (CH₄), que está em menor porcentagem na atmosfera, mas tem um potencial de aquecimento 21 vezes maior que o CO₂.

Aumentou ainda o N₂O, ou óxido nitroso, produzido pela agricultura envenenada, também causador do efeito estufa.

Na prática esses dados indicam o total fracasso dos mecanismos de mercado para controlar as emissões de gases. Teríamos que ter outras razões, outras práticas, como a diminuição de usos combustíveis fósseis, diminuir a queima e derrubada das florestas – ao contrário, reflorestar -, diminuir a patada ecológica da pecuária e da agricultura sobre a Terra.

Entretanto, bastava a filosofia de desenvolvimento que adotou o Brasil, China e Índia, além dos europeus, americanos e outros asiáticos, para sabermos que esse modelo nos leva ao abismo.

As multidões, embriagadas pelo consumo, não tem distância crítica para vincular a depredação da Terra à sociedade do desperdício. Enquanto total, a fome e a sede aumentaram em todo o planeta, embora tenham diminuído em alguns lugares, caso do Brasil.

Portanto, embora respeite a boa vontade de muita gente, além do passeio, não há muito que fazerem Cancun. Espero muito mais das autoridades das populações tradicionais, de sua resiliência, da ecologia dos pobres, daqueles que estão dispostos a construir a “sociedade do bem viver”. Mas, tudo indica, eles não virão em muitos e sofrimento.

Espero também que a misericórdia da Terra para com o ser humano seja maior do que a do ser humano para com a Terra.

RO troca madeireiro de "faroeste" por engenheiro – Ricardo Miotto – Folha de São Paulo- Ciência – 25/11/2010

Ainda que escorrendo suor e cercados de dezenas de insetos per capita, os responsáveis pela empresa Amata têm mais cara de quem trabalha em um escritório na Berrini do que no meio da floresta amazônica em Itapuã do Oeste (RO). Esses profissionais, quase todos paulistas mesmo (o gerente de planejamento é paranaense), são exemplo do tipo de mão de obra qualificada da área florestal que foi

para Rondônia depois que o governo federal concedeu a exploração da madeira da Floresta Nacional do Jamari à iniciativa privada. Contrastam com o modo tradicional de atuação das madeireiras no local, ao estilo velho oeste: terra de ninguém, com grilagem e desmatamento amador, ilegal e total dos terrenos, e madeireiros andando até armados. "Quase todo mundo aqui fez Esalq", diz Roberto Waack, 50, CEO da Amata, em referência à sede do curso de engenharia florestal da USP em Piracicaba -biólogo pela USP, ele não poderia ter menos jeito de madeireiro. Longe do Norte, até passa por um executivo qualquer: a sede comercial da Amata é mesmo na Vila Olímpia. A empresa do desarmado Waack foi uma das três que ganharam a licitação para explorar por 40 anos a floresta do lugar de maneira sustentável (com técnicas de baixo impacto, tirando apenas as árvores maiores e deixando a mata se recuperar).

VERGONHA

As outras duas, que também já estão cortando madeira na região há quase dois meses, têm como proprietários madeireiros tradicionais de Rondônia, mas que juram que madeira sem certificação ambiental é coisa do passado. Tiveram de trazer engenheiros de fora.

"Agora quero ficar só aqui na concessão. Para vender para fora agora tem de ser madeira certificada mesmo", diz Valdir Perutti, 56, da Madeflona, madeireiro desde 1991 na região, que acha mais normal ser chamado de chefe do que de CEO.

"Já tive vergonha de dizer que era madeireiro, você era visto como criminoso."

Para conseguir se adaptar às exigências do contrato que assinou com governo, pediu a ajuda de um engenheiro florestal para montar uma equipe técnica.

"Eu chamei um rapaz de Santa Catarina para ser meu sócio, como se fosse meu filho mesmo", diz. A Sakura, empresa que completa o trio de madeireiras na Flona, também conta com engenheiros -o diretor técnico, aliás, também veio da Esalq.

Os lotes de cada empresa variam de tamanho, mas giram em torno de 30 mil hectares cada -algo como 200 parques do Ibirapuera contínuos de floresta densa. O governo vai receber R\$ 3,3 milhões em 2011 de royalties pela Flona do Jamari. Ela é a primeira a ser explorada pelo sistema de concessões -depois do governo levar quatro anos tentando colocá-lo de pé. O Serviço Florestal promete avançar mais rápido agora com novas concessões.

Para proteger a área que exploram, as empresas contam com o próprio governo e com segurança privada -quando a reportagem chegou, um guarda uniformizado gordinho, mas com a confiança imponente de um Capitão Nascimento, se agilizou para abrir o portão.

Além disso, toda a região é vigiada por satélite. Esse controle serve tanto para os concessionários quanto para o Serviço Florestal, que pode saber se eles não estão desmatando mais do que o permitido pelo contrato.

O jornalista **RICARDO MIOTO** viajou a convite do Serviço Florestal Brasileiro

DO ENVIADO A RONDÔNIA

Por trás do sistema de concessões de florestas está um órgão federal que conseguiu, ao menos até agora, ficar livre das indicações políticas. O diretor do Serviço Florestal Brasileiro, órgão vinculado ao Ministério do Meio Ambiente que foi criado em 2006 para organizar as licitações e monitorar a atividade dos concessionários, é o engenheiro florestal Antônio Carlos Hummel, 54 anos, 27 de serviço público.

Sujeito simples e brincalhão, chama a todos de "rapaz". É do tipo que se torna o melhor amigo do garçom em minutos, sempre elogiando a temperatura da cerveja, e que brinca com o taxista comentando como é chique o celular de dois chips dele. Hummel participa das audiências públicas para a concessão de mais florestas para a iniciativa privada. A **Folha** foi a Candeias do Jamari, perto de Porto Velho, para acompanhar a audiência para concessão da Flona do Jucundá. Uma reclamação recorrente dos moradores é que, devido à alta necessidade de capital para entrar na licitação, pequenos proprietários locais ficam excluídos da exploração madeireira nas áreas de concessão.

Os editais permitem que associações e cooperativas participem das licitações, mas elas com frequência não têm dinheiro suficiente.

O preço varia, mas quem quer alugar um lote de terra do governo para explorar precisa pagar, logo de cara, cerca de R\$ 1 milhão de reais (para cerca 30 mil hectares).

Valor similar precisa ser depositado como "fiança" contra eventuais quebras de contrato, e é necessário pagar também royalties sobre o lucro obtido na atividade.

Na audiência, essa questão foi levantada por Valdir da Silva, da Associação Aprucajá de pequenos proprietários de terra em Candeias do Jamari.

"A associação é carente de recursos. É formada por pessoas que sofreram todo tipo de dificuldade, a gente só queria um final um pouco feliz, mas aí vem e, em vez disso, multam a gente", disse.

"O Serviço Florestal não multa ninguém, deve ter sido o Ibama!", respondeu Hummel.

"Podemos orientar vocês sobre como participar, existem incentivos, mas a lei não permite priorizar ninguém, nas licitações todos tem de concorrer em igualdade", disse ele, sem deixar Silva muito convencido.

Assim como Jacundá, há outras seis licitações avançando em várias regiões da Amazônia. O Serviço Florestal quer colocar 1 milhão de hectares em licitação até o final do 2011 -dez vezes a área da Flona do Jamari.

O governo estima que seria necessário licitar 40 milhões de hectares de floresta para abastecer toda a demanda brasileira de madeira. **(RM)**

O planeta esquentado- O Globo – Ciência – 25/11/2010

Aquatrodias do início da 16ª Conferência do Clima das Nações Unidas, novosestudosclimáticosrevelam um planetaem perigo. Climatologistasdivulgaramontemque 2010 será o anomaisquente da Históriadesde o início dos registros, em 1850. E mais: a concentração de gases-

estufa na atmosfera aumentou desde o ano passado, alcançando uma marca recorde.

É a forma de a comunidade científica reagir à onda de pessimismo que antecede à convenção — cujo início será na próxima segunda-feira, em Cancún, no México — e mostrar ao mundo o quão urgente é o estabelecimento de um acordo global que estabilize as emissões. A própria ONU tratou de alarmar os participantes da reunião, ao lembrar que as metas já estabelecidas não são suficientes se quer para manter as mudanças climáticas num patamar administrável.

As temperaturas registradas este ano estão 0,8 graus Celsius acima dos níveis pré-industriais e superaram 0,5 graus a média obtida entre 1961 e 1990. De acordo com os climatologistas, 2010 já está empatado com 1998 e 2005, os dois anos mais quentes desde o início das medições, em 1850. A diferença entre os dois anos é de apenas alguns centésimos, segundo a Nasa, a Administração Nacional Oceânica e Atmosférica (Noaa, dos EUA) e a Unidade de Pesquisa Climática (Inglaterra), e deve ser ultrapassado por 2010. Metas não são suficientes. Outro estudo divulgado ontem, do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma), analisou as promessas

já anunciadas para reduzir as emissões de gases-estufa. A conclusão: todos os projetos de todas as nações, somados, não são suficientes para deixar o mundo se quer próximo a um necessário para que o aumento da temperatura global não ultrapasse 2 graus Celsius. Se o planeta esquentar mais que isso, as mudanças climáticas serão irreversíveis.

Cerca de 80 países, incluindo os maiores emissores de CO₂ — China e EUA — já divulgaram suas metas. Os compromissos são variados: a União Europeia, por exemplo, pretende cortar suas emissões em 20% até 2020. Já a China comunicou que irá “esforçar-se” para reduzir a intensidade energética demandada por sua economia — a quantidade de CO₂ necessária para produzir uma unidade do PIB — de 40 a 45% até o mesmo prazo. Os EUA querem reduzir 17% em relação a 2005.

As intenções foram reproduzidas no Acordo de Copenhague, um documento elaborado às pressas no fim da Conferência do Clima do ano passado. Mas ele não estabelece metas legalmente vinculantes: todos os compromissos ali reunidos são voluntários.

Atualmente, o mundo emite cerca de 48 gigatoneladas (bilhões de toneladas) de CO₂ por ano. Se os países ignorarem o aquecimento global na condução de suas economias, este índice chegaria a 53 gigatoneladas de dióxido de carbono em apenas dez anos.

Se, por outro lado, cumprir integralmente o que diz o Acordo de Copenhague, o mundo emitirá 49 gigatoneladas do gás em 2020. É uma redução inegável, mas muito abaixo da necessária para que a temperatura aumente, no máximo, 2 graus Celsius. Para isso, seria preciso liberar apenas 44 gigatoneladas de CO₂ para a atmosfera.

— O Acordo de Copenhague simplesmente cita uma lista de metas voluntárias, sem qualquer incentivo ou afirmação dos países de que, se um deles avançar, os outros também terão de fazê-lo — critica o diretor-executivo da Pnuma, Achim Steiner. — Precisamos pegar as intenções refletidas naquele documento e tirá-las do papel, para que possam se transformar num acordo legalmente vinculante.

Gases-estufa mais concentrados Apesar de a recessão econômica ter reduzido as emissões mundiais de CO₂ na atmosfera, as concentrações de gases estufa atingiram, no ano passado, sua maior concentração desde os tempos pré-industriais.

O alerta é da Organização Mundial de Meteorologia, que constatou o crescimento das concentrações de dióxido de carbono, metano e óxido nítrico. Quanto mais presentes esses gases, maior a possibilidade de ocorrerem mudanças climáticas

Técnica transforma biomassa em matéria-prima de plástico e resina – Folha de São Paulo – Ciência – 26/11/2010

COLABORAÇÃO PARA A FOLHA- Engenheiros químicos da Universidade de Massachussets criaram uma técnica para produzir matéria-prima para a indústria em grandes quantidades a partir de biomassa. Com restos de madeira e dejetos agrícolas, eles chegaram a um óleo com substâncias essenciais para fabricar produtos como solventes, detergentes e até plásticos. Com a ajuda de um novo passo na reação química que produz o óleo, a equipe conseguiu obter uma quantidade três vezes maior do combustível em relação ao que era possível no passado. O feito pode abrir caminho para diminuir a dependência em relação ao petróleo na indústria, usando matéria-prima renovável.

Uma química mais verde – O Globo – Ciência – 26/11/2010

Uma equipe de engenheiros químicos da Universidade de Massachusetts, nos EUA, desenvolveu uma maneira de produzir grandes volumes de matéria-prima para a indústria petroquímica, como benzeno, tolueno e outras olefinas, a partir de bioóleos.

O novo processo poderá reduzir ou até eliminar a dependência de petróleo da indústria, em um negócio estimado em US\$400 bilhões anuais. Em vez de comprar barris de petróleo, os fabricantes de produtos químicos poderiam usar material vindo de uma fonte mais barata para produzir os mesmos detergentes, solventes, plásticos e fibras.

— Graças a essa descoberta podemos atender à demanda de matérias-primas químicas pelo processamento de bio-óleos. Produzimos a partir de biomassa as mesmas moléculas que são produzidas com o petróleo sem precisar de mudanças na infraestrutura — diz George Huber, professor da universidade.

Tecnologia pronta para ser aplicada Segundo ele, a nova tecnologia poderá beneficiar a indústria de imediato, pois os bio-óleos já estão disponíveis comercialmente. Além disso, destacou, sua produção vem de fontes renováveis que vêm de culturas não destinadas à alimentação até o processamento de lixo e outros resíduos. Outra grande vantagem é que o método pode gerar matérias-primas de mais alto valor.

— Podemos conseguir três vezes mais matérias de alto valor a partir do bio-óleo do que jamais foi obtido antes — afirma.

— Assim, estamos fornecendo um caminho para converter bio-óleos de baixo valor em produtos mais valiosos do que apenas combustíveis para o transporte.

No artigo em que descrevem a descoberta, publicado na edição desta semana da revista “Science”, Huber e os estudantes

de doutorado Tushar Vispute, Aimaro Sanno e Huiyan Zhang demonstram como produzir olefinas como etileno e propileno, base de muitos plásticos e resinas; e compostos aromáticos, como benzeno e tolueno, usados na fabricação de solventes epoliuretano, a partir da biomassa. Para tanto, eles usam uma abordagem em dois passos. Primeiro, os bio-óleos passam por um estágio de

hidrogenação, para só depois serem convertidos com um catalisador especial. A partir de variações nesses passos eles podem obter diferentes materiais com resultados otimizados.

Material barato e sob medida Assim, escreveram, “a razão entre olefinas e compostos aromáticos, assim como os tipos de olefinas e compostos aromáticos produzidos podem ser ajustados de acordo com a demanda do mercado”. Em outras palavras, com a nova técnica, as indústrias químicas poderiam gerenciar tanto o tamanho das cadeias de carbono quanto a quantidade de hidrogênio dos materiais que vão usar segundo suas necessidades, obtendo a melhor matéria-prima a menor custo possível.

Uma fábrica piloto já foi instalada na Universidade de Massachusetts e está produzindo pequenas quantidades de materiais a partir de bio-óleos. A tecnologia também já foi licenciada para a Anellotech Corp., fundada pelo próprio Huber e por David Sudolsky. A Anellotech já desenvolve outro processo inventado pelo professor e sua equipe que permite converter biomassa sólida diretamente em matérias-primas para a indústria química sem precisar passar pelo estágio do bio-óleo.

— Muitas empresas estão desenvolvendo tecnologias para produzir bio-óleos a partir de biomassa — conta Sudolsky. — O problema é que estes bio-óleos precisam ser beneficiados para serem úteis. Mas, com o novo processo, poderemos convertê-los diretamente em materiais de alto valor com eficiência.

Uma expectativa de avanço na CoP-16 em Cancún – Valor Econômico – Opinião – 26/11/2010

O secretário-geral da ONU estabeleceu um grupo consultivo de alto nível para estudar a viabilidade do objetivo de financiamento proposto no protocolo de Copenhague de levantar US\$ 100 bilhões por ano até 2020 para apoiar atividades de mitigação e adaptação climática nos países em desenvolvimento.

O relatório disponível no site http://www.un.org/wcm/webdav/site/climatechange/shared/Documents/AGF_reports/AGF_Final_Report.pdf, conhecido como AGF Report, foi apresentado em 5 de novembro e afirma que esse objetivo de financiamento é desafiador, mas possível. Esse será certamente um dos temas mais promissores da CoP-16 da Convenção do Clima que começa hoje em Cancún.

Não é difícil entender a importância do tema. Com crescimento econômico mais rápido, a responsabilidade histórica dos países em desenvolvimento para o problema do aquecimento global é muito menor que a dos países ricos, mas é justamente nesses países que existem opções de mitigação mais baratas e onde os impactos climáticos serão mais sentidos pela sua população. Assim, por questões de equidade e eficiência, o financiamento das ações de mitigação e adaptação dos países em desenvolvimento é uma etapa crucial na agenda internacional de combate ao aquecimento do planeta. É quase consenso que ao se resolver essas questões de financiamento criam-se os incentivos e compensações para que os países em desenvolvimento possam se comprometer com metas mais ambiciosas de redução de emissões, o que facilitaria a discussão de um futuro acordo global.

As fontes propostas foram inúmeras e variadas. As receitas foram estimadas com base no pressuposto de que as opções de mitigação terão um custo de oportunidade em torno de US\$ 20 a US\$ 25 por tonelada de CO₂ equivalente em 2020. Inicialmente foram consideradas as doações diretas dos países desenvolvidos no valor de US\$ 30 bilhões já acertadas no Acordo de Copenhague. Outra fonte seria derivada de leilões de direitos de emissão que os países signatários do Protocolo de Kyoto distribuem para os agentes econômicos emissores.

Adicionalmente foram sugeridas receitas de uma série de taxas de valor baixo, tipicamente para fins arrecadatórios, sobre emissões e energia fóssil aplicadas nos países desenvolvidos.

Mais controversas foram as opções de taxas sobre transporte aéreo e marítimo internacional, as taxas sobre transações internacionais de mercado de carbono (“off set”) e parte das receitas de um imposto sobre transações financeiras internacionais.

O relatório avaliou essas fontes em relação a um conjunto de critérios, tais como, receita potencial, eficiência, equidade, incidência sobre os países em desenvolvimento, praticidade, confiabilidade, adicionalidade e aceitabilidade. Na maioria dos casos, o próprio relatório afirma explicitamente que a avaliação desses critérios não foi um consenso no grupo.

Por exemplo, os conselheiros concordaram que a tributação sobre transportes internacionais e finanças não deveria ser incidente sobre os países em desenvolvimento, mas há discordância sobre como evitar isso: por meio de uma isenção desses impostos para esses países ou que esses ficassem com a receita gerada nas suas atividades distribuídas.

O relatório também reconhece que a contribuição de bancos multilaterais só pode ser adicional se houver aumento de capital nesses bancos de modo a evitar que outros investimentos percam créditos. E que a alavancagem do capital privado depende fortemente em cenários de mitigação do risco regulatório, que dependerá dos acordos internacionais. O relatório também afirma que a tributação de transações internacionais não é viável no curto prazo. E que impostos sobre as compensações internacionais de redução de emissões (“offsets”) não seriam facilmente implementados pelas dificuldades em medir lucros e beneficiários.

Embora o Relatório tentada ênfase às fontes alternativas, é fácil perceber que as fontes mais promissoras continuam sendo as doações diretas de US\$ 30 bilhões dos países desenvolvidos, a alocação de 10% da arrecadação sobre leilão de direitos de emissão em mercados de carbono que foram estimadas em outros US\$ 30 bilhões e a arrecadação de novos tributos sobre energia nos países desenvolvidos que poderiam somar também US\$ 30 bilhões. Isto é, só as fontes que incidem direta e somente nos países ricos seriam capazes de gerar US\$ 90 bilhões, sem contar que esse valor poderia ser mais elevado se os níveis de tributação e os percentuais de alocação dessas receitas forem maiores. Assim, se o repasse da receita com leilões de direitos de emissão subisse para 20% já teríamos arrecadado mais que os acordados US\$ 100 bilhões.

Do ponto de vista dos países em desenvolvimento as receitas provenientes de fontes públicas (doações e receitas tributárias) geradas nas economias em desenvolvimento são as opções que teriam o menor impacto no seu crescimento econômico e comércio internacional. Novos impostos internacionais sobre transporte, “off set” ou finanças, pelo contrário, mesmo que neutros para os países em desenvolvimento, podem afetar negativamente o comércio e a trajetória de crescimento das economias em desenvolvimento, além de distorcerem um possível mercado internacional de carbono como o Redd (mecanismo para redução de emissões de desmatamento e degradação) ou outro mecanismo de mercado.

Em suma, há recursos de financiamento se os países em desenvolvimento estiverem dispostos realmente a darem passos significativos para um futuro acordo climático e, portanto, as propostas baseadas em suas fontes públicas devem ser encorajadas, inclusive com maiores percentuais de alocação ou níveis de tributação.

Outras fontes propostas podem ser complementares, mas ainda necessitam de uma avaliação mais cuidadosa para evitar impactos negativos nos países em desenvolvimento que serão os principais beneficiários desses fundos.

Agroceres PIC venderá crédito de carbono – Valor Econômico – Agronegócios – 26/11/2010

Ambiente Empresa recebe aval das Nações Unidas para a estreia no mercado internacional; programa será ampliado

A Agroceres PIC, braço de genética de suínos da Agroceres, prepara-se para fazer a sua primeira venda de créditos de carbono no mercado internacional. A empresa recebeu o aval das Nações Unidas para a operação graças a um projeto de captação de gases nocivos ao ambiente de sua unidade em Patos de Minas (MG).

Núcleo de multiplicação genética de suínos, a Granja Paraíso abriga cerca de 45 mil animais, que produzem 500 mil litros de dejetos por dia. Esses dejetos liberam na atmosfera o metano, que faz parte do grupo de gases de efeito estufa que contribuem para o superaquecimento do planeta.

Com investimento próprio de R\$ 3 milhões para a construção e instalação de seis biodigestores, a empresa diz ter reduzido fortemente a emissão de gases. Segundo Vitor Vanetti, diretor de marketing do grupo Agroceres e gestor responsável pelo projeto, a previsão é que a redução anual chegue a cerca de 20 mil toneladas de CO₂.

A venda de créditos de carbono está dentro do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), uma das estratégias criadas pela ONU para reduzir o volume de gases-estufa emitidos pelas empresas.

Nesse sistema, países poluidores ricos podem comprar créditos de projetos “limpos”

desenvolvidosempaísesemdesenvolvimento, como o Brasil.

No caso da Granja Paraíso, o gás metano liberado pelos dejetos é canalizado e convertido em CO₂, que é então liberado no ar.

Embora ainda ocorra a emissão de um gás-estufa, a medida é considerada um ganho para a natureza, já que o metano é 21 vezes mais nocivo que o CO₂.

“O monitoramento da produção e queima dos gases é diário, permitindo a identificação e correção de falhas em menor tempo.

Dessa forma, a performance da granja é bem próxima ao calculado no documento oficial, portanto o de melhor gestão”, diz Eloisa Casadei da PricewaterhouseCoopers, que forneceu a consultoria em sustentabilidade para a implementação do projeto.

De acordo com Vanetti, a Agroceres PIC preferiu fazer o investimento total do projeto com recursos próprios a ser financiado por companhias compradoras desses créditos e esperar um retorno financeiro anual de até € 260 mil euros. Hoje, a tonelada de carbono gira em torno de € 13. Por convenção, cada tonelada de gás emitido equivale a um crédito de carbono no mercado internacional.

A empresa recebeu o registro da UNFCCC (United Nations Framework Convention on Climate Change, órgão da ONU) em agosto e será submetida ao monitoramento dos gases por um ano. No fim, será submetida à certificação para, só então, vender os créditos.

A Agroceres PIC pretende estender o projeto de MDL para as 13 granjas terceirizadas com as quais trabalha. “Já temos clientes interessados”, afirma Vanetti.

Código Florestal afeta emissões, diz ministra – Marta Salomon - Estado de São Paulo – Vida – 27/11/2010

Às vésperas do início da Conferência do Clima da ONU, em Cancún (México), na qual a delegação brasileira tentará evitar retrocessos nas negociações para combater o aquecimento global, a ministra Izabella Teixeira (Meio Ambiente) voltou a criticar a proposta de mudança do Código Florestal em debate no Congresso, que pode pôr em risco o corte de emissões no País.

“É uma contradição. Temos de considerar as consequências do ponto de vista das emissões, porque há compromissos formais”, disse a ministra, se referindo a metade de 1 bilhão de toneladas das emissões de gases de efeito estufa previstas para 2020.

A ministra voltou a defender o adiamento da votação da reforma do Código Florestal no plenário da Câmara para o ano que vem. O objetivo é dar tempo ao debate de uma alternativa ao relatório do deputado Aldo Rebelo (PC do B-SP). O texto desobriga pequenas propriedades de recuperar áreas de reserva legal desmatadas ilegalmente, além de reduzir a proteção às margens dos rios mais estreitos, de 30 metros para 15 metros.

A redução do desmatamento responde pela maior parte do compromisso de corte de emissões de gases de efeito estufa no Brasil. “Mesmo que zere o desmatamento na Amazonia, vamos continuar com grandes desafios”, insistiu Izabella.

A ministra vai a Cancun com expectativa de avanços na negociação do combate ao aquecimento global, embora um novo acordo para a redução das emissões de gases de efeito estufa no período 2013-2020 esteja descartado previamente, por falta de entendimento entre os países e pela grande resistência dos Estados Unidos.

Uma das questões nas quais o governo brasileiro espera avanços é a definição de mecanismos de financiamento de ações de cortes de emissões e adaptação às mudanças climáticas, acordados na conferência do ano passado, na Dinamarca. Izabella afirmou que a responsabilidade deve caber aos países, por meio de financiamentos públicos.

O dinheiro privado viria como contribuição adicional.

A ministra espera também um acordo sobre o limite do aquecimento do planeta em 2°C até o final do século. Esse limite seria revisto em 2015, após a divulgação de um novo relatório do IPCC, o painel intergovernamental de mudanças climáticas, segundo será discutida na reunião do México.

Governo quer nova lei da biodiversidade – Claudio Angelo – Folha de São Paulo – Ciência – 27/11/2010

O país poderá ter, no ano que vem, uma nova regra sobre uso da biodiversidade. Os ministérios do Meio Ambiente e da Agricultura dizem ter superado diferenças em torno do projeto de lei de acesso a recursos genéticos, parado desde o primeiro governo Lula devido a divergências entre as duas pastas. A nova lei substituirá uma Medida Provisória editada em 2001 e amplamente criticada por burocratizar a pesquisa acadêmica e comercial. As regras da MP determinam que todo e qualquer acesso a recursos genéticos (fauna, flora e microrganismos) brasileiros depende de autorização do Cgen (Conselho de Gestão do Patrimônio Genético), órgão do Ministério do Meio Ambiente, e precisa repartir benefícios com o detentor do recurso (seja o Estado, sejam comunidades tradicionais ou indígenas).

NINGUÉM

Apesar de ter o intuito de coibir a biopirataria, a MP acabou deixando diversas universidades e empresas na ilegalidade, já que as autorizações são demoradas. “Não conheço quase ninguém que esteja legal. Muitos passaram anos tentando”, disse à Folha o farmacologista João Calixto, da Universidade Federal de Santa Catarina, pioneiro no desenvolvimento de drogas a partir da biodiversidade nacional. A dificuldade cria um gargalo à inovação e ao aproveitamento econômico da biodiversidade brasileira, que ele chama de “um pré-sal”. “Não há investidor que bote dinheiro porque não sabe se vai ser multado.” A situação culminou com 107 processos de acesso ilegal sendo enviados pelo Cgen ao Ibama. Resultado: muitas milionárias - só a gigante dos cosméticos Natura foi multada em R\$ 21 milhões. A ironia do caso é que, segundo o próprio presidente do Cgen, Bráulio Dias, os 107 processos foram de instituições que haviam pedido para se regularizar.

LEGAL

A REGRA NÃO É CLARA

"O problema é que não havia regras claras, então os conselheiros não sabiam o que decidir", afirmou Dias, secretário de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente.

Em 2007, o Cgen suspendeu a análise dos pedidos, e neste ano enviou os processos ao Ibama -que decidiu pela multa. A Natura já avisou que vai recorrer. O episódio levou a ministra Izabella Teixeira a pedir uma reestruturação do Cgen. Dias afirma que o órgão contratará neste ano mais analistas, para agilizar as autorizações. "Os 107 casos vão ser definidos neste ano", diz. O conselho também credenciará instituições como a Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária), o Instituto Chico Mendes e algum órgão ligado à agricultura para conceder acesso aos recursos genéticos para fins científicos e comerciais. Hoje, só o CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) pode conceder acesso além do Cgen, e só para cientistas. O principal ponto, porém, é a mudança na lei. O Ministério da Agricultura sempre foi contra o projeto da área ambiental. Primeiro, por achar que cabia a ele autorizar acesso a espécies de interesse para a agricultura. Depois, porque a lei tem entre seus objetivos regulamentar no Brasil a Convenção da Biodiversidade da ONU. E a convenção estabelece que todo uso de biodiversidade precisa envolver repartição de benefícios. O temor da Agricultura era que, como 90% da mesa do brasileiro é composta de espécies de outras partes do mundo, o setor agrícola fosse precisar pagar royalties aos chineses pela soja, por exemplo- e, assim, acabar ficando menos competitivo.

Acordo da ONU abre caminho para mudanças – Folha de São Paulo – Claudio Angelo – 27/11/2010

DE BRASÍLIA

As dificuldades sobre regras claras para o uso da biodiversidade foram atenuadas no mês passado, quando o mundo aprovou, na conferência da biodiversidade de Nagoya (Japão), um acordo que disciplina o assunto. O Protocolo de Nagoya reconhece que a repartição de benefícios pela biodiversidade agrícola terá será regida por outro tratado, o Tirfaa (Tratado Internacional sobre Recursos Genéticos para a Alimentação e Agricultura). Braulio Dias afirma que a adoção da nova lei não vai encarecer a agricultura. Para ele, a repartição de benefícios pode ser feita por meio de capacitação -com ajuda de ações da Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária), por exemplo. "A fonte de recursos genéticos é a agricultura familiar, e capacitando-a você ganha parceiros no futuro." Ele diz, porém, que o acesso a recursos genéticos de interesse agrícola terá de levar em conta o mundo pós-Nagoya. "O mundo não vai voltar atrás. Toda vez que você for acessar novas variedades de café, vai negociar com os etíopes." **(CA)**

Esquema de fraude com empresas fantasmas ‘esquenta’ madeira ilegal – João Domingos – Estado de São Paulo – Vida – 28/11/2010

Um esquema que envolve a criação e a homologação de empresas fantasmas por parte do poder público tem garantido fraudes contínuas na emissão de Documentos de Origem Florestal (DOF), levando à legalização de astronômicas quantidades de madeira retiradas ilegalmente na Amazônia.

Naregio de Acailandia e Itinga do Maranhao – respectivamente a 575 e 670 quilometros ao sul da capital Sao Luis –, por exemplo, a Gerencia Executiva do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renovaveis (Ibama) em Imperatriz vistoriou os dados das guias usadas por seis empresas e descobriu que elas sao fantasmas – nao tem endereco, pátio ou serraria.

Mesmo assim, elas movimentaram, do ano passado ate o primeiro semestre deste ano, 58.780 metros cúbicos de madeira serrada (o suficiente para encher cerca de 2 mil carretas) e 201 mil metros cúbicos de carvão (3.665 carretas).

O Estado obteve uma copia do relatório. Os endereços fornecidos ao poder público pelas seis empresas foram todos visitados pela reportagem na ultima quinta-feira. Uma das empresas esta na Rua Bartolomeu Igreja, Centro, em Acailandia, que nao existe.

Diante da duvida, o Estado foi a prefeitura para ver o mapa da cidade. De fato, nao ha na região do centro de Acailandia nem nos bairros vizinhos nenhum logradouro que se chame ou tenha nome parecido com Bartolomeu Igreja.

Bem perto da prefeitura fica a Rua Paraguai, no Bairro Parque das Nações. Consta na documentação de posse do Ibama que lá existe a WC Madeiras. So que ninguem ouviu falar dela.

A unica coisa que se parece com uma madeireira nessa rua são as sucatas de uma velha serraria, já desativada, onde mora um homem. Este, respondendo de trás de uma janela e sem se identificar, disse que nunca ouviu falar em tal estabelecimento.

O endereço que ele ocupa tem nas paredes a inscrição Madeireira Moraes. A Rua Paraguai é um local ermo, cheio de buracos, que termina nas encostas de uma fazenda.

No oceano. Esses, como outros que envolvem fraudes, são casos graves. Mas não os mais curiosos.

Em Itinga do Maranhao, a cerca de 100 quilometro dali, na fronteira com o Para, a empresa JNC Santiago se registrou como tendo sua sede na Rua das Mangueiras, 1.130, Praça do Mercado.

No local nao existe nenhum numero correspondente ao endereço dado pela empresa.

Pior: as coordenadas geográficas indicadas no registro (latitude 2°23' 1,7" Sul e longitude 43° 08' 3,5" Oeste) vão dar no meio do Oceano Atlantico.

Vizinha dela consta que existe a Dilma Ferreira Souto-Comercio, a Rua Duque de Caxias, 49. Como a outra, também nao existe e ninguem ouviu nada a seu respeito.

No lugar onde deveria estar o numero 49 fica a praça. Na documentação aparece ainda a empresa Andre Correia Martins, com endereço na BR-010, km 40, em Acailandia. Acontece que o tal km 40 fica a pelo menos 300 quilometros de distancia, próximo da cidade de Estreito, divisa com Tocantins.

Num unico dos seis casos foi possível descobrir a pista de uma dessas empresas fantasmas.

Nas aldeias de Itinga para Acailandia existe a Madeireira Alto da Pipira, que funciona regularmente, com documentação e tudo.

De acordo com os proprietários, os irmãos Maurício e James Aguiar, em julho de 2007 eles arrendaram o local para uma pessoa conhecida por Izaque Leal de Almeida, que latocou a Madeireira Mundo Novo. Mas o contrato foi desfeito no primeiro semestre do ano passado.

De acordo com a Gerência do Ibama de Imperatriz, a segunda maior cidade do Maranhão, mesmo sem sede e sem pato, a Mundo Novo ainda declarou ter 47.572 metros cúbicos de carvão vegetal e 8.667 metros cúbicos de carvão.

Ação se dá por transações fictícias – Estado de São Paulo – Vida – 28/11/2010

Com a conivência de autoridades, uma empresa fantasma emite virtualmente os documentos de origem florestal, como se fosse proprietária de uma determinada quantidade de metros cúbicos de madeira. Outra empresa compra esses créditos e legaliza igual volume de madeira extraída ilegalmente.

Foi assim que empresas “esquentaram” quase 60 mil metros cúbicos de madeira serrada e 201 mil metros cúbicos de carvão vegetal.

Para a gerência do Ibama, no caso investigado pelo **Estado** “verifica-se, indubitavelmente, tratar-se de operações de geração de créditos fictícios, corroborando uma volumetria excepcional de produtos de origem florestal – madeira e carvão vegetal – inexistentes”.

O relatório do Ibama de Imperatriz constatou que ocorre “simples transação comercial, fictícia, de movimentação de cargas de produtos florestais, onde, verdadeiramente, só se repassamos papéis geradores do respectivo crédito, através do sistema”.

O documento produzido pelo Ibama indica que o superintendente do órgão no Maranhão, Alberto Chaves Paraguassu, levou para a autarquia dois parentes – Guilherme Rocha e Alexandre Peres –, que estariam entre os servidores que homologam pátios e fazem ajustes no sistema de emissão de DOFs. O relatório diz ainda que o Ibama do Maranhão não monitora o sistema como deveria, permitindo que os pátios sejam homologados sem verificar os requisitos como o de coordenadas geográficas, licença de operação, CPF dos dirigentes e sem verificar origem do carvão.

Paraguassu admitiu ao **Estado** ter conhecimento de que “o sistema é uma fraude só e que os documentos são emitidos de forma aleatória”.

Mas disse que isso é de responsabilidade da Secretaria do Meio Ambiente do Maranhão (Sema). E afirmou que tem reprimido atividades ilegais.

O governo estadual não quis se pronunciar sobre as suspeitas.

/ J.D.

Ações de inteligência melhoraram combate

Desde que o governo unificou o sistema de repressão aos crimes ambientais, o combate às fraudes tem avançado apesar de elas estarem cada dia mais sofisticadas.

Dai a importância do uso da inteligência em ações de contrainformação postas em prática de 2009 para cá pela Polícia Federal e pela Agência Brasileira de Inteligência (Abin).

A Operação Arco de Fogo, da PF e da Abin com a Polícia Rodoviária Federal, Ibama e Força Nacional de Segurança no Maranhão, Mato Grosso, Pará e Roraima, apreendeu 247.173,01 metros cúbicos de madeira, o suficiente para encher 8.231 carretas.

E as maiores apreensões ocorreram em março e abril deste ano, totalmente planejadas pelo setor de inteligência.

Segundo Claudio Gomes, delegado da PF e coordenador-geral da Polícia Fazendária, hoje a repressão não é mais feita contra o pequeno delinquente. A PF se volta agora para os grandes chefes das cadeias das fraudes, seja na distribuição da madeira ilegal, seja na venda dela para o exterior.

Gomes disse que há uma certeza entre os que combatem o crime: as fraudes sempre passam por dentro dos órgãos ambientais.

Começam sempre no plano de manejo florestal.

“As quadrilhas insistem na derrubada das árvores porque a atividade é das mais lucrativas: o metro cúbico, que custa R\$ 100 na origem, é vendido a R\$ 1,4 mil quando chega ao Sudeste ou a US\$ 4 mil quando a madeira é mogno e exportada.”

O delegado Franco Perazzoni, do setor de inteligência no combate aos crimes ambientais, diz que, além do trabalho conjunto dos órgãos envolvidos, é preciso melhorar a análise dos planos de manejo e obter maior transparência na fiscalização realizada pelos Estados, além da integração dos bancos de dados.

Nas ações de inteligência, a PF identificou fraudes diversas. Entre elas, o transporte de pelo menos 10 mil metros cúbicos de madeira (333 carretas) por um veículo que aparecia em vários locais em curtos espaços de tempo. Verificada a placa, descobriu-se que pertencia a uma moto. Outras fraudes estão na concessão de autorizações de desmatamento, de manejo ou de emissão de guia de transporte e documentos “esquentados”, abastecendo e incentivando todo o esquema.

/ J.D.

Nova chance para o clima – O Globo – Opinião – 28/11/2010

Começa amanhã, em Cancún, no México, mais uma rodada global (COP-16) sobre as ações para impedir um catastrófico aquecimento climático na Terra. Infelizmente, as expectativas de progresso estão muito aquém das necessidades. Achar uma notícia animadora em relação ao meio ambiente é tarefa árdua. Ela até existe, mas são suplantadas logo no parágrafo seguinte.

Por exemplo, as emissões de CO₂, o mais abundante dos gases-estufa, caíram 1,3% em 2009 devido à recessão mundial.

Mas isto foi apenas a metade do esperado. E a previsão dos cientistas é que a liberação, por queima de carvão, petróleo e gás, atinja o pico histórico já este ano. Além disso, a concentração de dióxido de carbono, metano e óxido nítrico atingiu, em 2009, o maior nível desde a Revolução Industrial, segundo a Organização Meteorológica Mundial. Realizada no ano passado, em Copenhague, sob o signo da recessão mundial, a COP-15 foi uma relativa decepção: não conseguiu produzir um documento tornando obrigatórias as metas de redução da emissão de poluentes, mas houve consensos. Todos os compromissos assumidos são voluntários. Os participantes da COP-16 bem poderiam, para avançar, inspirar-se na última reunião sobre biodiversidade, em outubro, em Nagoya, Japão. Ali, apesar de persistentes dificuldades, delegados de quase 200 países concordaram em frear a perda de espécies no planeta, com novas metas até 2020.

Cancún terá de se haver com questões vitais para o futuro da Terra deixadas pendentes em Copenhague. Por exemplo, definir metas vinculantes para o segundo período de compromisso do Protocolo de Kyoto, a partir de 2012. O maior obstáculo continua sendo o fato de os Estados Unidos não serem signatários do documento.

E, depois do avanço dos republicanos nas eleições de meio de mandato, o presidente Obama tem ainda mais problemas para aprovar no Congresso americano medidas contra o aquecimento global.

Outra questão em aberto é a do financiamento aos países em desenvolvimento. Na COP-15, foi decidida a criação de um fundo que reuniria US\$30 bilhões em três anos para permitir-lhes fazer sua parte. Como, até agora, nenhum projeto foi aprovado, é preciso que o mecanismo seja implementado em Cancún. Outro dispositivo que não saiu do papel é o Fundo Verde Climático, para o qual seriam destinados US\$100 bilhões até 2020, para ajudar os países a aumentar a eficiência energética, fazer aterros sanitários e preservar florestas. Foi acordado em Copenhague que os países em desenvolvimento apresentem ações internas de mitigação da emissão de poluentes. Alguns, como Brasil e China, o fizeram. Mas ainda não foi definido como estas ações serão monitoradas. A China, por exemplo, recusa qualquer meio externo de aferição. Outro problema para Cancún.

Já se perdeu muito tempo. Estudo do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma) concluiu que os projetos de todos os países, somados, não serão suficientes para conterem 2 graus o aumento da temperatura global desde a Revolução Industrial, meta acordada. As mudanças climáticas serão irreversíveis se o planeta esquentar mais do que isso.

Diante de tantas divergências, o melhor caminho parece ser o indicado pelo secretário-geral da ONU, Ban Ki-moon, incansável batalhador pelo entendimento. Ele defende acordos técnicos, em áreas em que for possível avançar. Será melhor que nada.

A Amazônia sob nova direção do setor privado - Liana Melo – O Globo – Economia – 28/11/2010

Tudo na Floresta Amazônica tem proporções superlativas. Do seu tamanho, 400 milhões de hectares espalhados por nove estados, a seu modelo de ocupação, marcado por desmatamento, extração predatória e problemas fundiários. Como a ilegalidade tomou conta da cadeia produtiva da madeira na região, o produto que sai da floresta contribui com 8% do Produto Interno Bruto (PIB), mas engorda em mais de 50% as estatísticas oficiais de emissões de gases de efeito estufa.

Colocar em ordem esta enorme e secular desordem é a tentativa do governo ao começar a leiloar a floresta à iniciativa privada.

Este ano, o Serviço Florestal Brasileiro licitou os dois primeiros lotes de florestas nacionais: a do Jamari, em Rondônia, e de Saracá-Taquera, no Pará. Com isso, o governo garantiu pagamentos de royalties anuais de R\$6 milhões pelas próximas quatro décadas. O terceiro lote, a Floresta Nacional do Amaná (PA), já está em fase de licitação. O prazo de entrega dos envelopes com as propostas financeiras termina dia 15.

As concessões vão continuar ao longo de 2011: três delas ocorrerão no Pará e uma quarta em Rondônia. A meta é chegar a 10% da Floresta Amazônica repassada ao setor privado. A concessão da floresta deslanchou em tarde e sequer constou do discurso dos candidatos na campanha eleitoral deste ano.

— A licitação para concessão florestal na Floresta Nacional do Amaná certamente será bem sucedida, pois o setor madeireiro do Pará tem interesse em madeira certificada — aposta Wanderson Vieira, analista da gerência de concessão florestal do

Serviço Florestal Brasileiro, comentando que o preço mínimo será de R\$6,6 milhões, mas preferindo não adiantar quantas empresas já entregaram suas propostas.

Ao contrário dos EUA, Brasil não exige rastreabilidade Um caminhão com tauarí foi o primeiro carregamento de madeira a deixar os 17,1 mil hectares de um dos lotes de Jamari.

A carga foi retirada pela empresa Madeflora, na última quarta-feira. As outras empresas concessionárias do Jamari, a Amata e a Sakura, também já iniciaram a extração. A madeira, no entanto, está estocada. Novo corte agora só em 2011.

E só daqui a 30 anos é que as empresas poderão voltar a derrubar árvores neste primeiro lote, tempo considerado suficiente para a regeneração natural da floresta.

— A gente sempre apostou nesse momento e ele chegou. É um desafio e de certo — comemora Jonas Perutti, dono da Madeflora, comentando que a madeira retirada será vendida para uma empresa do ramo de transporte de carga.

— Estabilidade jurídica é o principal atrativo deste modelo, além de oferecer a possibilidade de a madeira ser identificada, ganhando um número, como se fosse um CPF — elogia o ex-presidente da Orsa Florestal Roberto Waack, atual presidente da Amata, empresa vencedora de um lote de 46,1 mil hectares de floresta em Jamari. — Os principais mercados de madeira do mundo, como Estados Unidos e Europa, querem saber a origem do produto.

Segundo Waack, o consumidor brasileiro é grande comprador da madeira retirada ilegalmente da floresta. É que o país, ao contrário dos Estados Unidos e da Europa, não exige rastreabilidade. A falta de transparência leva o consumidor a contribuir inconscientemente com a ilegalidade:

— É uma cadeia produtiva que começa legal na sua origem, mas acaba legalizada, quando a madeira vira móvel e é exposta nas vitrines das lojas.

A rastreabilidade já é uma exigência do mercado lá fora, admite Justiniano Netto, diretor-executivo da Associação das Indústrias Exportadoras de Madeiras do Pará (Aimex), avaliando que, no futuro, pode vir a tornar-se obrigatória. Ele também advogou para a Ebata, empresa que ganhou a concessão de um dos lotes da Floresta Nacional de Saracá-Taquera:

— A empresa pagou R\$1,7 milhão por uma área de 30 mil hectares, enquanto a outra empresa vencedora foi a Golf Indústria e Comércio de Madeiras, que disputou um lote de 18,7 mil hectares.

Para disputar o leilão é preciso aceitar as exigências do novo modelo de desenvolvimento econômico proposto para a Amazônia. Anualmente, somente 1/30 da área licitada poderá ser utilizada e, de cada hectare, a extração máxima é de 25 metros cúbicos de toras. E mais: está terminantemente proibido derrubar árvores que estejam condenadas à extinção, assim como espécies com menos de três exemplares num único hectare.

A regra agora é implementar uma economia florestal baseada num modelo de manejo sustentável, explorando madeira com o mínimo de impacto ambiental. Exatamente o contrário do que é feito hoje. Até setembro último, a Amazônia já tinha perdido 170 quilômetros quadrados de floresta nativa, segundo levantamento feito pelo Instituto do Homem e do Meio Ambiente da Amazônia (Imazon).

— É impossível se contrapor a um modelo de exploração que visa a enfrentar a ilegalidade, mas para mudar o paradigma é preciso que a política ambiental esteja acoplada à política industrial — alerta Carlos Nobre, pesquisador do Instituto Nacional de

Pesquisas Espaciais (Inpe), comentando que a indústria madeireira do país precisava ser mais “virtuosa e produtiva”.

Os objetivos usados pelo pesquisador para avaliar o modelo de concessão de florestas nacionais são, na verdade, uma cutucada. Ele chama a atenção para o fato, por exemplo, de que hoje a indústria de madeira no país registra um alto grau de perda. Apenas 30% da madeira extraída são aproveitados, o que significa um resíduo de 70%:

— É madeira que fica estocada no pátio das serrarias queimando e emitindo gás carbônico. “Valor financeiro para a floresta empé”

Considerada uma indústria com retorno financeiro rápido e polpudo, o pesquisador do Imazon Adalberto Veríssimo lembra que a madeira gera mais emprego que outros setores, como pecuária, soja e mineração. A indústria de madeira no país, segundo ele, gira em torno de R\$5 bilhões anuais e a taxa de retorno dos empresários chega a ser próxima de 40%.

— Este modelo de concessão é uma das melhores alternativas para a floresta, já que sufoca a ilegalidade e cria a possibilidade de geração de emprego e renda. É uma forma de estipular um valor financeiro para a floresta empé.

Biodiversidade como mercadoria marca Convenção do Clima – Sítio Eletrônico do MST – 29/11/2010

A COP 10 e MOP 05, ocorrida em Nagoya-Japão entre os dias 11 e 29 de outubro, encerraram com um aparente saldo positivo: a assinatura de dois novos Protocolos ambientais e a aprovação de um novo Plano estratégico global para deter as altíssimas taxas de perda e erosão da diversidade biológica até 2020.

Em uma análise superficial de resultados, pareceria que os países-Parte da CDB deram uma resposta à altura do fracasso coletivo ocorrido no cumprimento do Plano estratégico previsto para o período 2002-2010 (segundo apontou o relatório “Panorama da Biodiversidade Global 3” do Secretariado da Convenção sobre a Diversidade Biológica – CDB [link]).

Entretanto, apesar de ter aprovado o tão esperado Protocolo de Nagoya sobre Acesso aos Recursos Genéticos e Repartição justa e equitativa dos benefícios, que preenche a lacuna histórica dos objetivos da CDB desde a ECO 92, esta 10ª Conferência parece ter depositado as expectativas do cumprimento dos objetivos da Convenção principalmente no setor empresarial e na valoração econômica da biodiversidade.

Repetindo as estratégias de mercado construídas na Convenção do Clima através da “métrica do carbono”, a CDB parece também se enfraquecer enquanto fórum multilateral de negociação e implementação de políticas públicas para a conservação, uso sustentável e repartição de benefícios, podendo tornar-se também uma plataforma

para a chamado mercado verde, que muitos creditam ser um “green new deal” do sistema financeiro frente a atual crise.

A impressionante recepção do estudo liderado pelo indiano Pavan Sukhdev e denominado “A Economia da Biodiversidade e dos Ecossistemas” (com a sigla TEEB em inglês – “The Economics of Ecosystems na Biodiversity)) pelos textos operativos da CDB e principalmente pelo Plano Estratégico 2010-2020 (leia aqui), pode representar uma mudança de paradigma no uso e conservação da biodiversidade, tornando as múltiplas funções ecossistêmicas – como a polinização de abelhas ou a regulação climática das florestas, por exemplo- novas oportunidades de negócios.

Ao reduzir a biodiversidade a cinco novas métricas de valoração econômica, o TEEB (leia aqui) permite que países desenvolvidos, historicamente responsáveis pela erosão da biodiversidade, mantenham as taxas atuais de desmatamento e emissões, adquirindo créditos de serviços ambientais dos países megadiversos. São as chamadas compensações (offsets) ou em outras palavras, autorizações para produzir o dano, mediante pagamento financeiro.

Ao colocar preço na biodiversidade e em seus “serviços”, as convenções ambientais poderão se tornar mais um espaço de negociação de serviços, produtos e ativos “verdes” por corporações transnacionais em busca de novos mercados. Com a retirada do enfoque da precaução sobre a cadeia produtiva dos agrocombustíveis (leia aqui), os países-Parte da CDB abrem o mercado internacional para commodities, como o etanol enquanto alternativa energética “limpa” frente aos combustíveis fósseis. Ocultando o histórico de violações aos direitos humanos, principalmente ambientais, decorrentes das monoculturas de cana-de-açúcar, o Brasil foi um dos grandes responsáveis por privilegiar interesses comerciais e corporativos em detrimento do meio ambiente nas negociações sobre este tema na CDB.

Apesar destas soluções de mercado abarcadas por esta COP 10, historicamente incapazes de realmente atacar o problema da perda da biodiversidade, vitórias importantes foram alcançadas, como: a aprovação do Protocolo Nagoya sobre Acesso e Repartição de benefícios, assim como a moratória (leia aqui) sobre as atividades de geo-engenharia e que utilizem formas de vida sintética e do Protocolo de Responsabilidade por danos gerados por transgênicos na MOP 05.

Começa nesta segunda-feira (29), em Cancun/ México, a 16ª Conferência das Partes das Nações Unidas sobre Mudança Climática (COP 16). O evento pretende definir metas contra o aquecimento global do planeta. A Contag está sendo representada pela secretária de Meio Ambiente, Rosicléia dos Santos, e pela assessoria.

Apesar do fracasso da cúpula anterior, realizada no ano passado em Copenhague, os países participantes da COP 16 estão otimistas com relação à possibilidade de conseguir acordos nas áreas de adaptação, financiamento e transferência de tecnologias.

Fonte: Verônica Tozzi, Agência Contag de Notícias

Conferência do Clima da ONU começa sem esperança de tratado com metas – Afra Balazina – Estado de São Paulo – Vida – 29/11/2010

Ninguém espera que saia de Cancun, durante a Conferência do Clima da ONU (a COP-16), um tratado global com metas obrigatórias para os países cortarem suas emissões dos gases que provocam o aquecimento global. A crise econômica que atingiu a Europa e a falta de uma lei nacional de mudanças climáticas nos Estados Unidos são um grave entrave para as negociações.

“As condições internacionais não se tornaram mais favoráveis a um acordo. Nada leva a crer que nos temos condições de concretizar o que não foi possível em Copenhague”, disse o embaixador Luiz Alberto Figueiredo Machado.

Apesar de ser praticamente impossível firmar em Cancun um acordo válido juridicamente para limitar o aumento da temperatura a 2°C – considerado pelos cientistas como um patamar relativamente seguro –, há avanços que podem ocorrer no México a partir de hoje, quando tem início a reunião que sucedeu ao fracasso da COP-15, em Copenhague.

E, por isso, ambientalistas cobram seriedade nos trabalhos – eles temem que os representantes das 194 nações encarem o evento no balneário como um “passeio na praia”.

Uma definição que precisa ocorrer quanto antes é se o Protocolo de Kyoto vai continuar. O primeiro período de compromisso do tratado se encerra em 2012 e não há nada para substituí-lo.

Os países em desenvolvimento, como o Brasil, querem que as nações ricas se comprometam em participar de um segundo período de Kyoto. Porém, as nações ricas não querem manter um tratado que não tem a participação dos EUA, os maiores responsáveis históricos pelas emissões.

“Este é um tema espinhoso”, afirmou o embaixador. Ele avalia que sem Kyoto haveria perda de tempo para refazer as regras.

Um dos pontos cruciais nessa briga é que Kyoto não obriga os países em desenvolvimento a terem metas obrigatórias. Mas, com as emissões crescentes dos países emergentes, como China e Índia, os países ricos argumentam que o desafio só será vencido se todos se engajarem – ou seja, se todos tiverem metas.

O detalhamento de como funcionará o financiamento também precisa ser feito com urgência – os países desenvolvidos precisam repassar recursos para os demais

conseguirem reduzir as emissões e se adaptar as mudanças inevitáveis provocadas pelo aumento da temperatura.

Sem retrocesso. A senadora Marina Silva, candidata derrotada à presidência pelo PV e ex-ministra do Meio Ambiente, defende que o Brasil não retroceda em relação ao discurso feito no ano passado na Dinamarca. O País assumiu meta de cortar as emissões de gases-estufa entre 36% e 39% até 2020, comparado ao emitido caso nada fosse feito.

O objetivo já se tornou lei, mas a legislação ainda não foi regulamentada.

Marina, que vai a Cancun, pede urgência nesse processo e mais transparência no setor.

Para ela, assim como as taxas do desmatamento são abertas para toda a população, as projeções das emissões do País também devem ser públicas e passíveis de revisão pela sociedade.

Na opinião do consultor do Ministério do Meio Ambiente Tasso Azevedo, a expectativa menor pode ser benéfica e o encontro fluir melhor. Ele afirma que o Brasil prepara as projeções de suas emissões de CO₂ para chegar ao México com sua meta transformada em número concreto.

“A agenda é complexa, muito abrangente e ainda é preciso amadurecer a discussão. Mas espero que haja avanços e a definição de um plano de trabalho”, disse Carlos Rittl, coordenador do Programa Mudanças Climáticas e Energia do WWF-Brasil.

Para Marcelo Furtado, diretor executivo do Greenpeace, o Brasil não pode conviver com uma “reunião medíocre”. Segundo ele, por causa da baixa expectativa, “há um cheiro de facilidade e burocracia no ar”.

“É um absurdo que a gente tolere um passeio para a praia. Não precisamos de centenas de negociadores para fazer um simples calendário”, ressalta.

Porque vou a Cancun

MARY

ROBINSON

O mundo está preocupado com as negociações em Cancun. Muitos especialistas duvidam que a ONU seja capaz de solucionar o desafio da mudança climática. Para eles, as negociações são um fórum inadequado.

Eles tem razão e se preocupar. Mas estão errados quando dizem que não conseguimos avançar rapidamente.

A mudança climática não é um problema do futuro. Os impactos são sentidos em todo o mundo. E os mais afetados são os que sofrem com a fome, a pobreza, as doenças e a injustiça.

Este ano nos lembrou de eventos climáticos extremos, como secas e inundações, que se tornaram mais frequentes e severos, segundo cientistas. Alguns desses impactos estão sendo sentidos nas regiões mais inseguras do mundo, onde pobreza e instabilidade ameaçam a todos. O Paquistão é um exemplo.

A mudança climática pede uma solução global.

Os que costumam ser excluídos dessas decisões – mulheres, indígenas, pobres e países vulneráveis – sabem disso. E a ONU ainda é o melhor caminho para assegurar a participação dessas pessoas.

Em Cancun poderemos estabelecer uma base comum para a criação de um fundo global para o clima que ajude os pobres a se protegerem. Isso poderá desbloquear as negociações e criar a necessária confiança entre os países pobres e o mundo desenvolvido.

Mais crucial ainda deve ser um fundo justo e imparcial que assegure recursos vitais para os que mais necessitam.

Relatório recente da ONU indica que os recursos para esse fundo podem ser levantados sem onerar contribuintes ou desviar recursos para a ajuda ao desenvolvimento.

Uma taxa sobre emissões que superem limites nos setores de aviação e transporte marítimo ou um imposto sobre transações financeiras podem render bilhões para o fundo e ajudar a obter investimentos do setor privado.

E urgente ajudar os mais afetados. Por isso vou a Cancun: para lembrar os líderes mundiais de que um movimento global crescente exige iniciativas inteligentes e éticas. Queremos justiça climática.

Conferência do clima quer manter a bola rolando – Claudio Angelo e Simone Iglesias – Folha de São Paulo – Ciência – 29/11/2010

Um ano depois do fracasso da conferência de Copenhague, representantes de mais de 190 países se reúnem novamente a partir de hoje para discutir o que fazer contra o aquecimento global.

O cenário da conferência do clima mudou radicalmente: da gélida capital da Dinamarca (-14°C) para o cálido balneário mexicano de Cancun (+ 30°C). Espera-se a presença de cerca de 10 mil pessoas e 30 chefes de Estado. O presidente Lula, no entanto, não estará presente. O motivo da desistência, anunciada ontem, é ausência prevista de dirigentes de países europeus. Isso tornaria os debates "pouco práticos" e sem o efeito global esperado. Os impasses continuam os mesmos: nações ricas e pobres não conseguem acordar sobre quanto cortar de suas emissões de carbono até 2020 -e em que termos. As divergências só se aprofundaram no último ano: com o naufrágio da lei de clima e energia no Senado dos EUA, o maior poluidor histórico chega ao México sem poder oferecer muita coisa.

Nem mesmo o pífilo corte de 17% de suas emissões em relação a 2005 que o presidente Barack Obama havia prometido em Copenhague está mantido. Além disso, a derrota de Obama nas eleições legislativas trouxe uma leva de parlamentares que sequer acredita em aquecimento global -entre eles o novo presidente da Câmara dos Representantes, John Boehner. Um dos novos deputados, Darrell Issa, prometeu até uma CPI para investigar os climatologistas.

Aliado à crise econômica, que arrefeceu as políticas de defesa do clima de vários países desenvolvidos, esse contexto criou uma tempestade perfeita para que Cancun seja uma conferência em torno da qual não há expectativas. "Não se cristaliza um mau momento", declarou na semana passada o negociador-chefe do Brasil, Luiz Alberto Figueiredo Machado. Um novo acordo global do clima, com peso de lei internacional, não deve ser fechado antes de 2012, ano em que expira o tratado existente, o Protocolo de Kyoto. Cabe a Cancun, portanto, manter a bola das negociações rolando sem fixar metas ou prazos. Hoje, fala-se em "caminhada", "nova etapa" e "avanço incremental". O principal resultado de Cancun será a adoção oficial de elementos do Acordo de Copenhague, a pífilha declaração política que não teve a adesão de todos os países. Apesar de ser uma mera carta de intenções, o acordo tem sinalizações em cinco áreas:

mitigação (redução de emissões), adaptação, finanças, tecnologia e florestas.

"ACORDINHOS"

O objetivo da COP-16 (16ª Conferência das Partes da Convenção do Clima da ONU), nome oficial do encontro, é "matar" o Acordo de Copenhague e fechar miniacordos nessas áreas.

O único avanço esperado na área de mitigação é que não haja um retrocesso: os países em desenvolvimento esperam que os desenvolvidos concordem com a continuação do acordo de Kyoto, que teria um novo período de compromisso. Os desenvolvidos são contra porque os EUA estão fora de Kyoto. Em florestas, espera-se que seja finalizado o acordo de Redd + (Redução de Emissões por Desmatamento), que permitirá que os países com florestas tropicais como o Brasil comecem a receber para conservá-las. Na área de financiamento, Copenhague avançou ao estabelecer a criação de um Fundo Verde e determinar que os países ricos levistem US\$ 100 bilhões por ano a partir de 2020 para ações de adaptação e corte de emissões nos países em desenvolvimento. Cancún deverá decidir como o dinheiro será aplicado e gerenciado.

CRONOLOGIA – Folha de São Paulo – Ciência – 29/11/2010

DEZ.1997

Protocolo de Kyoto, assinado no Japão por 84 países, estipula metas de redução de emissões até 2012. EUA, que emitem quase 20% do carbono do mundo, não participaram da ratificação do documento

DEZ.2007

No ano de lançamento do IPCC (Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima), que alarmou o mundo sobre o ritmo de aquecimento global, líderes políticos concordaram, em Bali, em cortar as emissões de carbono em 60% até 2050

DEZ.2009

A conferência do clima de Copenhague, na Dinamarca, foi considerada um fiasco tanto do ponto de vista da organização (havia muito mais gente do que o esperado, o que causou tumulto), tanto em relação aos resultados. Não houve acordo entre ricos e pobres, e o documento gerado na reunião não teve adesão de todos os países

OUT.2010

Representantes de cerca de 200 nações fecharam um plano estratégico que prevê a proteção da biodiversidade, em nível global. No acordo histórico, foram definidos 20 objetivos para deter o ritmo alarmante de desaparecimento das espécies que vivem tanto em terra quanto no mar

NOV.2010

Em Cancún, mais de 190 países estarão reunidos na tentativa de formalizar um documento que adote termos de Copenhague, sem retrocessos, e que substitua Kyoto. Mas as expectativas são pessimistas. Muitos dirigentes de países europeus não estarão

presentes- e, com essa justificativa, o presidente Lula anunciou que também não estará por lá

EUA não acreditam em acordo definitivo – Andrea Murta – Folha de São Paulo – Ciência – 29/11/2010

O enviado especial dos EUA para a mudança climática, Todd Stern, deixou claro que seu país não espera acordo nem decisões finais na COP-16 (Conferência da ONU para o Clima), que começa hoje em Cancún. As afirmações mataram as poucas esperanças que ainda existiam de avanços concretos após o fiasco da conferência anterior, que aconteceu há um ano, em Copenhague, na Dinamarca.

A reunião terminou sem acordo vinculante em boa parte devido às discordâncias entre os grandes poluidores EUA e China. Em reunião em Washington da qual a **Folha** participou, Stern disse que o máximo previsto para a COP-16 é a obtenção de maior detalhamento dos pontos chave discutidos em Copenhague. Entre esses estão a intenção de criar um "fundo verde" de financiamento para ajudar emergentes a "descarbonizar" suas economias, mitigação (redução de emissões de poluentes), discussões tecnológicas e mais transparência de ações.

SEM

TRATADO

Mesmo baixando expectativas, os EUA fizeram alguma pressão sobre países em desenvolvimento. Stern disse "não ver no momento" inclinação por parte de China, Índia e outros para um acordo legalmente vinculante. Ainda não há no horizonte uma previsão de acordo multilateral que amplie e substitua após o ano de 2012 o Protocolo de Kyoto- documento ainda vigente, assinado em 1997 por 84 países.

O pessimismo prevalece até mesmo quando se fala da COP-17, que acontece no ano que vem, na África do Sul. E, sem os EUA, que emitem quase 20% do carbono do mundo, não há chance de acordo. "Não estou otimista nem pessimista", disse Stern sobre Cancún.

COP-16 começa vazia em Cancún - Catarina Alencastro – O GLoBo – O País – 29/11/2010

BRASÍLIA. A 16ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro da ONU sobre Mudanças Climáticas (COP-16) começa hoje em Cancún, no México, com um desafio duplo: fazer as negociações resultarem em avanços específicos, como financiamento, mitigação e adaptação; e evitar que o esvaziamento político da reunião deixe a convenção desacreditada. O evento está tão esvaziado que até o presidente Lula, que não tem perdido oportunidade de se despedir do cenário internacional e foi a grande estrela da última cúpula climática, em Copenhague, desistiu na última hora de

comparecer.

A presidente eleita, Dilma Rousseff, também cogitou desfilar com Lula na COP-16, mas mudou de ideia, na semana passada. Lula não quer fechar seu governo com a foto em que não vão figurar chefes de Estado ilustres como Barak Obama e Nicolas Sarkozy.

Enquanto no ano passado a COP-15, em Copenhague, levou quase 120 chefes de estado a país nórdico — para tentar fechar um acordo com metas obrigatórias de redução de emissões de gases-estufa que os países ricos devem cumprir a partir de 2013 —, em Cancún, menos de 30 presidentes e primeiros-ministros deverão registrar presença. A maior parte dos que estarão em Cancún virá de países latinos ou da queles nações para as quais uma solução para o aquecimento global é questão de vida ou morte, como as pequenas ilhas de Antígua e Barbados, entre o Caribe e o Oceano Atlântico. Se nada for feito a fim de conter a escalada da temperatura que gera a aceleração do derretimento das geleiras e o consequente aumento do nível dos mares, elas estarão entre os países que podem ser engolidos pela água.

Oito mil delegados de 194 países são esperados

Além de Antígua e Barbados, está confirmada a vinda dos presidentes da Bolívia, Guatemala, Costa Rica, Equador, Colômbia, Peru, Chile, Noruega, Kenya e Etiópia. O Itamaraty tem ainda informação de que o primeiro-ministro dinamarquês, Anders Fogh Rasmussen, e o presidente sul-africano, Jacob Zuma, participarão da COP-16, mais por uma formalidade do que como prova de confiança a cúpula. É que o dinamarquês foi o anfitrião da última cúpula climática, e Zuma será o da próxima, no ano que vem.

Nas duas semanas de negociação que se iniciam hoje são esperados 8 mil delegados de 194 países, 6 mil organizações de todo o mundo e 1.500 jornalistas. Depois da derrota em Copenhague, poucos acreditam que Cancún dê as soluções esperadas para que o clima do planeta não esquente mais do que 2° C até o final do século. O objetivo consta do Acordo de Copenhague, documento assinado por 140 países, mas que não tem valor legal, e é o limite que os cientistas colocam para que a Terra não sofra mudanças climáticas irreversíveis.

As ações mais esperadas são na área de financiamento, na qual deverá ser criado o Fundo Verde Climático, com doações de países ricos para investimento em tecnologias mais limpas nos países emergentes.

País tem 290 milhões de hectares de florestas públicas cadastradas – Sítio Eletrônico do MMA - 29/11/2010

Área de florestas públicas cadastradas aumentou 21% em relação ao ano passado, mas 64 milhões de hectares ainda não têm destinação. Manejo florestal e manutenção da cobertura florestal é forma de mitigar mudanças climáticas

O Brasil tem hoje 290 milhões de hectares de florestas públicas cadastradas pelo Serviço Florestal Brasileiro. A atualização de 2010 do Cadastro Nacional de Florestas Públicas (CNFP) mostra que houve um aumento de 21% em relação aos números do ano passado. Os números não significam criação de novas florestas públicas e sim que o Brasil começa a conhecer pelo cadastramento quais são e onde estão suas florestas.

A maior parte das florestas públicas se concentra na Amazônia. Aquelas que já foram destinadas a algum uso são maioria e contam 226 milhões de hectares. As terras indígenas somam 111 milhões de hectares, seguidas pelas unidades de conservação, com cerca de 105 milhões de hectares, sendo 60% federais e 40% estaduais. Os assentamentos públicos da reforma agrária ocupam em torno de 10 milhões de hectares. Embora a porcentagem de florestas públicas destinadas seja alta em torno de 80% das áreas já cadastradas - ainda restam 64 milhões de hectares sem uso regulamentado.

Concessões florestais - Levantamentos do Serviço Florestal apontam que pelo menos 10 milhões de hectares de floresta que estão sem destinação poderiam dar origem a novas florestas nacionais passíveis de concessão florestal, instrumento que permite o uso sustentável da floresta ao mesmo tempo em que a mantém em pé.

"É preciso dar prioridade para o aproveitamento dessas áreas por meio de florestas nacionais. Precisamos ter metas e cenários claros para atingir a sustentabilidade da produção madeireira na Amazônia por meio das concessões florestais, e essas metas devem ser consolidadas em 2011", afirma o diretor-geral do Serviço Florestal, Antônio Carlos Hummel.

Segundo Hummel, a resposta às mudanças climáticas passa pelo manejo florestal, associado ao fortalecimento da economia florestal sustentável. As florestas precisam ser vistas como oportunidades de desenvolvimento, sem perda da ampla gama de serviços ambientais agregados.

Floresta e clima - Em 2009, na Conferência das Nações Unidas sobre Clima (COP-15), o Brasil apresentou metas ousadas para o corte na emissão de gases do efeito estufa entre 36% e 39% -, além da redução de 80% no desmatamento da Amazônia até 2020. Com o início da COP-16 nesta segunda-feira (29/11), aumenta a importância da discussão que envolve florestas e mudanças climáticas.

"As florestas públicas representam enormes estoques de carbono armazenados em sua biomassa, que se não conservados pelas unidades de conservação e terras indígenas estariam sendo emitidos para a atmosfera através da conversão em outros tipos de uso da terra", afirma a diretora de Pesquisa e Informação Florestal do Serviço Florestal, Cláudia Azevedo Ramos, responsável pela gestão do CNFP.

Em regiões como a Amazônia, a maior extensão de floresta tropical do planeta e onde se concentram as maiores áreas de floresta pública, a floresta tem papel relevante na imensa produção de vapor d'água e, portanto, no ciclo hidrológico da Terra. Só esses fatos já tornam o Brasil um importante ator para o equilíbrio climático e para a mitigação do aquecimento global.

Para o diretor-geral do Serviço Florestal, Antônio Carlos Hummel, a proteção e o uso sustentável das florestas públicas são medidas importantíssimas para reduzir o desmatamento, evitar a produção ilegal de madeira e evitar emissões de carbono. "Mas é preciso, ainda, nos apropriarmos das florestas públicas não destinadas, dando-lhes uso definido e segurança para permanecerem floresta e tê-las como aliadas na mitigação das mudanças climáticas", afirma

Saiba mais

O Cadastro Nacional de Florestas Públicas, interligado ao Sistema Nacional de Cadastro Rural do Incra, é elaborado desde 2007 e reúne dados do Cadastro Geral de Florestas Públicas da União e dos cadastros de florestas públicas dos estados, municípios e do Distrito Federal. .

As informações são consolidadas à medida que novos dados são disponibilizados pelas instituições parceiras, o que faz do Cadastro um banco de dados dinâmico. Foi desta forma que o número de florestas públicas aumentou de 193 milhões em 2007 para 210 milhões em 2008, 239 milhões em 2009 e 290 milhões em 2010.

Mais
cadastro@florestal.gov.br

informações

A atualização do Código Florestal garantirá a legalidade para a produção nacional – Sítio Eletrônico do CNA – 30/11/2010

A presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), senadora Kátia Abreu, defendeu hoje a votação no plenário da Câmara do relatório do deputado Aldo Rebelo (PC do B-SP) para o Código Florestal brasileiro. Considerou que o relatório está pronto e que as discussões em torno do assunto estão amadurecidas. O relatório, que pode ser votado ainda neste ano, é a forma de garantir a legalidade para a produção nacional.

Além da situação irregular dos produtores, também há risco de a legislação ambiental, da forma como está, comprometer as exportações brasileiras de produtos agrícolas. “Muitos países não querem importar alimentos de quem não está cumprindo a legislação ambiental”, argumentou a presidente da CNA, ao defender a aprovação do parecer do deputado Aldo Rebelo, votado em julho na Comissão Especial, da Câmara, como forma de descriminalizar as atividades do setor agrícola.

A senadora lembrou que países que cobram do Brasil uma posição mais agressiva em termos de preservação ambiental não têm mais áreas verdes. “No Brasil, a cobertura original nos seis biomas é de 56%”, disse. Esclareceu, também, que é errônea a ideia de que a aprovação do novo Código Florestal ampliará de forma significativa o desmatamento. Ela afirmou que, no período acumulado de 45 anos, a partir da primeira versão do Código Florestal, em 1965, foram desmatados 82,90 milhões de hectares, o que representa 10% do território nacional.

No Cerrado, que representa 23% do território nacional, 105,4 milhões de hectares foram desmatados, sendo 22,13 milhões de hectares entre 1989 e 2010. “Esses desmatamentos foram feitos quando a lei ainda permitia. A lei não pode retroagir para prejudicar”, lembrou a senadora, ao detalhar as mudanças na reserva legal nos últimos anos. Hoje, o percentual de reserva legal é de 80% na Amazônia; de 35% no Cerrado da Amazônia e de 20% nas demais regiões.

O esquema de segurança armado para a COP-16, a conferência do clima de Cancún (México), transformou o primeiro dia do encontro num pesadelo logístico. Os delegados das mais de 190 nações presentes demoram entre uma hora e meia e três horas para chegar da zona de hotéis do balneário até o Moon Palace, o resort que abriga a reunião. A reportagem da **Folha** levou, na manhã de ontem, pouco mais de duas horas no trajeto.

No caminho, policiais armados com fuzis montavam guarda em vários pontos da estrada. Barcos da Guarda Costeira patrulhavam as lagoas e canais da cidade. Por causa da visita do presidente mexicano, Felipe Calderón, um bloqueio policial foi formado no acesso ao Cancún Messe, o pavilhão de exposições onde os delegados precisam passar por revista antes de seguirem em ônibus credenciados (movidos a biodiesel) para o local das plenárias. Nenhum veículo que não seja da organização da COP-16 é admitido no Moon Palace, nem táxis.

TRÁFICO

E

CROCODILOS

O cerco ao resort pretende, primeiro, evitar que a guerra declarada pelos cartéis de traficantes ao governo do México chegue ao encontro da ONU. Segundo, impedir manifestações sociais como as do ano passado, na conferência de Copenhague. As ONGs foram fisicamente isoladas da negociação diplomática, com seus pavilhões montados longe da área das plenárias. A imprensa também acabou longe do calor dos fatos: o centro de mídia fica a 15 minutos de caminhada (sob sol de quase 30°C) do local. E não é só a notícia que os jornalistas arriscam perder: há lagoas com crocodilos por todo o caminho.

A abertura da COP-16 foi marcada pelo reconhecimento de que não é mais possível fixar uma data para um acordo amplo e legalmente vinculante sobre o clima, mas que é possível começar a implementar alguns elementos. "Cancún não resolverá tudo, então o resultado aqui precisa ser pragmático", disse Christiana Figueres, chefe da Convenção do Clima. Segundo ela, espera-se a aprovação de um novo fundo de financiamento do combate à mudança climática nos países pobres do planeta. Também se espera que a reunião decida sobre formas de transferência de tecnologia, aprove o Redd (mecanismo de redução de emissões por desmatamento) e estabeleça ao menos um sinal sobre redução de emissões. Os países em desenvolvimento querem a definição da continuidade do Protocolo de Kyoto. O Japão ontem disse que não assinaria uma segunda fase do protocolo, o que irritou esse grupo. A UE, por outro lado, parece disposta a reviver Kyoto.

Sem as presenças de Lula e Dilma Rousseff, Brasil vai à conferência do clima apenas com seus compromissos de redução do desmatamento

As ausências do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e de sua sucessora, Dilma Rousseff, são um sinal de que pouco se espera da 16ª Conferência das Partes, a chamada COP-16, da Convenção da ONU sobre Mudança do Clima. Há um ano, quando se aceleravam as movimentações eleitorais, ambos foram atraídos pelos holofotes e promessas da COP-15, realizada em Copenhague. Agora, predomina o pessimismo. No máximo 30 chefes de Estado ou governo, poucos deles de maior projeção, devem ir a Cancún, no México, para presenciar o encontro que começou ontem.

As negociações se aproximam de um colapso. Lançadas há mais de 18 anos no Rio, com a adoção da convenção na Eco-92, elas só deram um passo significativo em 1997, com o Protocolo de Kyoto. Os EUA, maior fonte de poluição do mundo àquela altura, nunca ratificaram Kyoto. O tratado expira em 2012, e Copenhague deveria ter fechado um acordo substituto, mas não conseguiu. Muito do impasse decorreu do confronto entre EUA e China, que se tornou desde então o maior emissor de gases do efeito estufa. Os chineses, que como Índia e Brasil aceitaram diminuir o ritmo de aumento de suas emissões, prosseguem em desacordo com os EUA e países ricos sobre como monitorar os compromissos. EUA e China somam cerca de 40% das emissões mundiais. Os americanos chegam a Cancún de mãos vazias. Barack Obama foi incapaz de aprovar no Congresso legislação para reduzir emissões em 17%. E perdeu a maioria na Câmara, ora dominada por republicanos, em geral céticos quanto à participação humana no aquecimento global.

Se a reunião de Cancún ao menos oficializar o pífio acordo esboçado em Copenhague, já será um progresso. Há chances de que se avance nos detalhes sobre cortes de emissões por redução de desmatamento. E também nos US\$ 100 bilhões anuais das nações desenvolvidas que seriam destinados a ajudar as mais pobres no combate a enchentes, furacões, secas e migrações. Há no entanto outro obstáculo a superar: o sistema de aprovação por unanimidade. O delicado e modesto arranjo de Copenhague quase ruiu na última hora, com vetos de atores menores como Venezuela, Bolívia e Sudão. Por isso, muitos acreditam que o melhor seria partir para acordos bilaterais ou regionais. O Brasil está em posição confortável nas discussões. A promessa de reduzir em 80% o desmatamento até 2020 poderá ser cumprida quatro anos antes. Como o item representa quase dois terços das emissões domésticas, o país pode alcançar com alguma facilidade a meta de emitir até 39% menos em dez anos. O cartucho da redução do desmate, no entanto, só pode ser usado uma vez. Melhor faria a presidente eleita, Dilma Rousseff, se em seu governo orientasse o desenvolvimento brasileiro para uma matriz de menor intensidade em carbono, com um programa mais ousado de redução de emissões da pecuária, da geração de energia e do setor de transportes.

"Mágoas" de Copenhague continuam – Claudio Angelo – Folha de São Paulo –
Ciência – 30/11/2010

Um bate-boca ontem entre Bolívia e Papua-Nova Guiné logo na abertura da COP-16 mostrou que as mágoas de Copenhague não foram esquecidas. A Bolívia e outros países da Alba (Alternativa Bolivariana para as Américas) lideraram no ano passado a rebelião contra o Acordo de Copenhague. Como tudo precisa ser decidido por consenso, a não adesão de um país ou grupo de países pode travar a decisão.

Tramita na Convenção do Clima, porém, uma norma, chamada Regra 42, que permitirá justamente que decisões importantes sejam votadas -e não adotadas por consenso. O papuano Kevin Conrad defendeu ontem essa regra, irritando o colega boliviano, Pablo Solón. (CA)

Sómesmocomajuda do céu - CatarinaAlencastro* - O GLobo – Ciência – 30/11/2010

Enviada especial

Desastresclimáticosregistradosnosprimeirosnove mesesdesteanoforamresponsáveis por 21 mil mortes — o dobro do número confirmado no mesmo período do ano passado, segundo dados divulgados pela organização humanitária Oxfam. O relatório cita as enchentes no Paquistão, as ondas de calor na Rússia e a elevação do nível do mar em Tuvalu, como exemplos das letais consequências das mudanças climáticas. E o futuro não é nada promissor: um outro estudo revela que em 50 anos, o mundo estará 4 graus Celsius mais quente, o que vai impor severas alterações climáticas.

Os dados foram divulgados ontem, dia de abertura da 16ª Convenção da ONU sobre Mudanças Climáticas (COP-16), em Cancún, no México. A cerimônia de abertura foi marcada por discursos para forçar um novo engajamento dos países em torno de um acordo para conter o aquecimento global. A secretária-executiva da convenção, Christiana Figueres, chegou a apelar para os deuses, pedindo que a deusa Maia da Lua, Ixchel, inspire os negociadores dos 194 países que participam do evento.

— Bem-vindos à terra da deusa Maia da Lua, Ixchel, que também era deusa da razão, da criatividade e da liderança — afirmou ela. — Que ela inspire a todos vocês, porque hoje (ontem) vocês estão reunidos aqui em Cancún para chegar a uma sólida resposta às mudanças climáticas, usando a razão e a criatividade. Estou convencida de que daqui a 20 anos vamos admirar a tapeçaria que nos tecemos juntos e lembrar com carinho de Cancún e da inspiração da deusa Ixchel.

Segundo o documento da Oxfam, as enchentes no Paquistão inundaram um quinto do país, matando 2 mil pessoas e afetando 20 milhões em razão da destruição de casas, escolas, rodovias e cultivos e da disseminação de doenças. Um prejuízo estimado em US\$ 9,7 bilhões. Na Rússia, as temperaturas excederam a média de julho e agosto em 7,8 graus Celsius, o que fez a taxa diária de óbitos

em Moscou dobrar, alcançando 700. Pelo menos 26 mil focos de incêndio destruíram um quarto das plantações de trigo,

gerando um problema nas exportações. Os moradores da nação insular Tuvalu, no Pacífico, onde a elevação do nível do mar é de 5 a 6 milímetros ao ano, enfrentam cada vez mais dificuldades para manter cultivos, uma vez que a água salobra

estã invadindo as plantações.

E o futuro será muito pior, como apontam dados climáticos. As crianças de hoje não alcançarão a velhice num mundo 4 graus Celsius mais quente, onde a certeza climática que valerá para os últimos dez mil anos não será mais referência. Secas, enchentes e migrações em massa serão parte da vida diária já a partir de 2060. Será provavelmente a década a partir da qual, pela primeira vez desde o fim da Idade do Gelo, a Humanidade terá que lidar com um clima global bastante instável e imprevisível. As previsões fazem parte de uma série de estudos científicos publicados ontem sobre o mundo 4 graus Celsius mais quente.

As negociações em Cancún ainda giram em torno de tentar manter a elevação das temperaturas em, no máximo, 2 graus Celsius. Segundo muitos cientistas, no entanto, as atuais tendências revelam que um aumento de 3 a 4 graus é “muito mais provável”.

A maior preocupação é que uma elevação de 4 graus Celsius na temperatura média global — uma diferença tão grande

quanto a que separa o clima atual daquele registrado na última Idade do Gelo — geraria transformações dramáticas no mundo, levando a secas, colapso da agricultura em regiões semiáridas e a um catastrófico aumento do nível do mar em áreas costeiras.

O anfitrião da COP-16, o presidente mexicano Felipe Calderon, fez um apelo para que os negociadores cheguem a um acordo para mudar os rumos da crise climática. Ele disse que as futuras gerações irão cobrar, caso eles falhem em alcançar um resultado.

— Será uma tragédia que nossa incapacidade nos leve a falhar — afirmou, citando que em seu país só este ano 60 pessoas morreram por desastres causados pelo aquecimento da Terra.

(*) A repórter viajou a convite da CNA

Negociações sobre mudanças climáticas começam em Cancún – Sítio Eletrônico do MMA - 30/11/2010

Representantes de 193 países se reuniram nesta segunda-feira (29), em Cancún, México, para a cerimônia de abertura da 16ª Conferência das Partes da Convenção das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP-16). Durante as próximas duas semanas, os participantes vão discutir os contornos de um esforço mundial para reduzir as emissões de gases de efeito estufa e evitar os efeitos danosos do aquecimento global.

Na COP-16, o Brasil vai trabalhar em prol da adoção de um conjunto de decisões orientadas a questões fundamentais, tais como um acordo sobre o segundo período do Protocolo de Quioto, a transferência de tecnologia e o financiamento para iniciativas de mitigação e adaptação nos países em desenvolvimento, incluindo o mecanismo de Redução de Emissões por Desmatamento e Mecanismo de Degradação (REDD+).

"Em Cancún, enfrentamos o desafio de traduzir os entendimentos que tivemos em Copenhague, em 2009, em ações objetivas. Mas sabemos que Cancún não será o fim da estrada. Vai ser um 'trampolim' para a prosseguimento do trabalho", disse o negociador-chefe do Brasil em assuntos de clima, embaixador Luiz Alberto Figueiredo.

Nesta segunda-feira também foi inaugurado o pavilhão brasileiro na COP-16. O espaço de 400 m² mostra os esforços públicos e privados no Brasil para combater a mudança do

clima e inclui um auditório para apresentações diárias, bem como a exposição interativa "Amazônia em Cancún". A exposição proporciona uma experiência sensorial aos visitantes, permitindo que caminhem por um ambiente similar ao da floresta, incluindo uma oca (casa indígena) e uma seleção de sementes e outros produtos regionais, além de apresentar dados e fatos importantes sobre o desenvolvimento sustentável do bioma.

Informações do Portal Brasil

Tradução: Maiesse Gramacho

Coordenador
Sergio Leite

Pesquisadores

Georges Flexor, Jorge Romano, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf, Lauro Mattei, Ademir A. Cazella e Claudia Job Schmitt

Assistentes de Pesquisa

Karina Kato, Silvia Zimmermann, Catia Grisa e Valdemar João Wesz Junior

Secretária

Diva de Faria

**op
pa** **Observatório de Políticas
Públicas para a Agricultura**

cpda Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
UFRRJ • Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214
Fax: 21 2224 8577 – r. 217
Correio eletrônico: oppa@ufrj.br
Site eletrônico: www.ufrj.br/cpda/oppa

Apoio



actionaid



nead

Ministério do
Desenvolvimento Agrário

